

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE
DO NORTE – IFRN

Programa de Pós-Graduação em Ensino – POSENSINO

Curso de Mestrado Acadêmico em Ensino

Área de Concentração: Ensino na escola pública

PAULO MAIA DE OLIVEIRA

**A ARGUMENTAÇÃO EM ARTIGOS DE OPINIÃO DE CANDIDATOS AOS CURSOS
TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NA FORMA INTEGRADA DO IFRN – EDIÇÃO 2023**

MOSSORÓ/RN

2025

PAULO MAIA DE OLIVEIRA

**A ARGUMENTAÇÃO EM ARTIGOS DE OPINIÃO DE CANDIDATOS AOS CURSOS
TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NA FORMA INTEGRADA DO IFRN – EDIÇÃO 2023**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO), da associação ampla entre a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ensino.

Área de Concentração: Ensino na escola pública.

Linha de Pesquisa: Ensino de Línguas e Artes

Orientador: Prof. Dr. Ananias Agostinho da Silva.

MOSSORÓ/RN

2025

PAULO MAIA DE OLIVEIRA

**A ARGUMENTAÇÃO EM ARTIGOS DE OPINIÃO DE CANDIDATOS AOS CURSOS
TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NA FORMA INTEGRADA DO IFRN – EDIÇÃO 2023**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO), da associação ampla entre a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ensino.

Aprovada em: 30/ 07 /2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr. Ananias Agostinho da Silva
(Orientador)

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)

Prof.º Dr. Samuel de Carvalho Lima
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)

Prof.ª Dra. Mayara Arruda Martins
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.ª Dra. Verônica Maria de Araújo Pontes
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)

Prof.º Dr. Franklin Oliveira Silva
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

048a Oliveira, Paulo Maia de.
A ARGUMENTAÇÃO EM ARTIGOS DE OPINIÃO DE
CANDIDATOS AOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NA
FORMA INTEGRADA DO IFRN ? EDIÇÃO 2023 / Paulo
Maia de Oliveira. - 2025.
126 f. : il.

Orientador: Ananias Agostinho da Silva.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Programa de Pós-graduação em
--Selecione um Curso ou Programa--, 2025.

1. Artigos de opinião. 2. Sequência
argumentativa. 3. Produção de textos. 4. IFRN. I.
da Silva, Ananias Agostinho, orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Biblioteca Campus Mossoró / Setor de Informação e Referência
Bibliotecária: Keina Cristina Santos Sousa e Silva
CRB: 15/120

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela oportunidade e pela força concedida para a concretização desta importante conquista.

Expresso minha profunda gratidão aos meus pais, Rita Eugênia Maia de Oliveira e Severino Dias de Oliveira, pelo apoio incondicional, pelos ensinamentos e por todo o esforço dedicado à minha formação pessoal e acadêmica.

À minha esposa, Carliana de Moura Dutra, registro sincera admiração e reconhecimento por ser fonte constante de inspiração, incentivo e partícipe essencial em todas as minhas conquistas. Ao meu filho, Carlos Alberto Dutra Neto, meu amor maior, agradeço por me oferecer diariamente razões para perseverar e superar desafios.

Aos meus irmãos, Maria José Maia de Oliveira, José Maia de Oliveira, João Maia de Oliveira, César Maia de Oliveira, Ana Lúcia Maia de Oliveira, Vilma Maia de Oliveira, aos demais familiares, aos colegas de mestrado e de profissão, estendo minha gratidão pelas palavras de incentivo, pela compreensão e pelo apoio prestado ao longo desta jornada acadêmica.

Agradeço, igualmente, a todos os meus professores, antigos e atuais que, com dedicação e compromisso, contribuíram de forma significativa para minha trajetória intelectual, especialmente nos momentos de maior dificuldade.

Por fim, manifesto especial reconhecimento ao meu orientador, Professor Dr. Ananias Agostinho da Silva, cuja orientação atenta, respeitosa, de especial dedicação iluminaram meu percurso acadêmico. A ele, minha sincera gratidão por todo o aprendizado e pela parceria construída ao longo deste trabalho.

“[...] A argumentação não é primariamente nem a busca pelos fundamentos da verdade... mas um modo de convencer, a si próprio ou a outrem, da verdade ou probabilidade da conclusão para a qual a argumentação converge” (Carnielli; Epstein, 2011, p. 317).

RESUMO

O gênero artigo de opinião tem sido produzido cotidianamente no contexto midiático e jornalístico e é tradicionalmente apreciado no contexto escolar, especialmente no ensino de Língua Portuguesa, bem como em concursos e processos seletivos, devido ao seu propósito comunicativo de apresentar opiniões particulares e de estimular o debate sobre diversos temas polêmicos, constituindo, assim, uma prática de exercício da cidadania. É o que ocorre no processo seletivo para os cursos técnicos de nível médio na forma integrada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), cuja prova, na edição de 2023, consistiu em uma avaliação com 40 questões objetivas referentes a temáticas dos componentes curriculares de Língua Portuguesa e de Matemática, uma prova discursiva, a produção de um texto do gênero artigo de opinião. Desse modo, nesta dissertação, nosso objetivo foi analisar como os candidatos desse exame usam a sequência argumentativa para estruturar seus textos. Metodologicamente, a pesquisa adotou abordagem qualitativa e método de análise documental. Teoricamente, fundamentou-se em autores como: Adam (2008, 2011, 2019), Amossy (2011), Cavalcante *et al.* (2022), Silva (2014), dentre outros. O *corpus* desta pesquisa é constituído pelos 3.092 textos dos candidatos do supracitado exame, tendo sido realizado um recorte de 05 textos para análise. Nas conclusões, se constatou que, a partir da sequência argumentativa, ocorre o compartilhamento de informações, de opiniões, de experiências e negociações estruturadas em esquemas argumentativos ligeiramente estáveis, visando, a persuasão do interlocutor sobre pontos de vista defendidos pelos locutores. Como resultados, portanto, percebemos, que a análise destes textos trouxe algumas contribuições para o ensino, de modo especial para a formação de alunos proficientes na produção de textos, favorecendo a constituição de um sujeito autônomo, capaz de posicionar-se diante das diferentes questões do mundo contemporâneo, fundamentando suas ideias e respeitando a diversidade de opiniões.

Palavras-chave: artigos de opinião; sequência argumentativa; produção de textos; IFRN.

ABSTRACT

The opinion article genre has been produced daily in media and journalistic contexts and is traditionally valued in educational settings, especially in Portuguese language teaching, as well as in entrance examinations and selection processes. This appreciation is due to its communicative purpose of presenting personal opinions and fostering debate on various controversial topics, thus constituting a practice that exercises citizenship. Such is the case in the selection process for the integrated technical high school programs of the *Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte* (IFRN), whose 2023 examination consisted of a test with forty multiple-choice questions on Portuguese Language and Mathematics, and a written essay requiring the production of an opinion article. Therefore, the objective of this dissertation was to analyze how candidates in this examination use argumentative sequences to structure their texts. Methodologically, the research adopted a qualitative approach and a documentary analysis method. Theoretically, it was based on authors such as Adam (2008, 2011, 2019), Amossy (2011), Cavalcante et al. (2022), Silva (2014), among others. The corpus of this research consists of 3,092 texts produced by the candidates in the aforementioned examination, from which a sample of five texts was selected for detailed analysis. The findings revealed that, through argumentative sequences, there is a sharing of information, opinions, experiences, and negotiations structured in relatively stable argumentative schemes aimed at persuading the interlocutor regarding the viewpoints defended by the speakers. As a result, the analysis of these texts provided some contributions to teaching practices, especially to the development of students proficient in text production, fostering the formation of autonomous individuals capable of taking a stance on various contemporary issues, grounding their ideas, and respecting the diversity of opinions.

Keywords: opinion articles; argumentative sequence; text production; IFRN.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura da sequência argumentativa.....	25
Figura 2 – Exemplo: Texto A.....	27
Figura 3 – Proposta de produção textual.....	47
Figura 4 – Sequência argumentativa.....	50
Figura 5 – Estrutura da sequência argumentativa Adam (2019)	52
Figura 6 – Representação ilustrativa macroposições argumentativas.....	54

Quadro 1 – Texto A.....	27
Quadro 2 – Títulos e problemas.....	44
Quadro 3 – Texto D.....	58
Quadro 4 – Quadro analítico do texto D.....	58
Quadro 5 – Texto K.....	61
Quadro 6 – Quadro analítico do texto K.....	62
Quadro 7 – Texto L.....	64
Quadro 8 – Quadro analítico do texto L.....	65
Quadro 9 – Texto Q.....	67
Quadro 10 – Quadro analítico do texto Q.....	68
Quadro 11 – Texto R.....	70
Quadro 12 – Quadro analítico texto R.....	72
Quadro 13 – Quadro demonstrativo das macroposições.....	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CADIS	Coordenação de Acesso Discente
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GPELT	Grupo de Pesquisa em Estudos Linguísticos do Texto
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MP	Macroproposição
POSENSINO	Programa de Pós-Graduação em Ensino
PROEN	Pró-reitoria de Ensino
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
---------------------------	-----------

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA PESQUISA.....	15
2.1 A ARGUMENTAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA LINGÜÍSTICA TEXTUAL	15
2.1.1 Orientação argumentativa	18
2.1.2 Dimensão argumentativa e visada argumentativa	19
2.1.3 Sequências e tipos textuais	20
2.1.4 A sequência argumentativa	24
2.2 GÊNEROS DO DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO	29
2.2.1 O gênero artigo de opinião.....	30
2.3 ARGUMENTAÇÃO E ENSINO.....	33
2.3.1 O ensino de produção textual na escola	36
2.3.2 O ensino do texto argumentativo	37
3 METODOLOGIA: CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO DA PESQUISA	39
3.1 MÉTODO DE ABORDAGEM	41
3.2 ESTABELECENDO UM NICHOS DE PESQUISA	43
3.3 SUJEITOS E UNIVERSO.....	45
3.4 INSTRUMENTOS PARA PRODUÇÃO DE DADOS	47
3.5 <i>CORPUS</i> DA PESQUISA	48
3.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA ANÁLISE DOS DADOS.....	49
4 ANÁLISE.....	52
4.1 DISCUSSÃO DOS DADOS	75
4.2 A SEQUÊNCIA ARGUMENTATIVA E O ARTIGO DE OPINIÃO	77
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS.....	85
APÊNDICE A – ARTIGOS DE OPINIÃO TRANSCRITOS E ANALISADOS	90
APÊNDICE B – QUADRO DO RECORTE ANALÍTICO DOS TEXTOS DO	
<i>CORPUS</i>.....	115

1 INTRODUÇÃO

As interações humanas se desenrolam sempre em situações sociais e se realizam, por meio dos discursos, conforme defende Amossy (2011). Por essa perspectiva, em todas elas, o ato de argumentar está presente de alguma maneira. Nessa linha, a argumentação é constitutiva da própria linguagem e constitui a base das interações sociais humanas.

Frente a esse pressuposto, nossa pesquisa tematiza a argumentação, considerando como objeto de análise artigos de opinião escritos por candidatos aos cursos técnicos de nível médio, na forma integrada do IFRN – Edição 2023. Com esse viés, trata-se de uma pesquisa qualitativa que, segundo Merriam (1998), abrange dados descritivos na perspectiva da investigação crítica ou interpretativa e estuda as relações humanas nos mais diversos ambientes, assim como a complexidade de um determinado fenômeno, a fim de decodificar e traduzir o sentido dos fatos e acontecimento

O corpus de nossa pesquisa é constituído de textos escritos pelos candidatos do mencionado exame, os quais não são de domínio público. Para ter acesso a esses textos, buscamos autorização junto à Coordenação de Acesso Discente (Cadis/IFRN). Destacamos, para tanto, que o acesso só foi permitido após aprovação da proposta de pesquisa no Comitê de Ética da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), sob o protocolo nº 83911424.8.0000.5294 e Parecer de número 7.187.216.

Partimos da hipótese de que os participantes do processo seletivo referido se valem de argumentos em seus artigos de opinião para ancorar a tese defendida, mesmo que, muitas vezes, não possuam um conhecimento mais aprofundado a respeito do assunto tratado nos textos, da argumentação e das sequências argumentativas. Além disso, supomos que esses candidatos se baseiam em modelos de argumentos previamente formatados, compreendidos como eficientes para qualquer temática.

Nessa direção, a investigação se guiou pela seguinte questão de pesquisa: como se desenvolve o processo de construção da sequência argumentativa no gênero artigo de opinião em textos escritos por candidatos ao processo seletivo para os cursos técnicos de nível médio, na forma integrada do IFRN – Edição 2023?

A título de recorte, os recentes resultados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no *Relatório de Resultados do Saeb 2021* (Brasil, 2024), apontam que os alunos concluintes dos anos finais do Ensino Fundamental têm

dificuldade em elaborar argumentos capazes de validar suas teses. Espera-se desse aluno maior domínio na escrita de gêneros argumentativos, visto que o referido gênero possibilita maior domínio da produção escrita, da elaboração de raciocínios e do diálogo com outros textos que possam servir de apoio ao que dizem, como ocorre nos textos de tipologia dissertativo-argumentativa, caso do artigo de opinião.

Das leituras providas de Adam (2008, 2019), compreende-se que a habilidade de argumentar é essencial para as interações sociais, uma vez que as pessoas constantemente precisam refutar, persuadir e apresentar pontos de vista. Desde escrever para um determinado fim até participar de reuniões, estamos continuamente desenvolvendo nossa capacidade de argumentação. Na verdade, os gêneros argumentativos estão presentes em nossas vidas diárias, como cartas de leitores, artigos de opinião, resenhas críticas e até mesmo conversas com amigos. Por isso, ser capaz de desenvolver a argumentação nesses gêneros está intrinsecamente ligado à reflexão crítica e à comunicação eficaz. É por meio da argumentação que os indivíduos expressam suas opiniões, debatem ideias e fundamentam suas posições.

Desse modo, Adam (2016) aponta que a argumentação é uma sequência textual caracterizada pela exposição de uma tomada de posição, alicerçada por argumentos que a comprovem diante de outras possíveis posições. O autor fundamenta-se na estrutura e na organização interna das sequências argumentativas, vendo-as como elementos-chave na construção do sentido do texto.

Nesse contexto, a esfera escolar é o ambiente ideal para o desenvolvimento dessa competência, uma vez que é nela que os estudantes podem adquirir as bases necessárias para a construção de argumentos sólidos e aprimorar suas habilidades de comunicação e de participação social.

A importância do desenvolvimento de habilidades de argumentação na esfera escolar é inegável, uma vez que bons argumentos são essenciais para a interação social e o sucesso nas relações interpessoais. Por isso, aprimorá-las permitirá aos estudantes expressar, de forma clara e articulada, o pensamento crítico, além de comunicar suas posições de modo eficaz. Esse aprimoramento é fundamental para que os alunos possam refletir sobre os mais diversos assuntos, expressar suas opiniões de maneira consistente e demonstrar sua compreensão sobre causas, efeitos e consequências, bem como a capacidade de expressar satisfação ou insatisfação.

Essas informações justificam a necessidade de se desenvolver pesquisas que tratem sobre o ensino da argumentação. Além disso, diversos outros aspectos destacam a relevância desta pesquisa. Tendo sido desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO), da associação ampla entre a Universidade Federal Rural do Semi-Árido

(UFERSA), a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), alinha-se à área de concentração desse programa, voltada para o ensino na escola pública. No que se refere à escola pública, a pesquisa resulta em uma proposta de ensino que busca o aperfeiçoamento das competências argumentativas dos alunos, o domínio da escrita de textos argumentativos e, conseqüentemente, a preparação dos discentes para as seleções do certame. Nesse sentido, insere-se na linha de pesquisa “Ensino de Línguas e Artes”.

Acreditamos, ainda, que a pesquisa é de grande relevância para a Linguística Textual e para o Grupo de Pesquisa em Estudos Linguísticos do Texto (GPELT), ao qual pertence o pesquisador, uma vez que ambos têm o texto como objeto de estudo. Assim, a pesquisa contribuirá com a aplicabilidade das reflexões advindas das vertentes teóricas da área e com o desenvolvimento de futuras investigações que visem estudar o gênero artigo de opinião ou o trabalho com habilidades argumentativas.

Nesse sentido, entendemos ser importante destacar que nossa base teórica se fundamenta em Adam (1992, 2008, 2011, 2016, 2019), quanto à noção de sequências argumentativas, e em Cavalcante *et al.* (2022) e Amossy (2011), para tratar das noções de dimensão argumentativa e visada argumentativa.

O objetivo geral desta dissertação é analisar como candidatos do Exame de Seleção na Forma Integrada do IFRN – Edição 2023, com nível de Ensino Fundamental, utilizam a sequência argumentativa em textos do gênero artigo de opinião, produzidos durante o certame. A consecução desse objetivo geral foi orientada pelos seguintes objetivos específicos: descrever e classificar a sequência argumentativa em artigos de opinião desses participantes; detalhar a planificação da sequência argumentativa e o efeito persuasivo dela decorrente nesses textos e, por fim, refletir sobre a formação de alunos da Educação Básica enquanto produtores de textos proficientes.

Dado esse horizonte, esta dissertação está organizada em cinco capítulos, sendo esta introdução o primeiro. O segundo se dedica ao referencial teórico da argumentação sob a perspectiva da Linguística Textual e das noções de dimensão argumentativa, visada argumentativa, sequências e tipos textuais, sequência argumentativa, gêneros do discurso e o gênero artigo de opinião. Além disso, problematiza a argumentação e o ensino da produção textual na escola.

O capítulo três trata da metodologia e focaliza a construção do objeto de estudo da pesquisa, o método de abordagem, os sujeitos e o universo da pesquisa, os instrumentos para produção de dados, apresentando o *corpus* e os procedimentos metodológicos para a análise.

O quarto capítulo é destinado à análise dos textos.

Por fim, o capítulo cinco apresenta algumas considerações sobre o tema estudado, apontando possibilidades futuras, especialmente no que se refere a novos projetos dessa ordem.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA PESQUISA

Este capítulo é dedicado aos pressupostos teóricos da pesquisa. Nele, são apresentados alguns conceitos imprescindíveis ao trabalho, como o de argumentação, sequências argumentativas, dimensão e visada argumentativa, gênero do discurso e artigo de opinião. Além disso, ao final, discutimos sobre o ensino de produção textual e de argumentação na escola pública.

2.1 A ARGUMENTAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DA LINGUÍSTICA TEXTUAL

Das leituras empreendidas a partir de Marcuschi (1983) e Koch (2003), entendemos que a Linguística Textual é uma disciplina que se dedica a descrever e a analisar os processos de textualização, pelos quais uma unidade de comunicação se configura como texto e se constitui nos mais diversos contextos sociais. É a partir dos textos que os sujeitos interagem, negociam e, de modo mútuo, constroem sentidos.

Marcuschi (1983, p. 12-13) orienta que:

Em suma, a Linguística Textual trata o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas. Por um lado, deve preservar a organização linear que é o tratamento estritamente linguístico abordado no aspecto da coesão e, por outro, deve considerar a organização reticulada e tentacular, não linear, portanto, dos níveis de sentido e intenções que realizam a coerência no aspecto semântico e funções pragmáticas.

Com o passar do tempo, a Linguística Textual tem ganhado novo patamar, expandindo-se para compreender outros fenômenos que também aludem ao texto, sob uma visão interdisciplinar. Koch (2003, p. 86) ressalta que:

A Linguística Textual toma, pois como objeto particular de investigação não mais a palavra ou a frase isolada, mas o texto, considerado a unidade básica de manifestação da linguagem, visto que o homem se comunica por meio de textos e que existem diversos fenômenos linguísticos que só podem ser explicados no interior do texto. O texto é muito mais que a simples soma das frases (e palavras) que o compõem: a diferença entre frase e texto não é meramente de ordem quantitativa; é sim, de ordem qualitativa.

A Linguística Textual destina sua pesquisa não à palavra ou à frase isolada, mas sim ao texto, visto que há vários fenômenos linguísticos que só podem ser compreendidos dentro do contexto textual, e é nele que a argumentação acontece.

Por isso, ressaltamos que o texto está na base de todos os processos de comunicação humana, motivo pelo qual tem sido estudado a partir de diversas perspectivas — razão que leva

a Linguística Textual a reivindicar um caráter interdisciplinar. É por meio dos textos que os indivíduos argumentam e se posicionam em relação aos mais diversos temas da sociedade.

Partindo desse princípio, a Linguística Textual, numa perspectiva interdisciplinar, tem se interessado pelo fenômeno da argumentação, visto que é no texto que as estratégias argumentativas empregadas pelo locutor se materializam.

Na vertente da Linguística Textual desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Protexto, a argumentação tem sido estudada por meio de uma interface com a Teoria da Argumentação do Discurso. A esse respeito, Cavalcante (2016, p. 116) escreve que:

A virada epistêmica a partir da interface da Linguística Textual com a Teoria da Argumentação do Discurso acontece quando os critérios analíticos da Linguística Textual são como que motivadas por uma tentativa de explicação para as escolhas textuais nas quais o sujeito age sobre o seu dizer, reelaborando-o a todo instante, negociando-o com os prováveis interlocutores (em seus papéis sociais), para atender a seus propósitos.

Do diálogo com Amossy (2011), a Linguística Textual passa a ver a argumentação não apenas como uma função discursiva das estratégias de textualização, mas também como a motivação para todas as escolhas feitas por um locutor-enunciador em uma dada interação (Cavalcante *et al*, 2022). Nesse viés, a argumentação atravessa todo texto, em diferentes graus, sendo-lhe característica constitutiva.

A partir dessa constatação, a Linguística Textual brasileira vivenciou uma virada epistêmica, que tem sido nomeada, em trabalhos anteriores (cf. Oliveira e Cavalcante, 2024), como o reconhecimento de que a interface com a Teoria da Argumentação do Discurso modificou o modo como compreendemos os fenômenos textuais.¹

Segundo Amossy (2011), ao considerar o aporte discursivo, a Teoria da Argumentação no Discurso propõe um estudo da argumentação situado em um quadro comunicacional e sócio-histórico, visando analisar, na diversidade de gêneros e práticas discursivas, o modo como a argumentação se inscreve nos feitos e no interdiscurso. Sob essa perspectiva, a argumentação é vista como uma tentativa de influenciar, por meio dos recursos da linguagem, os modos de ver, de pensar e de sentir do interlocutor (Amossy, 2011). Dito isso, “é por meio dos textos que podemos nos beneficiar enormemente do que se coloca acerca da construção e da condição constitutivamente argumentativa de todo e qualquer texto” (Cavalcante et al., 2022, p. 97).

Cavalcante (2020) escreve que, para compreender melhor a complexidade textual, é necessário também compreender o aspecto argumentativo do texto sob o viés de uma argumentação no discurso, considerando que todos os textos são argumentativos em diferentes graus.

Desse modo, segundo Cavalcante (2016), devemos entender que o estabelecimento da Linguística Textual como disciplina de estudo do texto sempre incluiu, por diferentes conduções metodológicas, a argumentação como um pressuposto inegável e como uma motivação para a análise de diversas estratégias de organização textual. A autora aponta para o projeto programático da Linguística Textual que, segundo ela, se localiza entre estudos descritivos e estudos discursivos, considerando, de todo modo, os lugares sociais em que o texto se inscreve e as relações interdiscursivas que o atravessam, as quais podem ser úteis para uma análise argumentativa dos discursos.

Em vista disso, assumimos, com Cavalcante *et al.* (2022), que a Linguística Textual examina os fenômenos linguísticos que contribuem para a formação da coerência — elemento central da argumentação —, a qual é entendida como um processo extremamente complexo.

Ademais, Cavalcante (2016, p. 17) escreve que “a Linguística Textual concebe as relações dialógicas e as motivações argumentativas como constitutivas de todo fazer textual, de toda construção da textualidade”. No mesmo nesse sentido, Cavalcante (2016, p. 17) expressa que:

As estratégias de textualização – objeto de estudo da Linguística Textual - vão desde a acomodação do dizer a um gênero do discurso, à adaptação a um modo de organização do texto em sequências dominantes e inseridas, às tentativas de marcar linguisticamente as normas de polidez que regulam qualquer interação, à tematização e à perspectivização da coerência discursivamente contextualizada, à negociação dos processos referenciais, à marcação dos jogos intertextuais, das heterogeneidades enunciativas e das reflexões metadiscursivas sobre os modos mais adequados de colocar em texto.

Parafraseando-a, concluímos que a argumentação se destaca na dimensão do texto. De acordo com Amossy (2011), a argumentação é parte integrante do discurso. No entanto, para a Linguística Textual, ela se insere na dimensão das relações de textualização, estando estreitamente ligada às relações de coesão textual, visto que a argumentação faz parte do discurso, mas é no texto que se manifesta e por meio dele que se comunica.

No que se refere à argumentação sob a perspectiva da Linguística Textual, Adam (2019) também desenvolveu, em suas pesquisas, uma teoria de análise textual e discursiva que investiga os limites tanto internos quanto externos ao texto, sugerindo variáveis interconectadas para análise. No âmbito textual, uma dessas variáveis refere-se às sequências textuais,

denominadas pelo autor de construtos teóricos dos textos. Tais variáveis formam os textos, o que torna essencial analisá-los considerando tanto os elementos estruturais (macro e microelementos) quanto a maneira como a língua é utilizada em contextos específicos, especialmente aqueles voltados à argumentação.

2.1.1 Orientação argumentativa

Apropriando-se de Adam (2008), a orientação argumentativa diz respeito às estratégias utilizadas pelos falantes ou escritores ao se expressarem, com o objetivo de convencer ou persuadir o público sobre um assunto em pauta ou, ainda, ao mencionar um objeto de debate com metas determinadas dentro de um processo de argumentação. Diversos recursos enunciativos podem ser utilizados nessa estrutura, abrangendo representações discursivas, modos de referência, nuances dos temas abordados, a dinâmica de vozes envolvidas, entre outros elementos. Todos eles podem apontar para a orientação argumentativa de um texto.

De posse dessa compreensão, a orientação argumentativa também pode ser percebida considerando as macroproposições sequenciais utilizadas pelo locutor/enunciador para dar conexão ao seu texto. Para Adam (2011, 2019), as sequências são ferramentas que guiam o locutor/enunciador em suas escolhas diante do que é expresso no texto.

Adam (2019) ressalta que o texto é uma unidade de linguagem que pode ser interpretada como uma totalidade coerente de significado, mas que é influenciada pelo contexto social e cultural em que foi produzido e recebido, considerando sua organização e as relações que surgem entre os textos durante a interação.

Dessa maneira, Adam (2011) afirma que o valor ilocucionário da orientação argumentativa está diretamente relacionado à conexão entre o significado de uma afirmação e uma atividade enunciativa que possui significado. Assim, o valor descritivo de uma afirmação só se torna significativo quando vinculado ao seu valor argumentativo. Segundo o autor, em cada proposição apresentada há uma dimensão enunciativa que se responsabiliza por expressar verbalmente um conteúdo referencial, garantindo a essa proposição uma certa capacidade argumentativa. Isso, por sua vez, lhe confere um poder ou valor ilocucionário que pode ser mais ou menos evidente.

2.1.2 Dimensão argumentativa e visada argumentativa

Por oportuno, entendemos ser de grande valia dizer que pautamos aqui a concepção de argumentação em Amossy (2018). Por esse motivo, caracteriza-se como um campo de estudo interdisciplinar. Segundo Cavalcante (2016), a argumentação é, de fato, parte integrante do discurso; contudo, é no texto que ela se manifesta.

Amossy (2018) propõe uma interpretação mais abrangente do conceito de argumentação. Trata-se de parte essencial de todo discurso e, neste caso, de todo texto, como acrescenta Cavalcante (2016), pois é vista não somente como a tentativa de persuadir um público a aderir a uma tese, mas também “como a tentativa de alterar, redirecionar ou, simplesmente, reforçar, através dos recursos linguísticos, a perspectiva do interlocutor” (Amossy, 2011, p. 129). A autora caracteriza a argumentação como:

[...] meios verbais que uma instância de locução utiliza para agir sobre seus alocutários, tentando fazê-los aderir a uma tese, modificar ou reforçar as representações e as opiniões que ela lhes oferece, ou simplesmente orientar suas maneiras de ver, ou de suscitar um questionamento sobre um dado problema (Amossy, 2018, p. 47).

Esta extensão possibilita à escritora destacar a argumentação na diversidade de gêneros do discurso. Amossy (2018) examina a argumentação dentro de um contexto comunicativo e sócio-histórico, pelo que podemos analisar a forma como se insere, principalmente, no texto e na interdiscursividade.

De posse disso, primeiramente, entendemos ser necessário conceituar o que é, de fato, dimensão argumentativa e visada argumentativa, sob a teoria da referida autora, para então seguirmos com suas implicações teóricas para esta pesquisa, sabendo que a abordagem da argumentação no discurso descrita por Amossy (2018), de fato, busca valorizar todas as situações de interação, permitindo uma exploração mais profunda da intenção por trás do discurso ao longo de sua construção. É sabido que cada gênero do discurso possui objetivos específicos, o que significa que, nesse contexto, a principal diferença entre eles reside na capacidade de persuadir ou, ainda, de influenciar o interlocutor.

Então, temos a dimensão argumentativa que, segundo Amossy (2020), compreende, na verdade, a presença de informações que de certo modo também defendem um ponto de vista, seja ele escrito ou oral. Essa dimensão não se limita apenas a textos explicitamente argumentativos, como, nesta dissertação, os artigos de opinião, mas pode estar presente em diversos tipos de discurso, incluindo aqueles em que a intenção de persuadir não é a principal.

Existem relatos, discursos que apenas direcionam, de forma oculta, o ouvinte — neste caso, dimensão argumentativa. Amossy (2020, p. 44) considera que:

há uma dimensão argumentativa em discursos como um artigo científico, a reportagem, a narrativa de ficção, uma carta pessoal, a conversação cotidiana, etc. Podemos incluir nesse domínio as narrativas de enterro, não só respaldadas pela afirmação de que todo discurso possui certo grau de argumentatividade, mas também porque elas possuem essa dimensão argumentativa, visto que orienta melhor do ouvinte e modifica crenças, o que será mais explorado na análise dos dados.

Já a visada argumentativa, segundo Amossy (2018, p. 43), aparece em textos em que há uma "intenção deliberada que propõe estratégias planejadas para alcançar esse fim". Essa forma de discurso é descrita por gêneros que têm por objetivo convencer os interlocutores, como acontece, por exemplo, em defesas jurídicas, editoriais e, no nosso caso, artigos de opinião. Neste último, como vemos, o propósito, de fato, é persuadir o interlocutor a aderir à tese apresentada.

Nesse sentido, divergem dos textos que tão somente têm tendência a orientar as representações dos interlocutores, sem, contudo, procurar convencê-los sobre uma opinião, como é o caso dos gêneros narrativos. Dessa forma, Amossy (2018) sustenta que:

[...] meios verbais que uma instância de locução utiliza para agir sobre seus alocutários, tentando fazê-los aderir a uma tese, modificar ou reforçar as representações e as opiniões que ela lhes oferece, ou simplesmente orientar suas maneiras de ver, ou de suscitar um questionamento sobre um dado problema (Amossy, 2018, p. 47).

Dito isto, é fundamental compreender como a sociedade interpreta os acontecimentos e como as pessoas constroem significados sociais a partir dessas interações comunicativas, proporcionadas especialmente pela dimensão argumentativa e pela visada argumentativa, conforme descrito.

2.1.3 Sequências e tipos textuais

Para que possamos compreender as sequências e os tipos textuais, entendemos que se faz necessário, sobretudo, defini-los. As sequências textuais representam unidades fundamentais na linguagem e são responsáveis pela formatação dos gêneros do discurso. Adam (2008, p. 203) “descreve que a teoria das sequências textuais representa uma contrapartida em relação à generalidade das tipologias de textos”. Desse modo, convém ressaltar que a configuração da sequência argumentativa na estrutura interna de um texto, proposta por esta

pesquisa, segue, segundo Adam (2019), um padrão estrutural que é fundamental para a construção de um texto do tipo dissertativo-argumentativo.

Por isso, o referido autor, em sua teoria de análise textual e discursiva, explora os limites internos e externos do texto e, para isso, propõe diferentes variáveis de análise que estão interligadas. Dito isto, como dissemos acima, esta pesquisa se deteve no nível textual (estrutura interna), em que essas variáveis, segundo Adam (2019), são, na verdade, a análise de sequências textuais, chamadas pelo autor de construtos formadores dos textos.

Dentre as sequências expostas pelo teórico, há a sequência argumentativa, que trata a “argumentação como uma forma de composição elementar” (Adam, 2019, p. 146). Assim, uma sequência argumentativa é, de fato, um conjunto de macroposições que têm como objetivo apresentar um raciocínio argumentativo. Portanto, fundamentado nisto, espera-se que um texto de caráter argumentativo possua, predominantemente, sequências argumentativas.

Nesse sentido, o teórico define que o texto “é o traço linguageiro de uma interação social, a materialização semiótica de uma ação sócio-histórica de fala” (Adam, 2019, p. 33). Assim, a narração, a descrição, a argumentação, a explicação e o diálogo são, segundo ele, nesta perspectiva, formas que determinado comportamento discursivo poderia apresentar, e conclui dizendo que “é pelo sistema de gênero de uma dada formação sócio-histórica que a textualidade alcança a discursividade” (Adam, 2019, p. 146).

O autor destaca, para tanto, que, de modo geral, os textos se estruturam e sugerem distintas perspectivas epistemológicas como forma de compreender os esquemas globais que os compõem. Nesse sentido, Adam (2008, p. 204) sustenta que:

Uma sequência é uma rede relacional hierárquica: uma grandeza analisável em partes ligadas entre si e ligadas ao todo que elas constituem; uma entidade relativamente autônoma, dotada de uma organização interna que lhe é própria e, portanto, numa relação de dependência-independência com o conjunto mais amplo do qual faz parte (o texto).

Sob essa ótica, o texto é entendido como uma construção formada por “elementos” que se conectam para formar uma unidade de comunicação e sentido coesa. Nesse ponto de vista, Adam (2011) define sequência como uma estrutura cujas partes estão ligadas entre si e ligadas ao todo que elas constituem, formando, assim, uma rede relacional hierárquica. Ademais, a organização interna da sequência lhe confere uma relação de dependência-independência com o texto, conjunto mais amplo do qual faz parte. Em um nível organizacional, ele se estrutura em macroposições que, segundo Adam (2011), são constituídas por sequências textuais classificadas como descritivas, narrativas, argumentativas, explicativas e dialogais.

A menor parte de uma sequência é uma proposição, uma pequena unidade de sentido dentro do texto, que difere da frase e do período. Adam (2011) apresenta uma análise textual em que busca articular texto e discurso. Em uma abordagem textual-discursiva, a microunidade de análise deve ter um caráter textual e enunciativo, uma vez que, segundo o teórico, uma “proposição-enunciado é o produto de um ato de enunciação” (Adam, 2011, p. 108). Essa diversidade na composição dos textos se deve ao fato de que eles costumam ter objetivos de comunicação bastante variados, podendo transmitir informações, narrar histórias, defender um ponto de vista, esclarecer conceitos e até incluir trechos de diálogo.

É importante dizer que, para isso, na composição dos textos, uma sequência compreende um conjunto de macroproposições, elementos que as formam e podem se organizar hierarquicamente ou horizontalmente. Isto é, uma estrutura hierárquica organiza informações em níveis de relevância nos textos, sendo, para tanto, tópicos principais e subtópicos subordinados. Quanto à estrutura horizontal ou linear, as informações se apresentam em sequência, sendo uma após a outra, sem diferença de níveis de valor.

Cavalcante *et al.* (2022, p. 203) afirmam que “os textos não são compostos apenas por uma única sequência textual, mas sim por uma ‘combinação’ de várias delas. Contudo, é frequentemente viável identificar uma sequência predominante em relação à estrutura formada por essas sequências”. De modo geral, todo texto apresenta uma composição heterogênea, na qual há uma combinação de diversas sequências, sendo uma delas dominante, pelo que é possível reconhecer um texto como narrativo, descritivo, argumentativo etc.

Essa diversidade na composição dos textos se deve ao fato de que eles costumam ter objetivos de comunicação bastante variados, podendo transmitir informações, narrar histórias, defender um ponto de vista, esclarecer conceitos e até incluir trechos de diálogo.

Por esse viés, as sequências permitem reconhecer e entender um gênero que se estrutura predominantemente de maneira narrativa ou argumentativa. Em outras palavras, com base nos estudos de Adam (2019), dizemos que são formas linguísticas organizadas que fazem a estrutura composicional de um gênero, o que as torna mais consistentes e menos propensas a mudanças devido a influências sociais. Em todo caso, são unidades mínimas de composição textual, ou seja, de protótipos, e visam formar uma unidade textual coesa e coerente.

Dito isto, destacamos também o pensamento de Silva (2016, p. 52), que, em outras palavras, escreve:

Em casos muito particulares e pouco frequentes, certos textos podem ser constituídos por apenas uma sequência ou mesmo por um conjunto de sequências de um mesmo tipo. Porém, na maioria das vezes, os textos são constituídos por encadeamentos de várias sequências, que podem acontecer de duas formas: entre sequências homogêneas do mesmo tipo ou, mais habitualmente, sequências heterogêneas de tipos diferentes.

Nesses encadeamentos,

um modo de composição aparece como dominante, o que torna um texto predominantemente narrativo, predominantemente descritivo, predominantemente argumentativo, predominantemente explicativo ou predominantemente dialogal, apesar da presença de sequências de outros tipos (Adam, 2011, p. 269).

Mediante o exposto, existem cinco sequências prototípicas: dialogais, narrativas, argumentativas, explicativas e descritivas. Teoricamente, cada texto produzido pode exibir homogeneidade ou heterogeneidade sequencial, ou seja, pode ser estruturado apenas com sequências descritivas, apenas narrativas, entre outras, ou, mais frequentemente, com uma mistura de variados tipos de sequências.

Embora seja formado por várias sequências simultâneas, conforme escreve Adam (2008), o texto não se torna caótico, já que uma delas prevalece sobre as outras, que são empregadas para evidenciar essa dominante de maneira mais eficaz. Por exemplo, em um artigo de opinião, a sequência predominante é a argumentativa, uma vez que se aborda um assunto controverso e se defende ou refuta uma tese. No entanto, pode existir uma sequência narrativa, que apresenta fatos ou ações que reforçam a tese; uma sequência descritiva, que apresenta elementos do tema que auxiliam a convencer ou persuadir o leitor do artigo; ou ainda uma explicativa, explicando o porquê ou a razão pela qual a tese é defendida ou rejeitada.

Nessa perspectiva, em um conto de fadas, por exemplo, existe uma sequência narrativa (conjunto de ações executadas por um personagem que causa ou tenta impedir uma alteração), uma sequência descritiva (conjunto de ações que evidenciam características de um objeto, animal ou indivíduo) e uma sequência dialogal (conversa entre os personagens). Também pode existir uma sequência instrutiva (indicação de como ou o que deve ser feito), uma argumentativa (apresentação de uma tese, defesa ou refutação, contra-argumentação e conclusão) ou uma explicativa (esclarecimento de um problema proposto).

Quanto aos tipos textuais, Adam (2008) busca atender à diversidade dos textos e estabelece que a organização sequencial ocorre através da combinação de sequências e da predominância sequencial.

Até recentemente, a palavra “tipo” era empregada de diversas maneiras. Desenvolviam-se tipologias textuais baseadas em diversos elementos e princípios variados. Ademais, o conceito de tipo de texto frequentemente se referia à sua estrutura, constituição, às vezes ao seu propósito ou até mesmo à sua estruturação. Essa falta de clareza sobre o que caracterizaria o tipo de texto permitia a criação de diversas interpretações.

Nesse sentido, Silva (1999) escreve que os vários tipos textuais confeccionam a tessitura do texto ou constituem a sua estrutura composicional. Podem ser interpretados como formas enunciativas de estruturação do discurso no texto, realizadas por operações textuais-discursivas que se desenrolam nos níveis micro e macroestruturais, operações que se desenvolvem durante o processo de criação do documento.

2.1.4 A sequência argumentativa

Para compreender a sequência argumentativa, primeiramente, é preciso entender que ela não é a representação da argumentação de maneira geral; por isso, não deve ser vista como tal. Dado esse posicionamento, argumentar consiste em criar uma representação de algo e compartilhá-la com um público, com o objetivo de estimular ou intensificar a adesão a essa ideia (Adam, 2019). Nesse entendimento, há diversas estratégias e métodos para realizar essa ação, possibilitando que ela seja abordada tanto na esfera discursiva e social quanto na esfera textual da linguagem. Tomando como base o pensamento de Adam (2019), a argumentação será percebida como um componente fundamental da textualidade, em seu nível linguístico-textual.

Cavalcante *et al.* (2022, p. 212-213) escrevem:

Uma sequência textual argumentativa prototípica apresenta, basicamente, um encadeamento entre premissas, argumentos e conclusão. As premissas são proposições sobre um fato/dado, apresentado pelo locutor/ enunciador para servir de ponto para a argumentação. A partir dessas premissas, o locutor/enunciador seleciona e hierarquiza dados que servem de argumentos que, por sua vez, embasam o ponto de vista que realmente pretende sustentar.

Reforçando, Adam (2019) fundamenta sua teoria sobre a sequência argumentativa nos princípios do silogismo (raciocínio dedutivo) e do entimema (está subentendida uma premissa), além de considerar as contribuições de teóricos que discutiram estruturas argumentativas, como Stephen Toulmin e Christian Paulin, para os quais a argumentação se configura como a conexão entre as evidências apresentadas e a conclusão.

Ainda de acordo com Adam (2019), nota-se que um único texto pode formar uma sequência argumentativa completa, composta por várias sequências que se alinham com suas principais proposições. Além disso, destaca-se a importância do emprego de conectores e do tempo verbal na construção da argumentação, pois esses componentes compõem o texto para atingir seus propósitos argumentativos. Esses exemplos indicam as variáveis que podem surgir, especialmente no gênero artigo de opinião analisado nesta pesquisa, destacando a existência dessa sequência argumentativa, que será mais detalhadamente abordada.

Para tanto, é importante dizer que a sequência argumentativa de Adam (2008) aponta o direcionamento das ações, quando afirma que o ato argumentativo é, de fato, um esquema argumentativo que se assenta em dois movimentos: demonstrar e justificar uma tese ou refutá-la. Nos dois casos, opera-se a apresentação de um dado ou um elemento explícito de sustentação — o argumento — e uma conclusão. Outro movimento previsto é o da refutação da tese ou dos argumentos de tese adversa.

Desse modo, a sequência argumentativa tem a função de persuadir e convencer o interlocutor na interação verbal, conforme preconiza Adam (2008). O ato argumentativo consiste na oposição de enunciados, os quais são interligados por operadores argumentativos, escreve Adam (2008). Diante disso, a nossa análise se dará observando a estrutura da sequência argumentativa, segundo Adam (2019).

Figura 1 – Estrutura da sequência argumentativa



Fonte: Adam (2019, p. 168).

No esquema proposto por Adam (2019), apresentado acima, estão demonstrados os dois níveis da argumentação. O esquema de base, com três macroproposições (MParg.1, MParg.2 e MParg.3), apoia-se explicitamente sobre a MParg.0 (tese anterior), no caso particular da refutação. Retenhamos que esse esquema prototípico não fixa uma ordem linear imutável de macroproposições: a (nova) tese (MParg.3) pode ser formulada logo de início e ser retomada, ou não, por uma conclusão que a duplique no final da sequência; a tese anterior (MParg.0) pode estar subentendida.

Conforme Adam (2019), esse esquema comporta dois níveis: o justificativo (MParg.1 + MParg.2 + MParg.3), em que a consideração do interlocutor é baixa e a estratégia argumentativa é dominada pelos conhecimentos relatados; e o dialógico ou contra-argumentativo (MParg.0 e MParg.4), em que a argumentação é negociada com um contra-argumentador (auditório) real

ou potencial, e a estratégia argumentativa visa a uma transformação de conhecimentos. A título de informação, ressaltamos que esta pesquisa adota o nível dialógico, que envolve uma interação efetiva com um contra-argumentador, seja ele real ou potencial. Diferentemente do nível justificativo, em que o foco está apenas em expor razões baseadas nos próprios conhecimentos do produtor do texto, sem considerar significativamente o interlocutor, o nível dialógico pressupõe negociação de sentidos, troca argumentativa e possíveis objeções.

Ressalte-se que a MParg.2, para Adam (2019), tanto no nível justificativo quanto no dialógico, é o encadeamento que assume o papel de “passagem”, isto é, que corresponde ao movimento argumentativo entre os dados e a conclusão. Desse modo, essa macroproposição pode, ou não, estar exposta no texto. Portanto, para o autor, em algumas situações, esse movimento argumentativo é deduzido pelo leitor a partir dos dados e das informações contidas em outras macroproposições. Nesse sentido, em uma produção, o suporte para a MParg.1 pode ser uma inferência ou uma parte exposta do texto que garante esse microencadeamento argumentativo.

A título de exemplo, trouxemos aqui um dos textos que constituem o *corpus* desta pesquisa, para explicitar como se deu o processo de análise. Ressaltamos que a prova discursiva que deu origem ao referido texto trouxe, como proposta de produção textual, o seguinte tema: “A Lei das Cotas privilegia pretos e pardos em detrimento dos direitos dos brancos, tornando desigual a disputa por uma vaga nas universidades?”

Nesse sentido, o exemplo abaixo se constitui no nível dialógico ou contra-argumentativo (MParg.0 + MParg.4) da sequência argumentativa — nele, a argumentação é negociada com um contra-argumentador (auditório) real ou potencial, e a estratégia argumentativa almeja uma transformação dos acontecimentos.

Modelo de análise:

Figura 2 – Exemplo: Texto A

Texto A **questão 1**
Início do espaço destinado à resposta

1 A importância da lei das cotas
2 Conforme o artigo 3º da Constituição Federal de 1988, um dos
3 principais objetivos do país é garantir o pleno desenvolvimento
4 nacional. Portanto, ao analisar a lei das cotas, nota-se que o Governo
5 Brasileiro a criou para a melhoria da nossa nação. A discriminação
6 contra a lei, ocorre tanto pelo fato de que a sociedade Brasileira
7 ainda é extremamente racista, quanto pelo fato de que pessoas negras
8 nunca tiveram um lugar na sociedade.
9 Paralelamente, a lei das cotas fez com que as universidades se
10 tornassem mais inclusivas, de que 50% das vagas são disponibilizadas
11 a pessoas negras e pardas. Entretanto, o fato de 50% das vagas serem
12 reservadas para estudantes negros e de baixa renda fez com que a
13 sociedade racista fosse contra a lei de cotas. De acordo com o artigo
14 5º da Constituição Federal de 1988 "todos são iguais perante a lei".
15 Sabendo disso, nota-se que o ato racista deturpa a teoria consti-
16 tucional.
17 Além disso, os negros nunca tiveram um lugar na sociedade, isso
18 se deve tanto pelo racismo estabelecido nos dias atuais, quanto
19 pelos 300 anos de escravidão, grande parte da sociedade branca
20 tem o pensamento que os negros ainda são inferiores a eles.
21 Contudo, o número de alunos pardos e pretos cresceu muito desde
22 a criação criação da lei de cotas. Hoje cerca de 38% dos
23 estudantes negros ocupam uma vaga na universidade.
24 Portanto, a lei de cotas não privilegia pretos e pardos, para
25 tentar tirar o pensamento racista dos cidadãos, o Governo Federal
26 publicar um vídeo sobre a história dos negros e de como eles são
27 importantes para o Brasil. O vídeo seria publicado nas redes
28 sociais de pessoas influentes e em emissoras de televisão.
29
30 Negritude Iorubá

Fonte: Cadis/IFRN (2023).

No quadro que segue, fizemos uma exposição detalhada das macroposições argumentativas, especificando cada uma delas e compreendendo sua efetividade no texto por meio da relação direta dos argumentos expostos, como também com as estratégias discursivas contidas e usadas para persuadir o leitor.

Quadro 1 – Texto A

Protótipo da sequência argumentativa	Texto A de um candidato participante do exame de seleção do IFRN na forma integrada – edição 2023
Tese anterior a ser refutada ou confirmada P.ARG 0	“A discriminação contra a lei, ocorre tanto pelo fato de que tanto a sociedade brasileira é extremamente racista

	quanto pelo fato de que pessoas negras nunca tiveram um lugar na sociedade”.
Dados Premissas. P.ARG 1	Nesses trechos o autor apresenta os dados, os fatos do mundo ao dizer: “conforme o artigo 3º da Constituição Federal de 1988; 50% das vagas são disponibilizadas a pessoas negras e pardas; 50% das vagas serem reservadas para estudantes negros e de baixa renda; artigo 5º da Constituição Federal de 1988; 300 anos de escravidão e 38% dos estudantes negros ocupem uma vaga na Universidade”.
Escoramento de referências Suporte argumentativo, P.ARG 2	Mais à frente o autor apresenta justificativas que sustentam um posicionamento, conforme expresso no trecho a seguir: “A Lei das cotas fez com que as universidades se tornassem mais inclusivas; A constituição declara que “todos são iguais perante a lei.” Os negros nunca tiveram um lugar na Sociedade, Racismo estabelecido nos dias atuais, os 300 anos de escravidão dos negros no Brasil, A Sociedade branca tem o pensamento que os negros ainda são inferiores a eles”.
Especificação contra-argumento, P. ARG 3	Aqui nesses trechos, o autor demonstra a conclusão ou posicionamento assumido por ele: “a discriminação contra a lei; a Sociedade Brasileira é extremamente racista; pessoas negras nunca tiveram um lugar na sociedade; Contudo, o número de alunos Pardos e Pretos cresceu muito desde a criação da lei de cotas”.
Conclusão Nova tese P. ARG 4	Ao final apresenta um contra-argumento a uma possível voz contrária e confirma a tese anterior: “Portanto, a lei de cotas não privilegia Pretos e Pardos. Para tentar tirar o pensamento fascista dos cidadãos”.

Essa situação, demonstrada nos dados, mostra que o candidato consegue construir sequências argumentativas prototípicas, conforme descreve Adam (2019), porque, na produção textual, desenvolve uma tese, utiliza argumentos para sustentá-la e, ao final, apresenta uma conclusão para a temática preestabelecida, conforme quadro demonstrativo acima.

Segundo Adam (2011), a sequência argumentativa divide-se em quatro fases, quais sejam: premissas, apresentação de argumentos, apresentação de contra-argumentos e conclusão.

As premissas referem-se ao estágio em que se propõe uma constatação inicial. A exposição de argumentos é o instante em que se apresentam elementos que direcionam para uma conclusão provável. Esses elementos podem ser fundamentados em lugares-comuns, normas gerais, exemplos, entre outros. Ao apresentar contra-argumentos, há uma limitação na orientação argumentativa, em que os argumentos podem ser respaldados ou refutados também por lugares-comuns, exemplos, entre outros. A fase de conclusão, ou nova tese, é a que incorpora os efeitos dos argumentos e contra-argumentos apresentados.

Por fim, esta sequência fundamenta-se em uma relação que serve como esquema principal, caracterizada pela combinação de dois componentes: informação e conclusão. Trata-se do percurso seguido. O processo de alcançar a conclusão é enriquecido por diversos outros fatores, como objetos de apoio e limitações. A conexão entre essas estruturas constitutivas é expressa por elementos de coesão textual, como, por exemplo, "portanto" e "considerando que". Além disso, há o uso de verbos modais, que atribuem à ação um determinado caráter, sugerindo um nível de intensidade e força.

2.2 GÊNEROS DO DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO

Em consonância com as ideias de Adam (1997) e Silva (2014) acerca do conceito de gênero, podemos afirmar que Adam (2008) argumenta que o gênero é uma categoria social. Parafraseando Silva (2014), dizemos que os gêneros são construções sociais e, nesse contexto, é possível notar a presença de um sistema de gêneros compartilhado por uma comunidade sociodiscursiva. Isso acontece porque, de acordo com Adam (2008), os gêneros surgem no contexto de práticas sociais. Adicionalmente, Adam (2008) enfatiza o aspecto linguístico do conceito de gênero e, nesse sentido, o autor descreve que: "O gênero representa a estrutura dos textos, e é precisamente neste âmbito que se estabelecem as possibilidades (ou limitações) de organização textual" (Adam, 2008, p. 108).

Assim, os gêneros do discurso seriam categorias de enunciados que se assemelham entre si, por isso relativamente estáveis, que, além de espelhar o contexto sócio-histórico e o

panorama ideológico do qual estão inseridos, poderiam, sobremaneira, mostrar uma reinterpretação desses mesmos contextos e cenários, devido à sua relativa proximidade, sendo a estabilidade em suas estruturas arquitetônicas, temáticas, estilísticas e composicionais.

Esta visão se baseia principalmente nas ideias de Bakhtin (1992) e, conseqüentemente, considera os gêneros discursivos e as circunstâncias de comunicação social como fenômenos heterogêneos e variados.

Os gêneros podem ter propósitos variados. Assim, por exemplo, nem toda tomada de fala é destinada a conquistar a adesão do auditório a uma tese (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 1958 [1996]). Desse modo, da conversa cotidiana aos textos literários, existem diversos discursos que não possuem propósito estritamente argumentativo, no sentido de que não expressam qualquer intenção de convencer e não têm a expectativa de levar o interlocutor a adotar uma posição claramente estabelecida por estratégias previamente definidas. No entanto, mesmo a fala que não visa persuadir acaba por exercer algum impacto no interlocutor, direcionando formas de ver e pensar, conforme foi colocado por Amossy (2011).

Nesta visão dialógica, a argumentação está intrinsecamente enraizada no discurso, numa progressão que vai do confronto direto de teses à co-elaboração de uma resposta a uma questão específica e à manifestação espontânea de uma opinião pessoal. Nesse ponto, podemos dizer que os textos, independentemente dos gêneros, sempre apresentarão uma dimensão argumentativa.

Portanto, entendemos que o texto realiza o gênero, de certo modo, uma argumentação complexa, dinâmica e, por consequência, única e distinta.

2.2.1 O gênero artigo de opinião

A linguagem passa a ser encarada como forma de ação, ação sobre o mundo dotada de intencionalidade, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade (Koch, 2008, p. 15).

O artigo de opinião é um gênero do discurso que tem como objetivo apoiar uma determinada ideia, exigindo, assim, o desenvolvimento de uma tese fundamentada em argumentos que possibilitem chegar a uma conclusão sobre o tema de forma propositiva ou sintética, na maioria das situações. Ele é uma forma de texto que se encaixa na tipologia argumentativa, tendo como objetivo expor a perspectiva do autor sobre um tema de importância social.

Esse gênero do discurso aborda questões polêmicas, apresentando evidências, dados estatísticos e opiniões de especialistas para respaldar a argumentação proposta. Assim, o intuito é que, por meio da escrita verbal, as pessoas possam participar ativamente dos debates atuais, proporcionando elementos para que outras se manifestem sobre temas significativos, que abrangem desde política e educação até questões ambientais e assuntos de relevância internacional, além de aspectos ligados aos valores sociais e à ética.

Rodrigues (2001, p. 57) afirma que o artigo de opinião:

é definido pela instância jornalística e pela esfera acadêmica como o gênero cuja finalidade discursiva da interação social é a manifestação de um ponto de vista, um comentário a respeito dos acontecimentos sociais do universo temático jornalístico, que apresenta aos leitores uma determinada orientação apreciativa, cuja autoria representa uma pessoa externa à Imprensa jornalística.

Frequentemente, o artigo de opinião discute um assunto contemporâneo que envolve questões sociais, políticas, econômicas ou culturais, e que desperta o interesse dos leitores. Dessa forma, é possível abordar qualquer tema em um artigo de opinião. Por isso, o artigo de opinião é um gênero presente em diversos campos comunicativos. É um gênero de natureza sociodiscursiva que se propaga em diversos meios e busca defender uma posição sobre um tema específico, apresentando a perspectiva de um indivíduo que pode ou não concordar com o assunto discutido.

O artigo de opinião é um gênero de discurso em que se busca convencer o outro de uma determinada idéia, influenciá-lo transformar os seus valores por meio de um processo de argumentação a favor de uma determinada posição assumida pelo produtor e de refutação de possíveis opiniões divergentes. É um processo que prevê uma operação constante de sustentação das afirmações realizadas, por meio da apresentação de dados consistentes, que possam convencer o interlocutor (Brakling, 1998 *apud* Rojo, 2000, p. 226).

Assim, o artigo de opinião procura influenciar o interlocutor a mudar de opinião através da argumentação apresentada sobre um tema controverso. Na escola, esse gênero é fundamental para o desenvolvimento do estudante, pois é um tipo de texto de natureza argumentativa que tem como objetivo defender um tema comumente controverso, utilizando argumentos e contra-argumentos. Portanto, o estudante desenvolve a habilidade de se posicionar criticamente sobre temas controversos presentes em sua comunidade, permitindo-lhe se expressar de maneira apropriada em diversas circunstâncias.

Brakling (2000, p. 185) define o artigo de opinião como um “gênero discursivo no qual se busca convencer o outro sobre determinada ideia, influenciando-o e transformando os seus valores por meio da argumentação a favor de uma posição, e da refutação de possíveis opiniões

divergentes”. De acordo com a autora, trata-se de um processo que exige uma manutenção contínua das alegações por meio da apresentação de dados sólidos. Isso implica que cada declaração deve ser apoiada por argumentos integrados ao texto, utilizando diferentes estratégias de argumentação, como sequências argumentativas, que é o nosso caso. Desse modo, compreendemos ser necessário que o estudante dos anos finais do ensino fundamental entenda tanto a predominância da sequência argumentativa nesse gênero quanto como ela é necessária para formar a argumentação.

No que diz respeito ao auditório, ao redigir um artigo de opinião na escola, é importante que o estudante saiba quem é esse público-alvo, ou seja, para quem o texto é direcionado, pois o indivíduo sempre fala considerando o outro, isto é, o público ao qual se dirige. Adicionalmente, é com base nessa informação que o estudante construirá sua argumentação, pois ajustamos a linguagem conforme a imagem que temos do nosso leitor.

No que diz respeito ao ensino do artigo de opinião em sala de aula, ele se justifica por ser um gênero discursivo presente no cotidiano social dos alunos. Através do ensino desse gênero, com ênfase no processo sociointeracional, os estudantes poderão aprimorar as competências relacionadas à arte de argumentar, tais como defender uma posição com base em argumentos e contra-argumentos, direcionados para uma possível conclusão. Ademais, é interessante despertar nos estudantes o entendimento do propósito de um artigo de opinião, para que possam escolher argumentos que estejam em consonância com o objetivo do texto argumentativo: convencer ou persuadir um público específico.

Segundo Marcuschi (2010), para que o estudante escreva, faz-se necessário que o contexto de produção esteja claramente definido, incluindo: o objetivo a ser alcançado, o local de circulação, o leitor esperado, o suporte presumido, o tom que será utilizado e, é claro, o tipo de discurso que será empregado.

É importante destacar que a escrita é um processo de interação entre leitor, texto e autor, e que se materializa por meio de gêneros do discurso inseridos em um contexto social, histórico e cultural. Portanto, Koch e Elias (2008) escrevem que, no ensino de produção textual, devem ser sugeridas situações que se assemelham às práticas sociais, pois o ato de escrever na escola deve ser visto como um ensaio para o que os jovens enfrentarão no ambiente social em que estão.

A argumentação fundamentada em evidências se organiza a partir da relação entre dados, garantias e conclusões, compondo um encadeamento racional que busca demonstrar a validade de uma tese ou refutar posições contrárias. Conforme Toulmin (2006), os dados e fatos apresentados pelo enunciador só podem ser aceitos quando acompanhados de garantias capazes

de justificar a passagem lógica entre as premissas e a conclusão. Nesse sentido, o processo argumentativo não se limita à simples exposição de informações: ele exige a construção de microcadeias de raciocínio que sustentam a tese por meio de conexões explicitadas ou inferidas.

Neste sentido, entendemos que o artigo de opinião é uma ferramenta importante para a educação do indivíduo, sabendo que, apesar de o autor do artigo ser um especialista no tema, frequentemente ele escolhe outras vozes para defender sua perspectiva; isto é, usa as palavras de outro especialista para reforçar sua visão sobre o tema em discussão. Esta é uma das táticas argumentativas que precisam ser explicadas aos estudantes, com a intenção de incorporá-las nos artigos que serão redigidos por eles.

2.3 ARGUMENTAÇÃO E ENSINO

A nossa análise é centrada no gênero artigo de opinião; por isso, a argumentação é tratada aqui como uma categoria tanto textual quanto discursiva indispensável. Desse modo, faz-se necessário entendê-la como elemento importante para a emancipação humana por meio da linguagem, nos campos retórico, dialético e lógico, evidentemente.

No cotidiano, é natural que as pessoas busquem defender suas opiniões, pois isso faz parte da essência humana. Como a escola interage com a realidade, é frequente que surjam questionamentos sobre as diversas perspectivas em relação a um mesmo elemento, ideia ou valor nesse contexto. É nesse sentido que a escola tem investido no trabalho pedagógico com a argumentação, visando desenvolver no aluno a sua competência argumentativa.

A partir disso, a argumentação capacita, conforme as referências desta pesquisa, os alunos a defenderem suas crenças, indo além do senso comum, e a compartilharem diferentes formas de interpretar um mesmo acontecimento. Um exemplo emblemático de texto argumentativo, que integra os conteúdos dos currículos escolares, é o artigo de opinião, que apresenta características específicas ligadas à tipologia argumentativa. Assim, a escola é promovida como um espaço de fomento à argumentação. Segundo Gagliardi e Amaral (2008, p. 9): “Aprender a ler e a escrever esse gênero na escola contribui para desenvolver a capacidade de participar, com argumentos convincentes, das discussões [...] de formar opiniões sobre elas, contribuir para resolvê-las, praticar a cidadania”.

Desde a era dos sofistas, na Grécia Antiga, o conceito de argumentar ganhou uma conotação mais negativa do que positiva. Portanto, aquele que argumentava era frequentemente visto como um agente de confusões e desentendimentos, capaz de provocar problemas e perturbar a tranquilidade que predominava em vários setores da sociedade. Sob essa

perspectiva, parafraseando Abreu (2004), argumentar seria infringir, colocar em risco o bem-estar da família e, conseqüentemente, da sociedade; em outras palavras, seria subjugar alguém e forçá-lo a se submeter à sua vontade.

A palavra argumentar se refere a deduzir, concluir, raciocinar, debater e questionar. Embora possua diversos significados, é necessário reconhecer que o conceito de argumentar é bastante polissêmico e está, de certa maneira, ligado às práticas linguísticas realizadas em vários setores da sociedade, como nas áreas religiosa, científica, filosófica, entre outras. Ele será "entendido" conforme a cultura e o grau de conhecimento de cada comunidade. Isso implica que o tipo de argumento empregado será determinado pelo tipo de público ao qual a peça argumentativa se destina, escreve Abreu (2004).

Porém, ao contrário do que se imagina no senso comum, o significado do verbo argumentar não implicaria em coagir o outro ou obrigá-lo a agir conforme nossos desejos, mas sim em "convencer, em conjunto com o outro, caminhando ao seu lado, empregando, com ética, técnicas de argumentação para eliminar barreiras que impedem o consenso" (Abreu, 2004, p. 92). Nesse contexto, Abreu (2004, p. 93) afirma que "argumentar é a habilidade de convencer e persuadir".

Contudo, faz-se necessário compreender a argumentação sob a perspectiva do ensino, haja vista o seu papel importantíssimo na promoção de uma atitude crítica e reflexiva, indispensável para a prática plena do exercício da cidadania. Desse modo, entendemos que a argumentação é, para o ensino, não só a promoção da habilidade de expressar ideias de forma clara, concisa, lógica e convincente, mas também de aprimorar as competências comunicativas e promover a avaliação metódica de variadas visões na formação de opiniões articuladas.

Dessa maneira, Koch (2000) expressa que, por meio da prática da argumentação, os indivíduos desenvolvem a capacidade de questionar e defender suas ideias de maneira construtiva, o que contribui para a formação de cidadãos informados e críticos, capazes de participar ativamente no debate público, favorecendo a ocupação de novos espaços.

Dada a importância da argumentação para o ensino, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), voltada para os alunos do Ensino Médio, enfatiza a necessidade de desenvolver habilidades argumentativas que permitam ao estudante expressar-se de forma articulada, analisar diferentes pontos de vista, construir e defender opiniões fundamentadas, promovendo, assim, a formação de cidadãos críticos, conscientes e participativos no espaço social. Neste sentido expressa:

Essas demandas exigem que as escolas de Ensino Médio ampliem as situações nas quais os jovens aprendam a tomar e sustentar decisões, fazer escolhas e assumir posições conscientes e reflexivas, balizados pelos valores da sociedade democrática e

do estado de direito. Exigem ainda possibilitar aos estudantes condições tanto para o adensamento de seus conhecimentos, alcançando maior nível de teorização e análise crítica, quanto para o exercício contínuo de práticas discursivas em diversas linguagens. Essas práticas visam à participação qualificada no mundo, por meio de argumentação, formulação e avaliação de propostas e tomada de decisões orientadas pela ética e o bem comum (Brasil, 2018, p. 477).

A esse respeito, segundo Azevedo e Tinoco (2019, p. 4) sugerem que: “em relação a esses aspectos, temos de enfatizar alguns pontos essenciais. Em primeiro lugar, argumentar e ensinar argumentação são ações distintas”. Continuando, Azevedo e Tinoco (2019, p. 5) ressaltam que:

o argumentar, o agente exerce a função crítica da linguagem tanto em situações cotidianas quanto em situações institucionalizadas. Ensinar argumentação, porém, pode se configurar como um exercício analítico que envolve a compreensão dos elementos centrais do texto argumentativo (tema, recorte temático, tese, argumentos, contra-argumentos, conclusão); uma atividade de leitura para identificar e classificar estratégias argumentativas encontradas em um texto; uma atividade de escrita de um gênero preponderantemente argumentativo sobre um tema polêmico selecionado pelo professor (ou sugerido pelo livro didático), que terá a finalidade de comprovar se o estudante sabe (ou não) engendrar argumentos em favor de uma tese. Essas práticas, entretanto, por si, não possibilitam aos sujeitos a construção da competência de argumentar socialmente. Isso se justifica porque tal competência requer o desenvolvimento de um conjunto de habilidades e de saberes articulados a interações sociais específicas.

Desse modo, o domínio dessa competência agrega valor e é instrumento essencial para o desenvolvimento integral, ou seja, o ensino da argumentação habilita os estudantes a se manifestarem, a analisarem informações e a contribuir de maneira construtiva no debate público.

Por fim, ancorado em Adam (2019), a argumentação está inter-relacionada ao ensino sob a perspectiva da introdução da sequência argumentativa, visto que os estudantes tendem a se familiarizar com o gênero artigo de opinião, adquirindo domínio na escrita e, possivelmente, um conhecimento aprimorado para a produção deste tipo de texto. Isso ocorre porque, ao interagir com outros textos argumentativos organizados através da sequência argumentativa, a aprendizagem possibilitará uma reflexão sobre a redação de textos do tipo dos apresentados neste estudo. Em linhas gerais, entendemos que é possível melhorar o desempenho da escrita do aluno por meio de uma utilização adequada do procedimento da sequência argumentativa.

2.3.1 O ensino de produção textual na escola

De acordo com Adam (2019), o texto não é apenas uma unidade gramatical, mas uma unidade de significados dentro de um contexto específico. Partindo desse entendimento, a criação de textos, no ambiente escolar, é um tema que interessa a toda a sociedade. A produção diversificada de textos, especialmente no ensino básico, observada em muitos estudos, mostra que os alunos dessa faixa se sentem despreparados ao se depararem com desafios de construção de texto no cotidiano; talvez essa deficiência se dê pelo fato de eles encontrarem dificuldades para condensar informações e opiniões e convertê-las em sentenças linguísticas.

Um dos fatores que influenciam a dificuldade dos estudantes na elaboração de textos está ligado aos temas sugeridos para as produções. Conforme Geraldi (2006), os estudantes geralmente redigem redações com os mesmos temas todos os anos, normalmente relacionados a datas festivas.

Geraldi (2006) mostra que as produções de texto na escola são feitas voltadas para o professor, que é, geralmente, o único leitor. Com isso, os estudantes se sentem desmotivados e não demonstram empenho na escrita de algo que será apenas lido por uma única pessoa, o professor. O emprego da língua na escola, então, foge de sua utilidade real, que deveria contar com a participação e a interação de vários atores no processo comunicativo, tornando seu uso artificial.

A utilização da redação escolar deveria ser um meio de praticar a escrita, preparando os estudantes para seu uso futuro. Embora a escola incentive as atividades de redação como preparação para a vida, Geraldi (2006) discorda de que ela tenha alcançado esse propósito, argumentando que é inviável imaginar essa preparação se a escola impõe uma forma de escrita objetiva, distante da realidade dos estudantes. As sugestões de redação, comumente fornecidas pelos docentes, desvinculam o estudante da posição de sujeito, levando-o a devolver ao professor o que ele deseja.

Por isso, no momento de analisar as produções escritas, o educador deve focar não apenas em seu papel de avaliador e apontador de falhas, passando a atuar como colaborador dos estudantes: concordando, discordando, acrescentando, questionando, fazendo perguntas e assim por diante. Conforme mencionado por Geraldi (2006, p. 129):

Para manter a consistência entre uma visão de linguagem como interação e uma perspectiva educacional, é necessário mudar nossa postura como professores em relação ao aluno. É necessário que nos transformemos em interlocutores para, respeitando suas palavras, atuarmos como verdadeiros parceiros: concordando,

discordando, acrescentando, questionando, fazendo perguntas e assim sucessivamente.

Assim, é de suma importância o monitoramento do processo de criação textual por parte dos professores, envolvendo o estudante na construção do seu próprio conhecimento e garantindo a segurança de suas competências de leitura e escrita.

A cada ano, os testes nacionais e internacionais desenvolvidos para avaliar a habilidade dos nossos estudantes confirmam as suas dificuldades. Normalmente, afirma-se que a situação se complica a cada ano, justificando essa piora com o fato de que os jovens de hoje não dominam mais a escrita. No entanto, essa premissa não se justifica de forma exclusiva; pode ser que haja alguma relação, mas, de fato, entendemos que o ensino de produção textual na escola não empregue meios linguísticos textuais para conferir coesão e poder argumentativo às suas mensagens.

Logo, no nosso entendimento, o ensino de produção textual na escola deveria se organizar em sequências textuais, de modo especial na sequência argumentativa, como estruturas — isto é, uma unidade textual com organização interna distinta e que inclui outros elementos hierarquicamente organizados.

Dado esse posicionamento, Fayol, Foulin e Maggio e Lété (2012), dedicados ao estudo da produção escrita de crianças e adolescentes, explicam que o processo de escrita envolve várias operações. Esclarecem ainda que os indivíduos que lidam com tarefas cognitivas complexas, como a escrita, empregam diversas estratégias. Estas são um conjunto de processos decisórios que determinam a ordem dos atos a serem realizados, com o objetivo de diminuir o custo cognitivo na realização de tarefas.

Daí entendemos que formar escritores não é uma tarefa simples para os professores, principalmente devido às inúmeras dificuldades que a escrita nos apresenta, relatadas aqui por advento da elaboração deste texto.

2.3.2 O ensino do texto argumentativo

Percebemos, na ideia amplamente divulgada nos meios de comunicação (rádio, TV, mídias em geral), meios acadêmicos, entre outros, que um dos principais propósitos da educação é capacitar indivíduos críticos, capazes de influenciar a realidade e apresentar propostas, em vez de simplesmente aceitar tudo o que lhes é apresentado. Essa ideia encontra respaldo na escola atual, tanto nas normas que a orientam quanto nas abordagens pedagógicas adotadas internamente. Contudo, parafraseando Barbosa (2006), acreditamos que a escola

frequentemente implementa práticas de leitura e produção de textos que, na realidade, não contribuem para a formação de indivíduos realmente críticos e criativos, uma vez que tais práticas, em geral, ocorrem em contextos que não favorecem o desenvolvimento de relações comunicativas adequadas.

Disso, pressupomos que a tarefa do ensino do texto argumentativo deve oferecer aos estudantes a oportunidade de passar de respostas ainda insuficientes ou de argumentos inadequados para uma abordagem construída e fundamentada na criação de diversos modos de realização do discurso argumentativo.

Portanto, desde o começo da escolaridade, é necessário que a escola proporcione ao estudante situações em que ele possa se expressar, possibilitando-lhe praticar a fundamentação de suas opiniões, elaborando argumentos de diversas naturezas. Por um lado, é um exercício para o estudante, na condição de ouvinte/leitor, aprimorar sua capacidade crítica diante das teses apresentadas. Por outro lado, oferece-lhe a chance de, como locutor, escolher os argumentos a serem apresentados mais condizentes com o seu discurso e conteúdo.

Com base nisso, é possível dizermos que tanto a escrita geral quanto a argumentativa não são habilidades relativamente fáceis de se construir.

O texto argumentativo trata de assumir uma posição diante de um fato ou conceito e fornecer justificativas, argumentos, ou seja, elementos que fundamentam essa posição em uma realidade específica. De acordo com Herman e Micheli (2015), a elaboração de um texto argumentativo envolve posicionar uma posição em relação a outras posições.

Em vista disso, o ensino do texto argumentativo deve se dar com base nessas considerações e nos fundamentos relativos à estrutura das sequências argumentativas, sobretudo porque a proficiência diz respeito à eficiência no fazer (Houaiss; Villar, 2001). Mediante essa afirmação, dizemos que um produtor de texto é proficiente na escrita argumentativa quando consegue, no desenvolvimento da linearidade textual, expor pontos de vista (conclusões) e articulá-los a dados que os justifiquem.

Mais ainda, com base na estrutura que considera o contradiscurso, postulada por Adam (2011), podemos afirmar que o ensino do texto argumentativo reside em um movimento que consiste em expor uma tomada de posição apoiada em argumentos que a sustentem perante outras posições. Desse ponto de vista, é competente em argumentação o aluno que é capaz de interagir sustentando uma tomada de posição.

3 METODOLOGIA: CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO DA PESQUISA

O Posensino tem como fundamento norteador desenvolver a pesquisa teórico-prática na área de ensino, com foco na escola pública. O programa visa melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem. Por isso, forjada nesse princípio, nossa pesquisa apresenta preocupação com o ensino e acredita que a escolha de uma abordagem de pesquisa deve respeitar princípios bem definidos, garantindo que se reconheça a relevância tanto no processo de condução da pesquisa quanto na interpretação dos resultados, priorizando sempre a veracidade das informações. Nossa investigação traz o propósito de examinar questões relacionadas ao ensino, de modo especial aos anos finais do ensino fundamental, viabilizando meios que podem ajudar a minimizar ou resolver os desafios enfrentados nesse nível de escolaridade, especialmente na disciplina de Língua Portuguesa, no que diz respeito ao trabalho com a argumentação.

Dada essa questão, a amostra da qual tivemos acesso, o tempo envolvido e as dificuldades do tamanho do *corpus* determinaram nossa amostra como qualitativa representativa e, segundo a qual, pode envolver poucos ou muitos participantes, conforme Brandão (2001), visto que o conceito de amostra representativa não percorre critérios estatísticos rígidos, como é o caso das pesquisas quantitativas. Brandão (2001) escreve que:

a pesquisa qualitativa (...) está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.), em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa (Brandão, 2001, p. 13).

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa se caracteriza de uma forma em que as concepções levantadas devem ser contempladas sob uma perspectiva proveniente da prática social, caso do gênero artigo de opinião. Segundo Oliveira *et al.* (2020, p. 02), “[...] uma pesquisa de natureza qualitativa busca dar respostas a questões muito particulares, específicas, que precisam de elucidações mais analíticas e descritivas”.

Ainda que a pesquisa qualitativa esteja compreendida na subjetividade de quem pesquisa — o pesquisador, este, será o executante da problemática na qual está envolvido —, é preciso destacar que o teor científico deste tipo de pesquisa depende especialmente da descrição do que é observado por ele. Assim, o fato de vivenciarmos esta pesquisa nos dá a oportunidade de explicar consideravelmente e com propriedade o referido fenômeno aqui estudado. Particularmente, no que tange ao método qualitativo, observamos que seus conceitos são

flexíveis e serão analisados por meio de acervos interpretativos que caracterizam e sustentam a concepção de realidade do estudo, segundo os parâmetros da ciência.

Por assim entender, a dimensão desta amostra dependeu exclusivamente da saturação teórica, que, em outras palavras, se compreende como a legitimidade e a confiança com a qual se pode inferir conclusões corretas de uma análise confiável e consistente. Isso porque o procedimento desta pesquisa considera que o contexto investigado permaneça constante, conforme Paiva Junior, Leão e Mello (2011) e Bauer e Gausser (2008), já que, de certo modo, nos textos desses candidatos concretizou-se a saturação na capacidade de se extrair nova evidência da presença da sequência argumentativa nos textos não selecionados pela pesquisa, havendo constância desse elemento nesse gênero, conforme descreve a teoria de Adam (2019).

Seguindo tal lógica, numa amostra representativa qualitativa, Minayo (2001), quanto à análise representativa qualitativa, ressalta questões muito singulares e concretas, que não podem ser quantificadas, mas são respaldadas pelo universo, pelos motivos, significados, crenças, aspirações, atitudes e valores, correspondendo a um lugar mais imerso das relações, dos fenômenos e dos processos. Não podem ser minimizados à instrumentalização de variáveis, mas buscam refletir e investigar novas possibilidades para o problema estudado.

Como resultado, conforme os dados disponibilizados pelo IFRN, recebemos a seguinte informação: 3.128 candidatos foram publicados como aprovados. Destes, 36 eram do Curso Técnico em Instrumento Musical, vespertino, do Campus Jucurutu, e não tiveram suas avaliações corrigidas, uma vez que tivemos menos inscritos que a quantidade de vagas (40). A nota média da redação dos 3.092 candidatos restantes foi de 69,34 pontos. Importante destacar que, nesse universo, tivemos limitações quanto ao acesso das notas e, respectivamente, dos nomes dos candidatos, de modo a inviabilizar a escolha das melhores produções textuais do gênero artigo de opinião.

Por isso, numa amostra representativa, fizemos a escolha de 25 textos, o que representa 0,8% do total, para análise. Em estudos representativos qualitativos, as amostras são pequenas, dado que alguns estudos apontam que um número reduzido de participantes é comum e costuma ser suficiente para alcançar a saturação teórica. Creswell (2014) sugere que, com apenas 20 a 30 participantes, é possível chegar à saturação da análise, enquanto Paiva (2019) argumenta que a amostra representativa qualitativa não fornece números concretos, mas sim narrativas, ideias e experiências individuais dos participantes.

Portanto, aleatoriamente, fizemos a escolha para análise, nominando cada texto com uma letra do alfabeto da Língua Portuguesa, segundo sua ordem, de modo a aferir os critérios de uma amostra representativa qualitativa.

Além disso, ressaltamos que todos os protocolos estabelecidos pela instituição foram rigorosamente cumpridos, e a escolha desse público se deu pelo fato de o próprio IFRN estabelecer finalidades formativas legalmente previstas para a Educação Profissional Técnica de nível médio, e ainda por considerarmos que, a partir do 9º ano do Ensino Fundamental, o gênero artigo de opinião é bastante utilizado no ensino da argumentação.

Da mesma forma, para a autorização do Cadastro Discente – Cadis/IFRN e para realizarmos a coleta dos artigos de opinião dos candidatos do certame supracitado, percorremos e estabelecemos o plano de recrutamento através da assinatura da carta de anuência e da aprovação do projeto no comitê de ética. Em seguida, fizemos o envio à Coordenação de Acesso Discente – Cadis/IFRN de um texto com os objetivos, metodologia, principais riscos e garantias éticas referentes à pesquisa, bem como a coleta dos textos dos alunos candidatos a ingresso no IFRN – Edição 2023, seguindo os protocolos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, que foi enviado posteriormente ao órgão responsável pela expedição dos textos. O texto de apresentação da pesquisa ficou disponibilizado no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), conforme orientação da coordenação responsável em visita presencial ao órgão. Dessa forma, o passo a passo configurou-se da seguinte maneira:

- Os textos dos candidatos não foram identificados, pois se utilizou um recorte específico em todo o cabeçalho, de modo a aparecer somente o texto, conforme exemplo já mostrado anteriormente, evitando exposições e garantindo o sigilo de suas identidades, assegurando os procedimentos éticos da pesquisa.
- A manifestação de interesse foi efetivada por meio da resposta via SUAP pelo Cadis – IFRN.

Como critérios de inclusão, utilizamos somente textos de candidatos aprovados, concorrentes a uma vaga de ingresso no processo seletivo para os cursos técnicos de nível médio na forma integrada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, 1º semestre de 2023. Quanto aos critérios de exclusão, foram descartados textos escritos com menos de 11 linhas, inferior ao mínimo estipulado pelo certame descrito no edital.

3.1 MÉTODO DE ABORDAGEM

Considerando os objetivos a que se propôs a presente pesquisa, o método de abordagem aqui empregado refere-se à pesquisa qualitativa, em que as categorias são previamente estabelecidas, baseada na observação e, sobretudo, na análise não numérica do fenômeno estudado. Nesta perspectiva, Gil (1999, p. 62) menciona que:

a pesquisa qualitativa é subjetiva ao objeto de estudo, ergue-se sobre a dinâmica e abordagem do problema pesquisado e visa descrever e decodificar de forma interpretativa os componentes de um sistema complexo de significados, sem se preocupar com a mensuração dos fenômenos, pois permeia a compreensão do contexto no qual ocorre o fenômeno.

Diante de tal abordagem, Paiva (2019, p. 63) considera que, na pesquisa qualitativa, “os resultados precisam ser apresentados com a mediação da voz do pesquisador, comparando autores e teorias, mostrando convergências ou divergências e tomando posição”. E, ainda, Paiva (2019, p. 98) orienta que “para que um estudo possa ser avaliado, é importante que o pesquisador, em seu relato de pesquisa, descreva com clareza os objetivos, o contexto onde se realizou a investigação, o suporte teórico e os procedimentos de geração e análise dos dados”.

Seguindo essa orientação, desenvolvemos, com a pesquisa qualitativa, os objetivos almejados. Mediante o levantamento do nosso problema de pesquisa, transposto pelas hipóteses sobre o referido problema, fomos ao encontro do meio — os textos — que foram pesquisados minuciosamente, atendendo a cada objetivo aqui expresso, para que, depois, trouxéssemos a construção de um novo conhecimento, conforme propõe a pesquisa qualitativa.

Nessa mesma lógica, caracterizamos a investigação como uma pesquisa documental, tal como esclarecem Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 14) ao dizer que, nesse tipo de pesquisa, “[...] propõe-se a produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos”.

Em outras palavras, esta pesquisa caracteriza-se como documental, porque este tipo de pesquisa, segundo Fonseca (2002, p. 32), “recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, artigos de revistas, relatórios, textos diversos, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão etc.”. Conforme o autor, a pesquisa documental é um tipo de pesquisa que utiliza fontes primárias, isto é, dados e informações que ainda não foram tratados cientificamente ou analiticamente — caso do nosso estudo.

Neste sentido, a pesquisa documental refere-se à obtenção de dados exclusivamente a partir de documentos, com o objetivo de obter informações contidas neles para entender um determinado fenômeno. Este procedimento envolve a aplicação de métodos e técnicas voltados para a coleta, interpretação e análise de um conjunto diverso de documentos, incluindo diferentes bancos de dados, reconhecidos como heterogêneos, tendo, portanto, como objetivo explorar questões ligadas, neste caso, ao ensino da produção de artigos de opinião e, a partir disso, encontrar alternativas que possam ajudar na redução ou na resolução dos problemas suscitados nas hipóteses desta pesquisa.

Ressalte-se que a pesquisa descritiva também é parte disso, já que, segundo Paiva (2019, p. 11), “a pesquisa descritiva tem como alvo descrever o fenômeno estudado e ‘não está interessada no porquê, nas fontes do fenômeno; preocupa-se em apresentar suas características’”. A pesquisa descritiva é um método que utilizamos para recolher informações mais específicas e detalhadas. Como o próprio nome diz, ela descreve a realidade que estudamos, o que fizemos também nesta investigação.

Logo, neste percurso, envolvemos ainda a pesquisa prática, pois nosso objetivo foi, no sentido de amenizar as dificuldades de uma realidade prática de alunos concluintes do Ensino Fundamental, no processo da argumentação do artigo de opinião. Para Paiva (2019, p. 11), “a pesquisa prática se caracteriza por intervir no contexto pesquisado, se apoiando em conhecimentos científicos”.

3.2 ESTABELECENDO UM NICHOS DE PESQUISA

Considerando o objeto, os objetivos e as nossas questões de pesquisa, realizamos uma busca a respeito da temática mediante uma revisão do Estado do Conhecimento sobre o recorte temático “**argumentação em artigos de opinião**” dos candidatos do Exame de Seleção do IFRN, com base na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), utilizando como recorte temporal o período compreendido entre os anos de 2015 e 2025.

Feita a seleção criteriosa dos trabalhos, adotamos critérios de inclusão e exclusão para garantir a relevância e a coerência com o escopo da pesquisa. Para a exclusão, consideramos a modalidade de ensino, priorizando estudos direcionados ao Ensino Fundamental (anos finais), foco deste estudo. Desse modo, foram excluídos os trabalhos que abordavam temáticas diferentes desta pesquisa, a fim de concentrar os esforços na análise específica dessa área.

Após o rigor dos critérios adotados e para esse Estado do Conhecimento, encontramos 17 dissertações e, por proximidade temática e de objetivos, selecionamos 12 para este estudo. Dessa maneira, procuramos analisar e refletir sobre como as produções científicas selecionadas abordam esse tema, bem como observar quais os objetivos que os autores se propuseram alcançar nos resultados desses trabalhos.

A partir dessas considerações, como recorte deste estudo, apresentamos, em um quadro demonstrativo, os 12 estudos que, de certo modo, mostraram maior proximidade com esta pesquisa.

Quadro 2 – Títulos e problemas

Autoria/Ano	Título	Problema
ADRIANO, D. M. (2018)	O gênero artigo de opinião no ensino fundamental: produção textual e atuação cidadã.	Quais as possíveis contribuições de uma proposta de ensino-aprendizagem do gênero-alvo para o desenvolvimento da competência textual e mais especificamente da competência argumentativa dos alunos?
BOIM, R.L. de M. (2021)	Artigo de opinião em livros didáticos do Ensino Fundamental: mudanças e permanências	Como os estudantes são conduzidos em seu aprendizado para a construção da opinião e do ponto de vista nas seções de produção escrita do artigo de opinião, em coleções didáticas, sob a justificativa da argumentação como direito à vida?
CAMPOS, L.R. de (2019)	Estratégias de leitura na compreensão de artigos de opinião	Qual proposta de ensino está voltada para o desenvolvimento de habilidades de leitura do gênero textual artigo de opinião?
FERREIRA, M. S. (2018)	Estratégias argumentativas na produção escrita de artigo de opinião no ensino fundamental. 2018	Como motivar o aluno a escrever um texto que não será lido por ninguém ou é só por uma pessoa (professor que corrigirá o texto em busca de erros e se limitará a dar uma nota)?
FIRMINO, J. V. (2020)	Operadores argumentativos no artigo de opinião: uma intervenção através da sequência didática. 2020	1. Através da aplicação da Sequência Didática (SD) sugerida, é possível produzir um texto argumentativo desejável? 2. É possível observar alguma evolução quanto ao uso dos operadores argumentativos na produção do gênero artigo de opinião no decorrer da aplicação da SD?
GOMES, L. L. (2015)	Elementos anafóricos como recurso argumentativo em textos de discentes do 9º ano de ensino fundamental: uma proposta de intervenção.	Como são introduzidos os objetos do discurso nas produções escritas iniciais e finais dos discentes do 9º ano do ensino fundamental?
GONÇALVES, I. C. S. (2020)	Níveis argumentativos e a construção do pensamento crítico: o uso de estratégias argumentativas como recurso na produção do gênero artigo de opinião de alunos do 9º ano do ensino fundamental.	Como tornar o processo de escrita um momento em que o aluno possa refletir sobre os textos que produz, entendendo a escrita como prática social e se assumindo como sujeito-autor (orador) diante do outro (interlocutor)?

OLIVEIRA, J. S. (2016)	Argumentação e ensino de escrita no ensino fundamental: uma proposta de intervenção.	Como questão de pesquisa: como se efetiva o aprimoramento da argumentação dos alunos por meio da escrita do gênero discursivo artigo de opinião, mediante a implementação de sequência didática?
RODRIGUES, S. M. (2019)	Proposta de intervenção para uma escrita autoral na produção do gênero artigo de opinião.	Quais as marcas de autoria do processo de argumentação em textos de opinião de alunos do 9º ano, série final do Ensino Fundamental?
SAMICO, E. C. L. (2020)	A escrita do gênero artigo de opinião por alunos do ensino fundamental como denúncia contra violência doméstica.	O artigo de opinião pode denunciar a violência doméstica?
NASCIMENTO, J.B.M. (2022)	O estatuto dialógico e dialético dos recursos linguísticos e retóricos no gênero artigo de opinião	Que operações particulares, para desenvolver o raciocínio argumentativo, podem ser imputáveis aos aprendizes que pretendem um estatuto de agente que argumenta na vida política cotidiana, em uma sociedade democrática? Como articular os recursos linguísticos e retóricos para constituir a força dos argumentos de uma ação comunicativa?
NASCIMENTO, M. do S. SILVA (2023)	Artigo de opinião: desenvolvendo a argumentação em sala de aula	A atividade de produção de textos argumentativos por alunos do Ensino Fundamental melhora sua argumentação?

Fonte: autoria própria.

Estes estudos, de certa maneira, ajudaram nossa pesquisa, porque propiciaram, nos resultados, a compreensão da construção do gênero artigo de opinião e, conseqüentemente, do ato de argumentar, bem como do seu ensino na escola. Seus resultados também demonstraram o quanto esse estudo foi essencial, dado que apresentaram os meios de desenvolvimento do processo de construção da argumentação do gênero artigo de opinião, o que, de certa forma, colaborou com a nossa análise. Assim, essas pesquisas sinalizam e corroboram a existência de um nicho de pesquisa sobre argumentação e ensino, com foco no artigo de opinião.

3.3 SUJEITOS E UNIVERSO

O *lôcus* de nossa pesquisa é o Instituto Federal de Educação, Ciência, Cultura e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Especificamente, tratamos da prova de redação de

candidatos selecionados para o Ensino Médio na modalidade Técnico-Integrado, edição 2022, ingresso em 2023.

Dentro desse universo, no Instituto Federal de Educação, Ciência, Cultura e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, *lócus* desta pesquisa, os textos dos candidatos selecionados foram os de ingresso no Ensino Médio na modalidade Técnico-Integrado, edição 2023, que, em sua maioria, são oriundos de escolas públicas e fazem parte de turmas do 9º ano do ensino fundamental, com faixa etária entre 13 e 15 anos, conforme dados fornecidos no referido relatório. Segundo este, aproximadamente 90% possuem renda familiar per capita menor que um salário-mínimo e meio, apresentando perfil para inclusão nas ações de assistência estudantil do IFRN.

O referido instituto integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), conforme estabelecido pela Lei nº 11.892/2008. Vinculado ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia e detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Sua missão é prover formação humana, científica e profissional aos discentes, visando o desenvolvimento social do Rio Grande do Norte. Com presença em todo o estado, o IFRN conta com 22 campi, atendendo a um total de 39.387 estudantes.

O IFRN tem como função social ofertar educação profissional e tecnológica – de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político-pedagógica capaz de articular ciência, cultura, trabalho e tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, visando, sobretudo, a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais. Sua proposta pedagógica está estruturada em quatro eixos fundamentais – ciência, trabalho, cultura e tecnologia – que orientam as práticas educacionais de maneira integrada e complementar.

Para tanto, a Pró-Reitoria de Ensino (Proen) rege os editais dos exames de seleção e, naturalmente, a seleção dos cursos técnicos de nível médio integrados ao ensino médio, oferta, ao todo, 3.484 vagas em cursos oferecidos pelos campi do Instituto. Os alunos da rede pública têm 50% das vagas reservadas, conforme a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012). Os interessados podem concorrer às vagas através da lista geral e das listas específicas de concorrência (sistema de cotas).

Os cursos técnicos integrados do IFRN são cursos de nível médio que integram o ensino técnico ao ensino médio. O processo seletivo para ingresso nesses cursos se dá por meio de provas objetivas, sendo 20 questões de Matemática, 20 questões de Língua Portuguesa e, por fim, uma prova discursiva (redação) que, nos últimos dez anos, com base nos editais publicados

na página do IFRN, requereu a produção do gênero artigo de opinião. Neste sentido, com o propósito de ilustrar nossa pesquisa, apresentamos abaixo a proposta de produção textual dos textos analisados neste estudo.

Figura 3 – Proposta de produção textual

PROCESSO SELETIVO – CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO NA FORMA INTEGRADA 2023
EDITAL Nº 40/2022 – PROEN/IFRN

PROPOSTA DE PRODUÇÃO TEXTUAL

PROPOSTA

Considere os textos desta prova e o seu conhecimento prévio sobre a temática em foco para produzir um **artigo de opinião** em que se posicione sobre a seguinte questão: **A Lei das Cotas privilegia pretos e pardos em detrimento dos direitos dos brancos, tornando desigual a disputa por uma vaga nas universidades?** Assine seu artigo com o pseudônimo **Negritude Ioruba**.

ORIENTAÇÕES E CRITÉRIOS DE CORREÇÃO

Ao escrever seu texto, use caneta esferográfica azul ou preta, escreva com letra legível e identifique-se apenas no local indicado. Você poderá utilizar informações presentes nos textos da prova, sem, contudo, se limitar a copiar integralmente trechos desta avaliação. Além disso, não faça desenhos e/ou marcas na Folha de Resposta da questão discursiva.

Lembre-se de que seu texto será avaliado, considerando-se os seguintes critérios:

- A)** produção do gênero textual proposto no comando da questão;
- B)** presença de marcas características do gênero textual solicitado;
- C)** uso da variedade linguística adequada ao gênero textual solicitado e à situação de comunicação;
- D)** uso adequado de elementos coesivos;
- E)** coerência entre o ponto de vista defendido e os argumentos apresentados;
- F)** consistência argumentativa.

Você será penalizado em até 10 (dez) pontos se, em sua produção textual, desrespeitar os direitos humanos.
Sua produção só será corrigida se tiver mais de 08 (oito) linhas autorais.

Fonte: Caderno de provas IFRN (2023).

3.4 INSTRUMENTOS PARA PRODUÇÃO DE DADOS

Para Gerhardt e Silveira (2009), a metodologia tem interesse na validação do percurso escolhido para se chegar aos objetivos propostos pela pesquisa, indo além da descrição de procedimentos e ressaltando as escolhas teóricas do autor para realizar seu estudo. Os autores destacam a pesquisa como uma atividade central para a ciência, um processo permanente e inacabado, que possibilita a aproximação e o entendimento do problema a ser investigado. Dessa forma, o percurso metodológico permite investigar a validade didática dos nossos objetivos e dos nossos questionamentos de pesquisa, para a construção de uma proposta que melhor direcione o percurso investigativo apresentado nos objetivos que guiaram a pesquisa.

Assim, nos orientamos por uma postura investigativa que foi de encontro a esses preceitos, uma vez que nossas análises partem de experiências individuais e coletivas nos textos desses alunos, considerando a compreensão da sequência argumentativa em textos do gênero artigo de opinião, escritos por candidatos do Exame de Seleção do IFRN – Edição 2023, campo de investigação.

3.5 *CORPUS* DA PESQUISA

Dada a extensão do material coletado, para atender aos objetivos desta pesquisa, procedemos com a necessidade de estabelecer um recorte, ou seja, uma amostra do grande corpus. Assim, considerando o material ao qual tivemos acesso, o tempo envolvido e as dificuldades impostas pelo tamanho do corpus, decidimos determinar nossa amostra como representativa qualitativa, seguindo, também, a orientação de que estávamos desenvolvendo uma pesquisa qualitativa, a qual pode envolver poucos ou muitos participantes. Nesse caso, o conceito de amostra representativa não segue critérios estatísticos rígidos, como ocorre nas pesquisas quantitativas.

A dimensão desta amostra, portanto, dependeu exclusivamente da saturação teórica, que, em outras palavras, compreende a legitimidade e a confiança com a qual se pode inferir conclusões corretas a partir de uma análise confiável e consistente. O procedimento desta pesquisa considera que o contexto investigado permaneça constante, conforme Paiva Júnior, Leão e Mello (2011) e Bauer e Gausser (2008), porque, de certo modo, no gênero artigo de opinião do processo seletivo em evidência, evidencia-se a saturação na capacidade de extrair novas evidências da presença da sequência argumentativa nos textos não selecionados para esta pesquisa, dada a constância desse elemento nesse gênero, conforme descreve a teoria de Adam (2019).

Segundo tal lógica, na amostra representativa de pesquisa qualitativa, Minayo (2001) ressalta questões muito singulares e concretas, que não podem ser quantificadas, mas devem ser respaldadas no universo dos motivos, nos significados, nas crenças, nas aspirações, atitudes e valores, correspondendo a um lugar mais imerso das relações, dos fenômenos e dos processos. Essas questões não podem ser reduzidas à instrumentalização de variáveis, mas devem buscar refletir e investigar novas possibilidades para o problema investigado.

Diante disso, a presente pesquisa seguiu um caminho que obedeceu ao rigor científico, tendo acesso e analisado os textos dos candidatos do processo seletivo para os cursos técnicos de nível médio na forma integrada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) – edição 2023. O exame de seleção, cujos textos constituem o corpus desta pesquisa, seleciona alunos para os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, ou seja, trata-se de um tipo de curso técnico em que a formação geral ocorre de forma integrada à formação profissional, na mesma instituição de ensino.

O IFRN, no ano de 2023, ofereceu um total de 3.192 vagas para o referido certame, mas foram disponibilizados para esta pesquisa 3.092 textos, somente dos aprovados, obedecendo o

limite de vagas. Importante dizer que, considerando a amplitude deste estudo, optamos por realizar um recorte de cinco textos, ao invés dos 25 pensados inicialmente. Neste sentido, cada uma das provas possui pontuação total variando de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, ou seja, os candidatos que não obtiveram zero em nenhuma delas podem estar entre os classificados. A título de informação, todas as questões, independentemente do curso escolhido, foram baseadas no conteúdo do Ensino Fundamental, conforme programa constante no edital do certame.

Como resultado, conforme os dados disponibilizados pelo IFRN, recebemos a seguinte informação: 3.128 candidatos foram publicados como aprovados. Destes, 36 eram do Curso Técnico em Instrumento Musical, vespertino, do Campus Jucurutu, e não tiveram suas avaliações corrigidas, uma vez que tivemos menos inscritos do que a quantidade de vagas (40). A nota média da redação dos 3.092 candidatos restantes foi de 69,34 pontos. É importante destacar que, nesse universo, tivemos limitações quanto ao acesso às notas e, respectivamente, aos nomes dos candidatos, o que inviabilizou a escolha das melhores produções textuais do gênero artigo de opinião.

Por isso, numa amostra representativa, fizemos a escolha de 25 textos, o que representa 0,8% para a análise. Em estudos representativos qualitativos, as amostras são pequenas, dado que alguns estudos apontam que um número reduzido de participantes costuma ser suficiente para alcançar a saturação teórica. Creswell (2014) sugere que, com apenas 20 a 30 participantes, é possível atingir a saturação da análise, enquanto Paiva (2019) argumenta que a amostra representativa qualitativa não fornece números concretos, mas sim narrativas, ideias e experiências individuais dos participantes.

Portanto, fizemos a escolha dos textos de forma aleatória, nominando cada um com uma letra do alfabeto da Língua Portuguesa, segundo sua ordem, de modo a aferir os critérios de uma amostra representativa qualitativa. Além disso, ressalta-se que todos os protocolos de privacidade estabelecidos pela instituição foram rigorosamente cumpridos.

3.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA ANÁLISE DOS DADOS

A presente seção apresenta os procedimentos metodológicos que utilizamos para o desdobramento da investigação, a fim de orientar o seu trajeto, possibilitando que alcançássemos os objetivos propostos no início deste estudo, bem como a produção e a análise de dados.

De posse do corpus, procedemos com este estudo analisando cada texto, conforme a teoria de Adam (2019) sobre a sequência argumentativa, com o objetivo de verificar a ocorrência dessas sequências em situações reais de uso da língua escrita.

Nesses textos analisados, delimitamos as sequências sob as macroproposições que as compõem e, mediante isso, levantaram-se meios para cada análise, conforme quadro demonstrativo no subitem 2.1.4, onde concretizamos a materialização da sequência nos textos, bem como a descrição e classificação dos tipos de argumentos utilizados, mediante detalhamento, planificação e efeito persuasivo decorrente em artigos de opinião. Por fim, refletiu-se sobre a formação de alunos da Educação Básica enquanto produtores de textos proficientes.

Assim, seguindo o nível dialógico expresso no subitem sobre a sequência argumentativa desta pesquisa, ressaltamos que a ordem ou a presença de uma macroproposição, algumas vezes, não é percebida, por estar implícita no texto ou por aparecer em posição diferente da expressa por Adam (2019). Dependendo do plano de texto e do propósito do produtor, uma macroproposição (MP), por exemplo, pode aparecer em posição anterior na construção da sequência.

A sequência é composta por cinco (5) macroproposições, que podem ou não estar presentes, a depender da finalidade da argumentação. São elas: MP Arg. 0 (tese anterior), MP Arg. 1 (dados/fatos), MP Arg. 2 (suporte/princípios de base), MP Arg. 3 (conclusão/nova tese) e MP Arg. 4 (restrição/a menos que). Assim, conforme o modelo abaixo, realizamos nossa análise:

Figura 4 – Sequência argumentativa



Fonte: Adaptado de Adam (2019).

Portanto, para cada texto analisado, como dissemos, identificamos as sequências argumentativas e as macroproposições, segundo Adam (2019), que constituíram os textos do gênero artigo de opinião, percebendo marcas da escrita com certo padrão para aquele contexto temático — por exemplo, a escolha de um tempo verbal específico em uma macroproposição, além dos encontros e desencontros, tanto linguísticos quanto de ordem composicional.

4 ANÁLISE

Neste capítulo, apresentamos a análise dos dados, que foi guiada pelo objetivo geral desta dissertação: analisar como candidatos do exame de seleção na forma integrada do IFRN, com nível de ensino fundamental completo, usam a sequência argumentativa em seus textos. A concretização desse objetivo geral deu-se orientada pelos seguintes objetivos específicos: descrever e classificar a sequência argumentativa em artigos de opinião desses participantes; detalhar a planificação da sequência argumentativa e o efeito persuasivo dela decorrente em artigos de opinião escritos por participantes do Exame de Seleção na forma integrada do IFRN – edição 2023; e, por fim, refletir sobre a formação de alunos da Educação Básica enquanto produtores de textos proficientes.

As análises foram realizadas segundo a teoria de Adam (2019). Dessa maneira, tendo em vista a extensão que essa análise poderia atingir, optamos por mostrá-la em forma de recortes de texto, identificando a presença das macroposições e apontando o que há em comum entre elas quanto à tese anterior (a ser confirmada ou refutada), dados, ancoragem de inferências, restrição e conclusão (nova tese).

Em face disso, e a partir dos procedimentos metodológicos aqui empregados e do processo de coleta dos dados, o quadro abaixo ilustra cada macroposição na composição dos textos dessa análise.

Figura 5 – Estrutura da sequência argumentativa Adam (2019)



Fonte: Adaptada de Adam (2019).

Adam (2019) postula a argumentação como uma forma de composição elementar; por isso, fica entendido que certas sucessões de proposições podem ser marcadas pela relação dado-conclusão, dado que um argumento-dado visa ancorar ou refutar uma determinada proposição (conclusão).

Considerando esse procedimento, foi realizado o levantamento da estrutura prototípica da sequência argumentativa nos textos que compõem o *corpus*. O referido levantamento, encontra-se apresentado no apêndice desta pesquisa, onde os textos estão nominados com a ordem das letras do alfabeto, dando ênfase a cada macroproposição argumentativa.

Nesse processo, foi dada preferência àqueles que possibilitaram maior evidência prototípica das sequências argumentativas, sem deixar de realizar um exame criterioso do conjunto que compõe o *corpus*.

De posse desse detalhamento quanto à presença das macroproposições argumentativas na composição dos textos dessa análise, é importante ressaltar, primeiramente, que não se faz possível, como admite Adam (2019, p. 36), “atribuir a cada tipo de sequência uma distribuição muito rigorosa de marcas morfossintáticas”. No entanto, é possível encontrar constâncias e elementos que confirmem, nos exemplares desse gênero, a presença da sequencialidade argumentativa. Dessa maneira, como dissemos, dado o tamanho do corpus, optamos por demonstrar essa construção a partir de um texto dos que foram aqui dispostos.

A partir dessa análise, percebemos que os textos examinados contribuíram para confirmar a presença da sequência argumentativa dialógica, estruturada com a contra-argumentação (indicada pela presença de uma tese anterior, uma restrição se opondo a essa tese e, por fim, a conclusão). Essa sequência se configurou na ordem progressiva, porque a conclusão foi apresentada ao final do texto, logo depois da tese e dos dados, evidenciando boa conexão entre as partes, de modo a facilitar a interpretação e o poder de persuasão para o convencimento do interlocutor.

A fim de ilustrar a materialização das macroproposições argumentativas em termos percentuais, trouxemos o quadro abaixo, ressaltando que essa representatividade foi fundamental para que os resultados fossem válidos e confiáveis. Na Figura 6, amostra representativa/ilustrativa da presença das macroproposições argumentativas nos textos:

Figura 6 – Macroposições argumentativas



Fonte: autoria própria.

Destacamos, para tanto, que a recorrência dessas macroposições comprovou sua eficácia nesta análise, pois os candidatos do exame de seleção na forma integrada do IFRN – edição 2023 – construíram, em seus textos, a sequência argumentativa conforme descrevemos detalhadamente no quadro de recorte, sem, contudo, conhecê-la. Dado que, ao classificar a planificação da sequência argumentativa na estrutura desses textos, notou-se o efeito persuasivo decorrente dela no gênero estudado, dessa forma se possibilitou refletir sobre a formação dos alunos da Educação Básica enquanto produtores de textos proficientes. A presença da sequência argumentativa nessas composições vai de encontro ao que escreve Adam (2008, p. 204):

As sequências são unidades textuais complexas, compostas de um número limitado de conjuntos de proposições enunciadas: as macroposições. A macroposição é uma espécie de período cuja propriedade principal é a de ser uma unidade ligada a outras macroposições, ocupando posições precisas dentro do todo ordenado das sequências. Cada macroposição adquire seu sentido em relação às outras, na unidade hierárquica complexa da sequência. Nesse aspecto, **uma sequência é uma estrutura**, isto é:

- Uma **rede relacional hierárquica**: uma grandeza analisável em partes ligadas entre si e ligadas ao todo que elas constituem.
- Uma **entidade relativamente autônoma, dotada de uma organização interna** que lhe é própria, e, portanto, numa relação de dependência-independência com o conjunto mais amplo do qual faz parte (o texto).

Dessa forma, o conceito de sequência apresentado por Adam (2019) compreende ainda que, segundo a convergência com a qual se organizam as macroposições, se obtêm composições argumentativas, como é o caso dos textos deste estudo. Assim, à medida que identificamos essa premissa nos artigos de opinião desses candidatos, se obtém sentido em

relação às outras, na unidade hierárquica complexa da sequência. Nesse aspecto, uma sequência é uma estrutura, conforme descreve acima Adam (2008).

Nos textos aqui estudados, de modo especial, o recorte temático apresentou que a Lei das Cotas privilegia pretos e pardos em detrimento dos direitos dos brancos, tornando desigual a disputa por uma vaga nas universidades. Observou-se, de modo geral, nesses textos, a presença de argumentos e contra-argumentos, interligados pelas sequências argumentativas, tendo como apoio um princípio de equidade que a Lei das Cotas imprime e, segundo o qual, nos textos observados, não privilegia pretos e pardos. Isso se configura nessas composições como um deslocamento de tipicidade argumentativa, isto é, existe uma coleção de justificativas que sustentam a tese de todos os candidatos.

Essa premissa corrobora o sentido e a correlação das macroproposições na hierarquia existente na composição detalhada da sequência argumentativa, conforme descreve Adam (2019). Neste sentido, convém apontar que a tese inicial se apresentou em todos os textos desta pesquisa, sendo que, em dezoito deles (76%), se confirmou a tese inicial, MP Arg. 0; porém, a MP Arg. 3 foi refutada em seis deles — textos I, J, N, O, V e W —, representando 24%. Ressalta-se, para tanto, que os textos, na totalidade, trouxeram dados, fatos e a MP Arg. 1 para sustentação da tese. Já em relação às demais macroposições, MP Arg. 2 e MP Arg. 4, em linhas gerais, estiveram representadas em todos os textos com fins de confirmar ou refutar a tese inicial.

Ancorado em Adam (2019), a tese anterior (MP Arg. 0) apresentada nesses textos se configurou com uma conclusão inicial concebida a partir das informações dadas pelos textos em suas respectivas construções. Os dados (MP Arg. 1) levantados corresponderam aos argumentos que ancoraram a conclusão (MP Arg. 3). Nesse sentido, a MP Arg. 2, nestas construções, expressou respeito aos princípios de base, dando sustentação a esses dados expressos em todos eles, enquanto que a conclusão (MP Arg. 3), apresentada como as teses defendidas pelos candidatos, foi sustentada e confirmada, como dissemos, na maioria deles. Por fim, a MP Arg. 4, restrição, correspondeu aos argumentos opostos que levaram a conclusões apontadas nos recortes dos textos.

Em outras palavras, ao observar como tais macroproposições se construíram na extensa diversidade desses textos, foi possível perceber que se estruturam a partir de uma proposição global que precisou ser confirmada ou refutada, com base no propósito comunicativo desses candidatos. O movimento argumentativo dos referidos textos mostra o funcionamento da argumentação da maneira como acontece, e a contraposição de enunciados em alguns desses textos surgiu da situação polêmica suscitada no tema. Com base em algo já mencionado, essas

preferências de argumentos refutaram, na conclusão, a tese inicial. Isto é, a restrição, os argumentos refutadores, acabou por romper com a possibilidade de uma conclusão confirmativa em relação à macroproposição inicial e, dessa forma, se criou uma nova tese na conclusão dos textos que refutaram a tese inicial.

Por conseguinte, a hipótese inicial de que os participantes do processo seletivo para os cursos técnicos de nível médio na forma integrada do IFRN — edição 2023 — se valeram de argumentos em seus artigos de opinião para ancorarem a tese, sem ter, muitas vezes, um conhecimento mais aprofundado sobre o assunto tratado, a argumentação e a sequência argumentativa, possivelmente por se basearem em modelos de argumentos compreendidos como eficientes para qualquer temática, se confirmou. Haja vista a recorrência de argumentos genéricos ou padronizados nas composições estudadas nesta pesquisa, pois, no geral, apresentam elementos de conexão entre as partes nos textos — a coesão. Para fundamentar a tese, apresentaram praticamente os mesmos elementos coesivos em suas partes, justificando que essa prática comprometeu a qualidade e a confiabilidade da argumentação disposta por meio da sequência argumentativa, que se configura na forma como os argumentos são organizados e apresentados no texto.

Os textos, no geral, não são uniformes — característica do gênero artigo de opinião. Nesse sentido, a título de exemplo, percebeu-se que o uso frequente de citações de autores ou pensadores, aplicáveis a vários temas, se configura como marca de modelos de argumentos entendidos como eficientes para qualquer temática. É o caso expresso nos textos a seguir: B, “Segundo o filósofo Heráclito de Éfeso, nada é permanente, exceto a mudança”; T, na obra “Utopia”, Thomas More retrata uma civilização perfeita, sem anomias sociais; X, “A série canadense Anne With An E”. Uma outra situação que comprova este pensamento são os argumentos repetidos: C, “O artigo da Constituição de 1988 diz que ‘todos são iguais perante a lei’”; G, no filme “O menino que descobriu o vento”, “De acordo com a Lei Constitucional de 1988”; M, “De acordo com a Constituição Federal de 1988, ‘todos são iguais perante a lei’”; Q, “De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal, ‘todos são iguais perante a lei’”.

Em outros textos, evidencia-se a ausência de um posicionamento claro e consistente em relação ao tema sugerido, o que é o caso dos textos C e R, respectivamente, que iniciam dizendo: “Comenta-se com frequência” e “Segundamente, observa-se que”, com o emprego da terceira e da segunda pessoa, fato que se distancia de uma opinião pessoal em relação à temática apresentada, sem refletir diretamente o ponto de vista ou pensamento de cunho pessoal, premissa do artigo de opinião.

Assim, entende-se que a utilização desses recursos linguísticos, no caso da sequência argumentativa, tem o intuito de articular a coesão e a coerência desses textos, estruturando a argumentação de modo a convencer o interlocutor de uma determinada asserção. Segundo Ducrot (1980), que objetiva demonstrar ou refutar uma tese, o locutor parte de premissas, nem sempre explícitas, e tenta mostrar que não se pode admitir tais premissas. Isso se comprovou em todos os textos deste estudo.

Ademais, compreendemos que a argumentação se constrói nesse gênero sob a construção das macroposições, destacando, para tanto, que, ao longo da análise dos dados, ficou eminente também a eficiência dos procedimentos metodológicos para este estudo, uma vez que cada procedimento trouxe à tona elementos determinados e específicos que recaíram sobre o objetivo principal desta pesquisa, assim como diversos olhares que carecem de tratamento separado, para que acontecesse o confronto da interpretação e as conclusões contivessem a coesão da pesquisa.

Para ilustrar de maneira mais detalhada o modo de planificação desses textos quanto à organização da sequência argumentativa, reproduzimos aqui alguns textos, destacando como cada macroposição da sequência argumentativa é articulada com vistas a persuadir e convencer o interlocutor.

O texto “D”, apresentado no Quadro 3, é constituído sob a perspectiva prototípica da sequência argumentativa, de nível dialógico e, segundo descreve Adam (2011), cada proposição argumentativa (P.arg) compreende a estrutura de um texto como um todo. Nesse sentido, o nível dialógico ou contra-argumentativo, acrescido da MP Arg. 0 e da MP Arg. 4, em que a argumentação é negociada com um contra-argumentador (auditório) real ou potencial, aponta Adam (2019). A estratégia argumentativa visa a transformação de conhecimentos (Adam, 2019, p. 164). O texto abaixo segue esse roteiro, pois a sequência argumentativa nele representada não é estática; por isso, algumas vezes, essa ordem ou a presença das macroposições aparecem em posição diferente da indicada por Adam (2019), o que é normal sob a ótica do referido autor.

Dessa forma, as macroposições argumentativas são comprovadas nesta composição de forma eficiente, visto que a sequência argumentativa se compôs de três partes essenciais — dados (argumentos), princípios de base (escoramento inferencial) e conclusão —, orienta Adam (2019).

Quadro 3 – Texto D

Texto D

Cotas raciais: direito ou desigualdade?

Em Face ao cenário atual, é notório vermos mais pessoas pretas, pardas ou indígenas em universidades e cargos de autoridade, isso também se deve às cotas e esforços dos mesmos. Essa é uma questão que deve ser avaliada pelo seu impacto social e sua veracidade.

Sabe-se que as pessoas não-brancas finalmente estão falando sobre os seus direitos, e essa luta com liberdade ajudou em criações de cotas que ajudam pessoas não-brancas a serem iguais as brancas em universidades e empresas. Mesmo lutando com o racismo, eles tentam ter igualdades. Essas Leis de Cotas beneficiaram a igualdade, mas alguns racistas pensam que, de alguma forma, isso prejudicaria brancos em universidades, mesmo eles ainda sendo a maioria nas universidades. O Brasil que conhecemos ainda tem preconceito, não contra brancos, mas contra pretos, pardos e indígenas.

Brancos sempre foram privilegiados, mas agora que muitos recorreram aos seus direitos, racistas se vitimizam dizendo que isso afeta os brancos, mesmo que os brancos sejam maioria nas universidades e as cotas apenas igualam negros e brancos, dando chances a negros que talvez estivessem sem esperança de um futuro.

Diante do exposto, nós percebemos que as cotas não privilegiam pretos, mas traz um pouco de igualdade, pois após as cotas os brancos continuam em maioria nas universidades, porém, ainda ajuda pretos. Mesmo com cotas, devemos lutar por igualdade e cumprimento das leis raciais.

Fonte: autoria própria.

Quadro 4 – Quadro analítico do texto D

MACROPOSIÇÕES	RECORTE DO TEXTO	DESCRIÇÃO
	“Em Face ao cenário atual, é notório vermos mais	O autor aponta e defende a Lei de Cotas como um

MP Arg. 0 – TESE ANTERIOR.	peessoas pretas, pardas ou indígenas em universidades e cargos de autoridade, isso também se deve as cotas e esforços dos mesmos. Essa é uma questão que deve ser avaliada pelo seu Impacto social e sua veracidade”.	princípio de direito à igualdade racial.
MP Arg. 1 DADOS	“Lei de cotas, o Brasil que conhecemos, cumprimento das leis raciais”.	Fortalece a defesa da tese inicial ancorada em dados como a Lei de Cotas e a história do Brasil.
MP Arg. 2 SUPORTE	“Sabe-se que as pessoas não-brancas finalmente estão falando sobre os seus direitos, e essa luta com liberdade ajudou em criações de cotas que ajudam pessoas não-brancas a serem iguais as brancas em universidades e Empresas.” Lutando com o racismo, eles tentam ter igualdades”.	Se apoia no princípio de que os negros, de fato, expressam seus anseios quanto aos seus direitos e isso tem contribuído para a criação de leis, caso da Lei de Cotas.
MP Arg. 4 RESTRIÇÃO	“Mas agora que muitos recorreram aos seus direitos, racistas se vitimizam dizendo que isso afeta os brancos, mesmo que os brancos sejam maioria nas universidades”.	Se contrapondo a tese inicial, o autor argumenta que grupos racistas têm feito movimentos contrários à Lei de Cotas, pois segundo esses grupos, a referida lei fere o direito dos brancos quanto ao ingresso nas universidades públicas.
	“Diante do exposto, nós percebemos que as cotas não privilegiam pretos, mas traz um pouco de igualdade, pois após as cotas os brancos continuam em	Conclui afirmando a tese inicial, quando diz que a Lei de Cotas não privilegia negros, pelo contrário corrige uma injustiça social e, por fim, solicita a todos o

MP Arg. 3 CONCLUSÃO	maioria nas universidades, porém, ainda ajuda pretos. Mesmo com cotas, devemos lutar por igualdade e cumprimento das leis raciais”.	ingresso na luta por igualdade racial.
----------------------------	---	--

Fonte: autoria própria.

Ao analisar o referido texto, evidenciou-se que, embora se perceba a ausência de uma maior quantidade de dados para sustentação da tese inicial, foi possível constatar que se alcançou o objetivo maior: persuadir e convencer o interlocutor sob a perspectiva da interação verbal, organizada mediante o princípio das sequências argumentativas: tese anterior, fatos, inferências, construção de argumentos e conclusão.

Dito isto, neste texto, as sequências argumentativas constituíram uma opinião e, para isso, “o enunciador vale-se de uma argumentação coerente e consistente, expondo os fatos, reflete a respeito de uma questão, tece explicações, apresenta justificativas, avalia, conceitua e exemplifica” (Köche; Boff; Marinello, 2010, p. 22).

Por isso, na composição da tese anterior, o autor destaca o fato de pessoas pretas começarem a ocupar espaços nas universidades, e tudo isso graças à Lei de Cotas. Ao final, confirma a referida tese quando expressa o seguinte pensamento: “nós percebemos que as cotas não privilegiam pretos, mas trazem um pouco de igualdade”. Porém, para se chegar a essa afirmação, destaca pensamentos contrários, restrições: “os racistas divergem disso”, pois, segundo eles, em detrimento da Lei de Cotas, os seus direitos são suprimidos.

Além disso, o suporte foi no sentido de corroborar a defesa do ponto de vista descrito pelo referido autor, quando escreveu: “Sabe-se que as pessoas não brancas finalmente estão falando sobre os seus direitos, e essa luta com liberdade ajudou em criações de cotas que ajudam pessoas não brancas a serem iguais às brancas em universidades e empresas.” Dessa maneira, considera-se a sequência textual argumentativa como dominante, pois determina diretamente a coesão e a coerência entre as partes, com vistas a auxiliar na persuasão do interlocutor (Adam, 2019).

Quanto à conclusão, reafirma-se a tese anterior por meio do conectivo “diante do exposto”, interligando tudo o que foi dito no texto, expressando que a Lei de Cotas não privilegia negros, mas corrige uma injustiça e, para isso, solicita a todos o ingresso na luta por igualdade racial. Isso, em suma, apresenta uma estrutura bem particular, porque compreende todas as macroproposições argumentativas indicadas por Adam (2019).

Quadro 5 – Texto K

Texto K

A Lei de Cotas: exclusiva ou inclusiva?

A Lei de Cotas tem como objetivo reparar e superar o racismo historicamente enraizado no território brasileiro. Esta é a lei que garante 50% das vagas em universidades e instituições federais para negros, indígenas e estudantes da rede pública.

Assim, é de suma importância lembrarmos dos danos sofridos por tais segmentos da sociedade: enormes em comparação aos poucos cometidos contra brancos, quando se fala sobre etnias. No filme “Escritores da Liberdade”, baseado em histórias reais, vemos como o racismo e pouco caso com a escolaridade dos negros afetam-os. A obra representa problemas como, por exemplo, a evasão escolar, gerada, principalmente, pelo desinteresse para com os estudantes marginalizados.

Dessa forma, sabendo que a Lei de Cotas vem se mostrando cada vez mais eficaz e inclusiva, visto que o número de jovens alunos negros aumentou em cerca de 400% nos últimos 10 anos, prova-se o efeito positivo desta.

Portanto, infere-se que além de trazer mais valorização e oportunidades para aqueles historicamente desrespeitados, a Lei de Cotas inclui de forma justa, não excluindo ou retirando as vagas dos brancos.

Fonte: autoria própria.

Notou-se, no presente texto, que a perspectiva da sequência argumentativa ficou bastante evidente, mediante o modo como se constituíram as unidades linguístico-textuais básicas e prototípicas, fazendo parte da estrutura do gênero artigo de opinião, o que contribuiu para identificar a predominância argumentativa com fins de persuasão do interlocutor, o leitor dessa produção textual.

Noutras palavras, a sequência argumentativa presente neste texto seguiu a lógica apontada por Adam (2019) quanto às constituições linguístico-composicionais do gênero artigo de opinião, mais estáveis e menos suscetíveis a alterações.

No tocante à estrutura da sequência argumentativa, no interior deste texto, destaca-se que a referida composição, quanto às macroproposições, está diretamente interligada à conclusão, ancorando-se na tese anterior explicitada neste texto analisado.

Por fim, destaca-se que a estrutura da sequência argumentativa não deve estar presa a uma linearidade, conforme aconteceu neste texto em evidência, o que também não implica fugir do objetivo de convencer o interlocutor nessa forma de composição. Para tanto, salienta-se a importância da obra de Adam (2019), pois nela existe a necessidade de se adaptar a noção de sequência argumentativa ao gênero de opinião.

Quadro 6 – Quadro analítico do texto K

MACROPOSIÇÕES	RECORTE DO TEXTO	DESCRIÇÃO
MP Arg. 0 – TESE ANTERIOR.	“A Lei de Cotas tem como objetivo reparar e superar o racismo historicamente enraizado no território brasileiro”.	Defende que a Lei de Cotas, de fato, repara a desigualdade provocada pelo racismo que é histórico.
MP Arg. 1 DADOS	“Esta é a lei que garante 50% das vagas em universidades e instituições federais para negros, indígenas e estudantes da rede pública. No filme “Escritores da Liberdade”, o número de jovens alunos negros aumentou em cerca de 400% nos últimos 10 anos”.	Os dados representados na ordem de 50% ratificam o direito da metade das vagas nas universidades e institutos sejam destinadas para alunos negros. Isso se sustenta porque segundo o filme Escritores da Liberdade se aumentou em cerca de 400% o número de alunos negros nas universidades.
MP Arg. 2 SUPORTE	“A Lei de Cotas vem se mostrando cada vez mais eficaz e inclusiva”.	É importante destacar que a Lei de Cotas contribui de forma eficaz quanto a inclusão, precisamente.
MP Arg. 4 RESTRIÇÃO	“O racismo faz pouco caso com a escolaridade dos negros”.	Ao racismo não interessa a escolaridade dos negros, por isso, faz pouco caso.

MP Arg. 3 CONCLUSÃO	“Portanto, infere-se que além de trazer mais valorização e oportunidades para aqueles historicamente desrespeitados, a Lei de Cotas inclui de forma justa, não excluindo ou retirando as vagas dos brancos”.	Deduz-se disso que a Lei de Cotas valoriza e oportuniza os negros nas universidades, visto que, ao longo da história forma imensamente discriminados. As cotas fazem o papel da inclusão.
----------------------------	--	---

Fonte: autoria própria.

Dessa forma, as sequências formaram, nesta composição, estruturas linguístico-formais, simbolizadas por uma sucessão organizadora de macroproposições, acessíveis no interior dos gêneros, por meio das necessidades do discurso.

Assim, observou-se a estrutura predominante — no caso, a sequência argumentativa — neste artigo de opinião, sobretudo articulada aos elementos tipológicos, isto é, às organizações linguístico-formais que, de certo modo, caracterizaram a sequência argumentativa.

Desse modo, no texto analisado, a tese anterior defende que: A Lei de Cotas tem como objetivo reparar e superar o racismo historicamente enraizado no território brasileiro. Tal conclusão é ancorada por meio de uma sustentação explícita quanto à Lei de Cotas que, de fato, supera o racismo histórico.

Para isso, fundamenta-se em dados quando diz que: 50% das vagas em universidades e instituições federais para negros, indígenas e estudantes da rede pública” e No filme *Escritores da Liberdade*, o número de jovens alunos negros aumentou em cerca de 400% nos últimos 10 anos.

Apropria-se do suporte A Lei de Cotas vem se mostrando cada vez mais eficaz e inclusiva” para sustentar o ponto de vista inicial, porém apresenta uma restrição — um contra-argumento — que segue no sentido contrário da proposição primeira, mas logo é contornada pela conclusão que segue o movimento argumentativo conduzido por argumentos expressos pela retomada da tese anterior, a partir da conjunção conclusiva *portanto*: portanto, infere-se que, além de trazer mais valorização e oportunidades para aqueles historicamente desrespeitados, a Lei de Cotas inclui de forma justa, não excluindo ou retirando as vagas dos brancos. Esse fato, de certo modo, conduzirá o interlocutor a uma nova tese (conclusão), transcrita na própria proposição.

Quadro 7 – Texto L

Texto L

Um incremento fundamental.

Em 1500, quando os portugueses chegaram ao Brasil, procuraram mudar a sua cultura, religião e modo de ser vestir, tudo isso para se adequar com a deles, além de escravizar os africanos, criando uma desigualdade social desde esse começo. Com essa alusão abordada de forma análoga, no atual contexto brasileiro, ainda enfrentamos esse problema, principalmente com pretos e indígenas. Para reparar esse mal causado, foi criada a Lei de Cotas, algo importante e necessário para reconfigurar o Brasil e igualar, ou pelo menos tentar, o valor das raças.

Primeiramente, precisamos ter em mente o porquê dessa lei ter sido criada e porque apresenta tanta importância. A Lei de Cotas nasceu com o intuito de nivelar as raças, que por conta do nosso histórico, são desiguais. Com isso, devemos nos orgulhar de estarmos tentando, mesmo depois de muito tempo, diminuir essas ideias preconceituosas e intolerantes, e de dar oportunidade dos que não tiveram por muito tempo.

Em segundo lugar, é importante ressaltar que, como disse Rosane Garcia “É puro deboche falar em desigualdade quando todas as ações do Poder Público e setor privado sempre mortificaram o artigo da Constituição”, já que desde o começo, quando os brancos sempre foram mais valorizados que os negros, eles não julgaram aquilo como desigual.

Portanto, fica nítido que a Lei de Cotas não privilegia pretos e nem pardos, mas sim os valores que eles têm, o qual foram tirados deles há muito tempo.

Fonte: autoria própria.

O texto analisado encaminha, como os demais, o entendimento de que a sequência argumentativa é inerente a esse protótipo, tomando por base o conceito de Adam (2019), em que a argumentação é tida como elementar na composição da sua textualidade. Sobre as sequências argumentativas, Bronckart (2003, p. 219) escreve que:

Essas diferentes sequências podem ser combinadas em um texto, em várias modalidades (encaixamento hierárquico, mesclas, etc.) e é da diversidade das sequências e da diversidade de suas modalidades de articulação que decorre a heterogeneidade composicional.

Dito isto, as sequências produzidas neste texto caracterizam-se, como em todas as macroproposições que definem uma sequência ou apenas parte dela, porque pode haver, para tanto, múltiplas formas de encaixe das macroproposições; isto é, a estrutura hierárquica do conjunto da sequência é preservada.

De fato, as sequências nesta composição comungam do pensamento de Adam ao expressar que: “As sequências são, desse modo, flexíveis, plásticas e, ao mesmo tempo, estáveis, para assim proporcionar o reconhecimento de padrões em sua produção, interpretação e recepção” (Adam, 2019, p. 64).

Então, para atender à finalidade desta análise, foi necessário conhecer e entender, especificamente, como foi organizada a sequência argumentativa nesta produção.

Quadro 8 – Quadro analítico do texto L

MACROPOSIÇÕES	RECORTE DO TEXTO	DESCRIÇÃO
MP Arg. 0 – TESE ANTERIOR.	“Com uma desigualdade social desde esse começo, a Lei de Cotas, algo importante e necessário para reconfigurar o Brasil e igualar, ou pelo menos tentar, o valor das raças”.	A Lei de Cotas se mostra importante e necessária para valorizar e igualar os direitos entre as raças.
MP Arg. 1 DADOS	“Em 1500, quando os portugueses chegaram ao Brasil; A Lei de Cotas; o artigo da Constituição”; como disse Rosane Garcia “É puro deboche falar em desigualdade quando todas as ações do Poder Público e setor privado sempre modificaram o artigo da Constituição”.	Desde 1500, mais a Lei de Cotas, a Constituição Federal e ainda o que diz Rosane Garcia quanto aos direitos e a desigualdade, precisamente, pois há em alguns setores da sociedade e do poder público ações no sentido de modificar artigos da Constituição que garantem o direito à igualdade.
MP Arg. 2 SUPORTE	“Primeiramente, precisamos ter em mente o porquê dessa lei ter sido criada e porque apresenta tanta importância; devemos nos orgulhar de estarmos tentando, mesmo depois de muito tempo, diminuir essas ideias preconceituosas e intolerantes, e de dar	Se faz necessário saber da importância dessa lei e de sua criação para garantir os direitos e diminuir os preconceitos no que se refere, especialmente, a desigualdade. Isso, certamente, é motivo de nos orgulhar, oportunizar os que nunca tiveram tempo para tal fim, estudar.

	oportunidade dos que não tiveram por muito tempo”.	
MP Arg. 4 RESTRIÇÃO	“Desigualdade social desde esse começo”.	Há de fato uma desigualdade social desde o início da nossa História.
MP Arg. 3 CONCLUSÃO	“Portanto, fica nítido que a Lei de Cotas não privilegia pretos e nem pardos, mas sim os valores que eles têm, o qual foram tirados deles há muito tempo”.	Logo, se percebe que a Lei de Cotas não elege privilégios aos negros, mas corrige injustiças de ordem social primeiramente, que historicamente foram suprimidos.

Fonte: autoria própria.

O autor do texto defende, na tese inicial, que a Lei de Cotas corrige uma desigualdade histórica e, para isso, faz esse aporte na história: “Com uma desigualdade social desde esse começo, a Lei de Cotas, algo importante e necessário para reconfigurar o Brasil e igualar, ou pelo menos tentar, o valor das raças”. O termo **“reconfigura o Brasil”** é utilizado porque ele já não atende aos desejos da maioria da sociedade.

Nessa perspectiva, Adam (2019) destaca que:

todos os tipos de conhecimento conhecimentos pragmáticos, conhecimentos de mundos representados, etc. são acionados nas operações que envolvem textos. Isso quer dizer que o conhecimento desses esquemas prototípicos apenas auxilia leitores/as e produtores/as de texto no que tange à adoção de um conjunto de estratégias de resolução de problemas. Portanto, seria a imersão em variadas práticas discursivas – orais e escritas – que proporcionaria aos/as ouvintes, leitores/as e produtores/as de texto a aquisição e o desenvolvimento de tais sequências (Adam, 2019, p. 23).

Disso, percebeu-se que a tese inicial objetivou modificar a visão do interlocutor a partir de um dado proveniente da História e segue apresentando suportes, entre eles: “primeiramente, precisamos ter em mente o porquê dessa lei ter sido criada e por que apresenta tanta importância”. Nisso, ancora a tese inicial.

Mais à frente, há uma restrição: “desigualdade social desde o começo”, o que significa que ainda existe nos dias atuais, e essa restrição imposta se estrutura nos argumentos de refutação, que acabam corroborando, neste caso, com a conclusão, confirmando a tese inicial, segundo a qual a Lei de Cotas não privilegia negros, mas corrige injustiças de ordem social historicamente construídas.

No último parágrafo deste texto, o autor explicita sua referida tese, confirmando-a conforme os argumentos que apresenta, existindo uma reflexão no sentido de corrigir uma injustiça histórica com a questão da igualdade racial.

Mediante esta análise, evidenciou-se a importância da sequência argumentativa composta pelas macroposições argumentativas, fortalecendo, nesta estrutura, sobretudo, a persuasão e a defesa desse ponto de vista.

Quadro 9 – Texto Q

Texto Q

A Lei de Cotas e a desigualdade no Brasil.

De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Contudo, esse direito não está sendo garantido aos negros e outras minorias, por causa da desigualdade, e a Lei de Cotas auxilia para diminuí-la.

Em uma primeira análise, vale destacar que o povo negro foi escravizado por mais de 300 anos em nosso país, e após isso, as desigualdades continuaram e continuam até os dias de hoje. Segundo o Correio Braziliense, somente 38% dos estudantes das universidades são negros, um número pequeno, e que seria menor se a Lei de Cotas não existisse a mais de 10 anos.

Faz-se mister salientar também, que a Lei de Cotas não privilegia, e sim reduz as desigualdades. Ainda segundo o Correio Braziliense, mesmo que o número de negros em universidades tenha crescido em 400%, a população negra em nosso país é de 56%.

Esses dados mostram que mesmo com o efeito da Lei de Cotas, o número de brancos é expressivo em comparação com o de negros. De acordo com o filósofo grego Sócrates, os desiguais devem ser tratados à medida de sua desigualdade, ou seja, com a clara desigualdade entre negros e brancos no Brasil, medidas como a Lei de Cotas devem ser tomadas para reduzi-las.

Portanto, é possível entender que o povo negro sofre com inúmeros problemas desde sua chegada ao Brasil. E uma dessas dificuldades é a falta de oportunidades, e por isso a Lei de Cotas foi criada, para aumentar o número de jovens negros nas universidades. E outros meios podem ser tomados para diminuir a desigualdade racial, como a conscientização da população e investimentos em programas sociais, para que o único a diferença entre um negro e um branco seja somente a cor.

Fonte: autoria própria.

Nossa análise consistiu no detalhamento da sequência argumentativa através das macroposições compostas nos textos, detalhando e planejando a sequência argumentativa e, por fim, compreendendo o efeito persuasivo dela decorrente. Neste contexto, é importante ressaltar que, primeiramente, não se faz possível, segundo admite Adam (2019, p. 36), “atribuir a cada tipo de sequência uma distribuição muito rigorosa de marcas morfosintáticas”. No

entanto, é possível encontrar constâncias e elementos que confirmem, nos exemplares desse gênero, a presença da sequencialidade argumentativa. Dessa maneira, como dissemos, dado o tamanho do corpus, optamos por demonstrar essa construção a partir de cinco textos dos que foram aqui dispostos.

Para explicar toda essa relação nos textos do corpus desta dissertação, o quadro a seguir demonstra, de forma detalhada, a presença de cada macroposição argumentativa, com vistas a persuadir e convencer o interlocutor:

Quadro 10 – Quadro analítico do texto Q

MACROPOSIÇÕES	RECORTE DO TEXTO	DESCRIÇÃO
MP Arg. 0 – TESE ANTERIOR.	“Todos são iguais perante a lei”.	O direito deve ser igual para todos.
MP Arg. 1 DADOS	“Vale destacar que o povo negro foi escravizado por mais de 300 anos em nosso país”. “Segundo o Correio Braziliense, somente 38% dos estudantes das universidades são negros, um número pequeno, e que seria menor se a Lei de Cotas não existisse a mais de 10 anos”. Ainda segundo o Correio Braziliense, mesmo que o número de negros em universidades tenha crescido em 400%, a população negra em nosso país é de 56%”. “A Lei de Cotas.”	Há na verdade, desde o Brasil colônia, raízes de desigualdade racial na formação do povo que perduram até os dias atuais. Então, de fato, a Lei de Cotas contribuiu para que os negros tivessem acesso a Universidade, sabendo que a poluição negra no Brasil é maioria.
MP Arg. 2 SUPORTE	“As desigualdades continuaram e continuam até os dias de hoje”.	A desigualdade racial é uma espécie de mal que assola a sociedade brasileira a décadas.

	“Faz-se mister salientar também, que a Lei de Cotas não privilegia, e sim reduz as desigualdades”.	Por isso, a Lei de Cotas, contribui para reduzir isso tudo.
MP Arg. 4 RESTRIÇÃO	“A clara desigualdade entre negros e brancos”.	De fato, se evidencia a desigualdade entre brancos e negros nos privilégios enraizados na sociedade brasileira.
MP Arg. 3 CONCLUSÃO	“Portanto, é possível entender que o povo negro sofre com inúmeros problemas desde sua chegada ao Brasil. E outros meios podem ser tomados para diminuir a desigualdade racial, como a conscientização da população e investimentos em programas sociais, para que o único a diferença entre um negro e um branco seja somente a cor”.	Em outras palavras, o negro no Brasil tem sofrido as consequências da desigualdade, isso remota o período colonial e perdura aos dias atuais. Portanto, é preciso desenvolver na sociedade brasileira a consciência de respeito ao negro, com investimento nos mais diversos programas sociais e a única diferença seja somente a cor da pele.

Fonte: autoria própria.

Disso, percebemos que os dados, o suporte, a conclusão e mesmo a presença de um contra-argumento, visto na restrição, contribuíram, interligando-se no sentido de corroborar a tese inicial.

O autor se fundamenta na Lei de Cotas, como dado de sustentação, para indicar a importância do direito, visto que, em outros momentos da história do Brasil, isso não acontecia: “e a Lei de Cotas auxilia para diminuí-la”. Há também justificativas no sentido de que a desigualdade assola o povo brasileiro e, nisso, sustenta o seu posicionamento da composição inicial.

Nesse contexto, uma restrição aparece — um contraponto à tese inicial —, evidenciando, noutra perspectiva, a impossibilidade de se garantir o direito à igualdade. O conectivo “ou seja” é usado para fazer uma reformulação, uma explicação do que foi dito, pois, apesar “da clara desigualdade entre negros e brancos”, aqui se evidencia uma “ponte” entre as informações apresentadas e a restrição, para reforçar o pensamento inicial, a tese. A conclusão

é iniciada pela conjunção conclusiva “portanto” e, de fato, confirma a tese anterior apresentada pelo autor: “desigualdade racial”, usando argumentos que vão no mesmo sentido de confirmar o seu ponto de vista.

Dito isto, as macroposições materializadas neste artigo se configuram no sentido de persuadir o interlocutor com argumentos bem estruturados, segundo propõe Adam (2019).

Então, a partir dessa análise, percebemos que o texto examinado contribuiu para dizer que a sequência argumentativa dialógica, estruturada com contra-argumentação (indicada pela presença de uma tese anterior, uma restrição se opondo a essa tese e, por fim, a conclusão), se configurou na ordem progressiva, porque a conclusão foi apresentada ao final do texto, logo depois da tese e dos dados, evidenciando uma boa conexão entre as partes, de modo a facilitar a interpretação e o poder de persuasão para o convencimento do interlocutor.

Quadro 11 – Texto R

Texto R

A importância da Lei de Cotas.

A Lei de Cotas é algo muito discutido na sociedade, tendo em vista que muitos pensam que a lei fornece privilégios aos pretos e pardos reservando 50% das vagas nas Instituições Federais. Porém, desde o começo, a elite brasileira é constituída de pessoas brancas, e os negros são sempre as de classe mais discriminadas e marginalizadas até mesmo nos dias atuais. Dessa forma, é notório que a lei é extremamente necessária devido a desigualdade social decorrente de anos contidos no nosso país e devido à ignorância de muitos.

A importância da Lei de Cotas é excepcional, pois após sua implantação, o perfil das universidades brasileiras mudou, apresentando um crescimento de cerca de 400% no número de alunos negros, somando mais de 38% dos estudantes. Porém, este ainda é o número pequeno, tendo em vista que 56% da população brasileira é constituída de pessoas pretas.

Contudo, podemos perceber que a maioria das pessoas contra a lei é formada por membros de grupos conservadores e do Congresso, que não aceitam que os povos negros ocupam sua mesma posição executiva, tenham a mesma qualidade de educação e de vida devido ao preconceito instaurado na nossa sociedade ao decorrer de todos esses anos.

Além disso, existem também o fato dessas pessoas não saberem como a qualidade da maioria das escolas públicas que essas pessoas estudam são baixas para poder disputar com alunos de escolas particulares.

Portanto, é notório que o argumento de que a lei favorece pretos e pardos não é efetivo, pois se não fosse por ela, as universidades estariam completamente preenchidas por brancos devido ao favorecimento que eles já possuem de ter um ensino de qualidade, uma melhor situação financeira e melhores oportunidades.

Fonte: autoria própria.

Em se tratando de ação argumentativa, o texto acima intervém nas opiniões, nas atitudes e, de certo modo, nos comportamentos do interlocutor que, segundo Adam (1992), o esquema desta ação prenuncia um entendimento formado na relação dado-conclusão, o que evidencia um processo em dois movimentos:

Demonstrar-justificar uma tese e refutar uma tese ou certos argumentos de uma tese adversa. Nos dois casos, o movimento é o mesmo, pois se trata de partir de premissas (dados, fatos) que não se poderia admitir sem admitir também esta ou aquela conclusão-asserção (C). Entre os dois, a passagem está garantida pelos procedimentos argumentativos que tomam a forma de encadeamentos de argumentos-provas que correspondem aos suportes de uma lei de passagem ou a microcadeias de argumentos, ou movimentos argumentativos encaixados (Adam, 1992, p. 232, grifos do autor).

Este processo se apresentou no texto acima e organizou-se, segundo Adam (2008), mediante uma unidade de base (dado–conclusão) e o movimento (lei de passagem ou licença para inferir), garantindo que essa relação resulta de procedimentos argumentativos: espaço das justificativas, encadeamento de argumentos-provas, microcadeias de argumentos ou movimentos argumentativos encaixados, sendo de mesmo valor e, na mesma medida, para a refutação, dado que a tese que está sendo defendida — a tese anterior — sofreu restrições.

Disso, entendemos que o texto analisado se constituiu em unidades organizadas para comporem unidades maiores de uma organização argumentativa, prototípica desse gênero, que, sob um ponto de vista, permitiu evidenciar a tese apresentada pelo referido autor.

Quadro 12 – Quadro analítico texto R

MACROPOSIÇÕES	RECORTE DO TEXTO	DESCRIÇÃO
---------------	------------------	-----------

MP Arg. 0 – TESE ANTERIOR.	“Direitos proporcionados, por exemplo, pela Lei de Cotas é o direito dos negros, pardos e indígenas quanto a reserva de vagas dedicadas a eles”.	A Lei de Cotas estabelece que o direito que se proporciona a negros, pardos e indígenas vão no sentido de reserva de vagas exclusivas a esse público nos processos seletivos das universidades.
MP Arg. 1 DADOS	“Isso perdurou por mais de 300 anos; observa-se que dentro de uma década, se teve um crescimento de 400% na presença de alunos negros em universidades brasileiras, representando 38% do total de estudantes”.	A escravidão no Brasil foi construída num período superior a 300 anos. Com a Lei de Coatas, o aumento de negros nas universidades do Brasil, superam os 400%, representando algo em torno de 38% dos estudantes universitários.
MP Arg. 2 SUPORTE	“Tudo começou com a chegada dos estrangeiros, que logo tomaram o território dos nativos, e os tornaram escravos; E mesmo com o fim da escravatura, tais grupos nunca tiveram ou receberam nenhum tipo de ajuda, sendo largados à própria sorte e vivendo em situações precárias. Finalmente, depois de muitos anos eles estão recebendo os direitos que merecem”.	A chegada dos europeus foi traumática para os povos nativos, pois à primeira vista foi torná-los escravos. Com o fim da escravidão esse grupo recebeu nenhum benefício, convivendo nos dias atuais com as piores dificuldades possíveis. Por isso, a Lei de cotas, passado muitos anos, devolve o direito a quem tanto merece de fato.
MP Arg. 4 RESTRIÇÃO	“Diversos indivíduos continuam a tentar reprimir tais pessoas”. “Contudo, podemos perceber que a maioria das pessoas contra a lei é formada por membros de grupos conservadores e do Congresso, que não aceitam que os povos negros	Vozes contrárias se pronunciam no sentido de reprimir as pessoas que a lei beneficia.

	ocupam sua mesma posição executiva, tenham a mesma qualidade de educação e de vida devido ao preconceito instaurado na nossa sociedade ao decorrer de todos esses anos”	
MP Arg. 3 CONCLUSÃO	“Portanto, o problema que achavam estar resolvido, está longe de estar. E não adianta apenas olhar os números de sucesso e esquecer os que mostram a realidade, pois ignorá-los não fará eles desaparecerem. Então, para solucionar o problema nos resta apenas continuar a revisar nossas leis, e criar novas que acolham todos os grupos independente da raça, gênero ou sexualidade”.	Por isso, o problema ainda não se resolveu com a lei, como muitos acreditam, está longe disso acontecer. Apesar das referências projetadas nos números de sucesso, é preciso perceber o contexto da desigualdade. Sendo que para se resolver o problema é preciso revisar nossas leis e projetar a criação de novas leis que garantam os direitos a todos os grupos e que isso independe de raça, gênero ou sexualidade, por exemplo.

Fonte: autoria própria.

Neste texto, a sequência argumentativa materializa-se mediante a existência da tese, com a qual novos dados foram objetos das mais diversas deduções e orientaram para uma conclusão ou a elaboração de uma nova tese: “Portanto, o problema que achavam estar resolvido está longe de estar”; “Então, para solucionar o problema, nos resta apenas continuar a revisar nossas leis e criar novas que acolham todos os grupos, independente da raça, gênero ou sexualidade”. Conforme as abordagens de Apothéloz, Borel, Grize et al. (apud Bronckart, 1999, p. 226), — “o raciocínio argumentativo implica, primeiramente, a existência de uma tese, admitida supostamente sobre um dado tema”, e, sobre o contexto dessa tese, são apresentados dados novos: “isso perdurou por mais de 300 anos”; “teve um crescimento de 400% na presença de alunos negros em universidades brasileiras, representando 38% do total de estudantes”.

Dessa forma, são objetos de induções e orientam para uma conclusão ou nova tese expressa no final do texto, que, para resolver o problema, é preciso revisar nossas leis e projetar a criação de novas leis que garantam os direitos a todos os grupos e que isso independa de raça, gênero ou sexualidade, por exemplo. Por isso, a base para a construção dessa sequência

argumentativa, neste texto, foi a relação entre a tese e os argumentos apresentados pelo referido autor.

Porém, na construção desse ponto de vista, o autor faz uso de algumas restrições, contra-argumentos, ao dizer que: “diversos indivíduos continuam a tentar reprimir tais pessoas”. O referido autor também aponta outra restrição, advinda, segundo ele, do próprio Congresso Nacional, quando não colabora na criação de leis que favoreçam o direito desses indivíduos, existindo, neste contexto, pensamentos contrários que se pronunciam no sentido de reprimir as pessoas que a lei beneficia.

Para contornar esse pensamento e confirmar sua respectiva tese inicial, o autor se utiliza de suportes, quando diz: “tais grupos nunca tiveram ou receberam nenhum tipo de ajuda, sendo largados à própria sorte e vivendo em situações precárias”. Disso, retoma aqui sua tese inicial: “finalmente, depois de muitos anos, eles estão recebendo os direitos que merecem”. Como se vê, nesta composição, Adam (2019) escreve:

a unidade argumentativa de base é formada, de forma reduzida, pelo encadeamento [Dado > Conclusão], sendo esta conclusão passível de servir como premissa para novas conclusões. Esse modelo “é exemplarmente realizado pela indução [se p então q] e pelo silogismo [dados (premissa maior e menor) > conclusão] (Adam, 2019, p. 147, grifos do autor).

Neste sentido, o autor também ratifica como o argumento é inseparável de sua controvérsia, ou seja, de seus contra-argumentos. Adam (2019) não os deixa de lado na elaboração de sua sequência argumentativa prototípica, havendo espaço para a contra-argumentação em dois pontos da estrutura, ao nível das macroproposições: em MP.arg.0 (tese anterior) e em MP.arg.4 (restrição). E, neste sentido, escreve:

premissas (dados Fato F) que não saberíamos admitir sem admitir também esta ou aquela conclusão-asserção (C). No meio disso, a passagem é garantida por “passos argumentativos” que assumem a aparência de encadeamentos de argumentos-provas correspondendo seja aos suportes de uma lei de passagem (princípios-Pp & base-B), seja a microencadeamentos de argumentos ou a movimentos argumentativos encaixados (Adam, 2019, p. 163).

Ademais, a tese inicial se confirmou, e a sequência argumentativa se fez presente neste texto do gênero artigo de opinião, tipicamente argumentativo, reforçando, ao final, o poder de persuasão para convencer sobre o respectivo ponto de vista apontado pelo autor em sua tese inicial.

4.1 DISCUSSÃO DOS DADOS

O entendimento que se tem, de posse dos dados observados nos textos dos candidatos do supracitado certame, é o de que se constatou, a respeito da composição dos respectivos artigos de opinião, que se percebeu, na elaboração do parágrafo inicial, a exposição de opiniões que compartilharam do mesmo pensamento quanto à importância da Lei de Cotas — 100% nesse sentido. Entretanto, em 76% deles, essa tese se confirmou, e, em 24%, refutou-se tal qual se apresentou inicialmente.

Para tanto, nos parágrafos seguintes, trouxeram para seus textos argumentos totalmente a favor da Lei de Cotas, com o objetivo de evidenciar naturalmente e contrapô-los com argumentos de terceiros, para depois se retomar a tese anterior defendida inicialmente pelos articulistas. Fazendo essa contraposição, os candidatos trouxeram parágrafos inteiros dos textos sem, contudo, referenciá-los dentro da lógica do encadeamento das informações articuladas pela sequência argumentativa, como propõe Adam (2019).

Nos parágrafos conclusivos, os dados mostram que os candidatos se posicionam a favor da Lei de Cotas, sendo que, para isso, apresentam uma versão diferente em 24% deles, como foi dito, pois, em suas teses, evidencia-se a presença de informações trazidas da relação que fizeram com outros textos, como forma de ratificar, em outras palavras, seus pontos de vista.

Desse modo, os dados aqui apresentados corresponderam à observação quanto ao uso da sequência argumentativa na construção dos argumentos, dada a presença destas nesses textos, de forma maciça, conforme mostramos acima, compreendendo, sobretudo, como se estruturam e se fundamentaram a partir de uma determinada lógica, utilizando-se do desenvolvimento de uma opinião expressa de forma a convencer o leitor por meio dos argumentos.

Dito isto, convém destacar que, nesse entendimento — isto é, o modo como se apresentaram cada tese e a opinião do autor/candidato, discutida e analisada conforme a hierarquia apontada por Adam (2019) quanto às macroposições argumentativas —, percebeu-se que os argumentos pontuados nessas circunstâncias, de fato, sustentam a opinião dos candidatos em seus textos, pois houve ancoramento nos dados, exemplos e provas disponibilizadas que reforçam esses argumentos, de modo que a conclusão fosse retomada para ser reafirmada ou ainda refutada, segundo se dispuseram as referidas teses.

Por isso, o papel dos dados aqui suscitados, por meio destes textos, corrobora para que as estatísticas, os fatos, as pesquisas, as comparações e as citações articulem a argumentação, de modo a sustentar e dar confiabilidade às opiniões expressas, apoiando-se na aceção de

respaldar os argumentos dos textos com sustentação objetiva, em vez de apenas um critério pessoal, por exemplo. Confirmou-se, assim, como a sequência argumentativa se utilizou desses quesitos para classificar e planificar, nesses textos, sua presença sob uma articulação capaz de construir a coesão e a coerência como força de um ponto de vista convincente.

Neste sentido, esses dados apresentam uma interpretação de como se apoiaram as teses suscitadas nestes artigos e como se conectaram, de forma lógica, pelos argumentos, evitando seu uso isolado, sem explicação ou ainda sem relação direta com o ponto de vista defendido pelos candidatos em seus respectivos textos. Por isso, em resumo, os dados estão representados no quadro abaixo, trazendo algumas considerações, de modo geral, acerca das macroposições argumentativas, segundo descreve Adam (2019):

Quadro 13 – Quadro demonstrativo das macroposições

	Textos	Artigos de opinião
MP Arg. 0 (TA)	A MP Arg. 0, se acentuou nos textos de forma clara e com as macroposições bem definidas, deixando bem visíveis qual a tese anterior de cada texto.	A MP Arg. facilitou inferir a tese anterior nos demais textos, como no texto A.
MP Arg. 1 (Dados)	Existe a MP Arg. 1 em todos os textos analisados, correlacionados tanto em sua temática quanto por elementos linguísticos coesivos.	Existe a MP Arg. 1 em todos os textos; no entanto, muitas vezes, é necessário um esforço para relacionar as informações citadas com a tese que está sendo abordada ou com as outras informações dentro da macroposição, havendo carência de elementos linguísticos de coesão, bem como de aprofundamento dos dados para melhor encadeá-los entre si.
MP Arg. 2 (suporte)	Em todos os textos analisados há, no mínimo, um suporte legitimado e com uso produtivo para as informações apresentadas.	Em todos os textos há, pelo menos, um suporte; porém, em quase todos, ele não é legitimado ou usado de forma produtiva, como solicita o gênero. Muitas vezes, esse suporte é composto por informações baseadas no senso comum, o que enfraquece a argumentação e impacta na nota.
MP Arg. 3 (conclusão)	Todos os textos possuem uma MP Arg. 3 bem definida, especialmente pelo uso de conectivos de conclusão.	Nos textos a MP Arg. 3 está clara na redação dos textos.

MP Arg. 4 (restrição)	Todos os textos possuem uma proposta de intervenção que assume o papel de Restrição, argumentos opostos, para a Tese Anterior, e que, a partir dela, uma nova conclusão poderá ser apresentada.	Todos os textos possuem a MP Arg. 4, necessitando de detalhamento para que alcance a nota máxima e se mostre, de fato, viável, sendo que, em alguns textos, não há clareza dessa presença e, por isso, se infere a partir do entendimento da leitura.
----------------------------------	---	---

Fonte: autoria própria.

Nesses dados, observou-se a sequência argumentativa pressuposta por Adam (2019) nesses textos de opinião produzidos por candidatos aos cursos técnicos de nível médio, na forma integrada do IFRN – Edição 2023, e se compreendeu que a unidade composicional desses textos está marcada pela associação “dado-conclusão”, elementos caracterizados por Adam (2011) como imprescindíveis na constituição de uma sequência argumentativa.

Logo, percebeu-se que os textos de opinião desses candidatos se organizam seguindo uma linha argumentativa que, inicialmente, apresentou a identificação do tema e seguiu apresentando diversos argumentos, de forma a elucidar, nos textos, a justificação ou refutação das teses e, com isso, se chegar à formulação de uma tese final.

4.2 A SEQUÊNCIA ARGUMENTATIVA E O ARTIGO DE OPINIÃO

Pontuamos, nesta pesquisa, a importância da sequência argumentativa na construção do artigo de opinião que, ao utilizar-se dessa sequência sob a perspectiva de Adam (2019), se estrutura em introdução, desenvolvimento e conclusão. Logo, a introdução apresenta o tema e a tese que será defendida ou refutada; o desenvolvimento traz os argumentos que dão sustentação à tese, por meio da utilização de dados, exemplos e citações; e, por fim, a conclusão, que ratifica a tese e, eventualmente, propõe um ponto de vista posterior ou uma reflexão como finalidade. Nesse sentido, Adam (1992, p. 233) escreve que:

a sequência argumentativa surge com o objetivo de expressar a opinião, descrever o problema e tentar convencer ou procurar a adesão do interlocutor e, ainda segundo o autor, objeto que serve a sequência argumentativa é, tipicamente, um tema polêmico ou controverso que admite vários pontos de vista.

Dito isto, entendemos que a sequência argumentativa se configura como uma estrutura básica que determina um artigo de opinião, porque esse tipo de gênero busca defender ou refutar uma determinada tese mediante um tema polêmico. Desse modo, a argumentação acaba por

caracterizar-se como a forma que o autor busca para convencer o interlocutor — o leitor — a aderir ou a refutar sua posição. Assim, a sequência argumentativa, em suma, inclui a identificação de dados, a composição de um raciocínio e a conclusão, que dá sustentação à ideia de maior importância. Nesse raciocínio, Adam (1992, p. 232) escreve:

Demonstrar-justificar uma tese e refutar uma tese ou certos argumentos de uma tese adversa. Nos dois casos, o movimento é o mesmo, pois se trata de partir de premissas (dados, fatos) que não se poderia admitir sem admitir também esta ou aquela conclusão-asserção (C). Entre os dois, a passagem está garantida pelos procedimentos argumentativos que tomam a forma de encadeamentos de argumentos-provas que correspondem aos suportes de uma lei de passagem ou a micro cadeias de argumentos, ou movimentos argumentativos encaixados.

Nesse trecho, Adam (1992) explica como a demonstração (justificação) de uma tese e, ainda, a refutação de uma tese adversa partilham de um movimento argumentativo básico: o caminho das premissas (dados/fatos) a uma conclusão (asserção). Esse caminho é assegurado, segundo ele, por relações de argumentos-prova, podendo ser vistos como microcadeias de argumentos ou, ainda, movimentos argumentativos encaixados.

Para tanto, convém dizer, quanto ao uso da sequência argumentativa, que, por sua vez, tem a notória função, antes de mais nada, de persuadir e convencer o interlocutor na relação verbal e, portanto, o ato argumentativo corresponde à oposição de enunciados, visto que se interligam por operadores argumentativos, tendo por princípio a ideia de que uma argumentação se estabelece em dois movimentos: na demonstração de uma tese e na refutação dessa tese.

Assim, estes textos possuem distintos componentes adicionais em sua forma de composição, que, em geral, se organizam seguindo um pensamento argumentativo iniciado com a identificação do tema, auxiliado de seus antecedentes e alcance, seguindo com uma tomada de posição, em outras palavras, com a composição de uma tese; logo após, mostram-se os diferentes argumentos, de modo a justificar esta tese; para finalizar, faz-se uma ratificação da posição adotada no início do texto.

A sequência argumentativa, em textos de tipologia argumentativa — neste caso, o artigo de opinião —, inclui um enunciado argumentativo descrito pela presença de um posicionamento a ser defendido. Nesse sentido, o texto é guiado em direção a possíveis conclusões e necessita, para tanto, construir estratégias de persuasão. Por isso, nessa direção, para persuadir um interlocutor, é preciso determinar uma espécie de acordo inicial quanto às premissas com as quais a argumentação será concebida; num segundo momento, é o de vincular esses acordos (premissas) ao ponto de vista defendido no artigo de opinião.

Dito isto, a sequência argumentativa pretende persuadir o leitor quanto a uma posição. Isso ocorre no início, quando se resguarda uma tese ou, ainda, se apresentam os aspectos favoráveis e desfavoráveis, de modo a se posicionar apenas na conclusão — é o caso dos textos deste estudo. Por isso, muito além de discorrer, tem-se a intenção de formar a opinião do leitor, procurando convencê-lo de que a razão se mostra evidente, ou seja, a verdade.

Nesses textos, toda a estrutura argumentativa construída foi no sentido de promover a credibilidade dos fatos, mediante argumentos de autoridade, isto é, provas concretas. Por isso, caminharam em uma direção coerente, precisa e persuasiva. Em outras palavras, na estrutura da sequência argumentativa, destaca-se, ainda, a forma como se ancoram as macroproposições, pois não estão, direta ou obrigatoriamente, conectadas à conclusão; contudo, estas podem estar interligadas à tese anterior, segundo foi analisado nos textos desta pesquisa.

Considerando esse aspecto, ressaltamos também que, apesar de a tese anterior se apresentar especificada nos textos aqui analisados, estas podem se apresentar de forma subentendida; porém, sua identificação poderá se dar por inferência. Ressalte-se, para tanto, que a estrutura de uma sequência argumentativa não está detida a uma linearidade; no entanto, as macroproposições que apresentam dado e conclusão em sua composição são entendidas como elementos fundamentais à sua constituição.

Por fim, entende-se que a sequência argumentativa, no gênero artigo de opinião, é parte inerente, porque, no geral, começa-se pela premissa de que todo texto deve ter unidade, coerência e ênfase, representadas dessa forma para que haja comunicação. Disso, compreende-se dizer uma coisa de cada vez, de modo que todas as ideias cumpram sua função nesse processo para a formação da coerência, organizando o sentido de cada uma apresentada.

Nesse sentido, a argumentação é a apresentação dos recursos com o intento de fazer o texto se concretizar em seu objetivo de fato. Nessa perspectiva, Koch (2002, p. 121) afirma que a coerência teria a ver com a boa formação do texto.

Ao final, a reflexão que se faz dos dados quanto à macroproposição argumentativa na construção desses textos estudados se forjou de maneira essencial, especialmente quanto à qualificação discursivo-linguística desse modelo de macroproposição. A organização das proposições-argumento mostrou sua importância no fortalecimento da defesa das teses apresentadas, possibilitando toda a rede relacional que envolve a construção de um texto desse gênero.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista inicial, sob o título “O ensino de argumentação em artigos de opinião de candidatos aos cursos técnicos de nível médio na forma integrada do IFRN – Edição 2023”, esta dissertação objetivou analisar como candidatos do exame de seleção na forma integrada do IFRN com nível de ensino fundamental usam a sequência argumentativa em seus textos e, para garantir que tudo o que foi discutido até esse ponto se convertesse e se materializasse à luz da teoria proposta por Adam (2019), traçamos, neste objetivo, conhecer os aspectos de ordem composicional/linguísticos, sustentando a construção da argumentação. Assim, constatou-se, desse modo, como se estruturam em esquemas argumentativos ligeiramente estáveis e, em seu nível textual de análise, visando a persuasão do interlocutor sobre um determinado ponto de vista, em que se defendeu uma ideia ou uma tese, conforme sugere Adam (2019).

Dessa maneira, alguns caminhos foram tomados para se chegar ao destino desejado quanto aos objetivos; entre eles, a definição da hipótese de que os participantes do processo seletivo para os cursos técnicos de nível médio na forma integrada do IFRN – edição 2023 se valeram de argumentos em seus artigos de opinião para ancorarem a tese, sem ter, muitas vezes, um conhecimento mais aprofundado sobre o assunto tratado.

A argumentação, a sequência argumentativa, possivelmente por se basearem em modelos de argumentos compreendidos como eficientes para qualquer temática, se confirmou na análise dos textos, pois as marcas desse tipo de texto foram prontamente identificadas mediante os elementos de composição: introdução (mesmo diante de um tema particular, pôde-se adaptar intencionalmente para convencer o leitor, apresentando a questão-problema de forma criativa e impactante), os argumentos empregados, as citações, entre outros, caracterizando a versatilidade de adaptação para serem utilizados nos mais variados temas, como nos textos deste estudo.

Tratou-se, ainda, de outro meio muito importante para se alcançar o objetivo: o levantamento teórico realizado. Para isso, destacou-se todo estudo referenciado em Adam (1992, 2008, 2011, 2019), sobretudo a sequência argumentativa (macroposições argumentativas), nível dialógico, visto que os textos desta análise se estruturam tal qual na teoria, em forma de organização textual, visando convencer o leitor a partir de dados, de princípios, e de conclusões que defenderam um ponto de vista, ponderando opiniões contrárias. Deste modo, no nível dialógico ou contra-argumentativo (MP.arg.O e MP.arg.4), a argumentação é negociada com um contra-argumentador (auditório), real ou potencial, e a estratégia argumentativa utilizada pelos candidatos visou à transformação de conhecimentos e

de pensamento. Fez-se ainda um levantamento sobre o gênero artigo de opinião, por meio da estrutura estabelecida para esse texto.

Esse pensamento foi valioso, pois, mediante as análises, pôde-se empreender, a partir da sequência argumentativa, o compartilhamento de informações, opiniões, experiências e negociações. Isso porque houve a possibilidade de destacar que, nessa sequência, segundo Adam (2019), as macroproposições se confirmam por um princípio de regularidades, como nos textos analisados (a estrutura é basicamente igual em todos eles), diferenciando, por exemplo, as restrições, aquilo que pesa em contrário (MP Arg. 4). Já a estrutura da (MP Arg. 3) conclusão acaba por ser identificada a partir do conectivo “portanto”, o mais utilizado para esse fim em grande parte dos textos desta análise, tornando-os muito parecidos. Neste sentido, esta estrutura da sequência pode ser considerada uma ferramenta implícita que os candidatos se apropriaram para elaborar seus artigos de opinião, ainda que não tenham total clareza de que o que estão reproduzindo é uma sequência argumentativa pré-estabelecida.

No percorrer desta pesquisa, um questionamento foi suscitado: como se desenvolveu o processo de construção da sequência argumentativa no gênero artigo de opinião em textos escritos por candidatos ao processo seletivo para os cursos técnicos de nível médio na forma integrada do IFRN – edição 2023? Esta pergunta foi levantada com o intuito de auxiliar na compreensão e interpretação dos dados desta análise, visto que, na análise, verificou-se que, na nova tese (conclusão), foram utilizados verbos de tempo futuro, dado que a (MP Arg. 3) é prototípica do gênero em discussão. Observou-se ainda, no início de cada parágrafo, a presença dos dados (MP Arg. 1), com um conectivo de adição fazendo a conexão entre os parágrafos. É importante ressaltar que, na construção desses textos, notou-se como a (MP Arg. 4), restrição, se notabilizou em todos os artigos de opinião desta pesquisa; pois, caso não houvesse, a tese anterior não poderia ser transformada, não ocorreria mudança no contexto do texto, segundo Adam (2019).

Para o ensino, trouxe-se a reflexão sobre a formação de alunos da Educação Básica enquanto produtores de textos proficientes nesse gênero: “Produzir artigos de opinião, argumentando de acordo com a estrutura própria do texto” (Brasil, 2018, p. 114). De modo didático, nesta pesquisa, isso foi expresso como mais uma possibilidade, dentre as incontáveis, de habilitar professores de Língua Portuguesa dos anos finais a compreender melhor os problemas dos textos relacionados aos seus alunos, percebendo com mais precisão o que dificulta ou o que ainda falta para que consigam produzir textos proficientes, por exemplo.

Além disso, para o ensino a argumentação revela-se como uma prática essencial para a formação integral do sujeito, ultrapassando o domínio técnico da língua e alcançando

dimensões cognitivas, éticas e sociais do processo educativo. Ao desenvolver a capacidade de argumentar, o aluno é levado a pensar criticamente, a organizar o raciocínio de forma lógica e a expressar-se com clareza, o que contribui significativamente para o aprimoramento da competência comunicativa e discursiva. O ensino da argumentação favorece a constituição de um sujeito autônomo, capaz de posicionar-se diante das diferentes questões do mundo contemporâneo, fundamentando suas ideias e respeitando a diversidade de opiniões. Essa prática pedagógica, portanto, assume papel formador na construção da cidadania, na consolidação de valores democráticos e no estímulo à convivência ética no espaço escolar e social.

Em outras palavras, é preciso vislumbrar nos meios didáticos que a teoria de Adam (2019) poderá ajudar na construção e formação de textos proficientes para alunos desta etapa de ensino. Nesta pesquisa, no nível dialógico, segundo Adam (2019), esclarece-se que, na elaboração de um texto seguindo esse pensamento, o primeiro parágrafo se constrói conforme a tese anterior, de modo detalhado. Isto quer dizer que, mediante dados que suportem a conclusão, surge uma informação e uma contra-argumentação para essa informação, gerando uma conclusão; nela, situar-se-á a tese que fará conexão com o próximo parágrafo. Nesse próximo parágrafo também serão usados conectivos de oposição e de conclusão, indicando que aquela segunda informação é um contra-argumento, e, ao final, o texto ganhará “substância”: o pensamento de que a propriedade de argumentar por meio da sequência argumentativa é, na verdade, uma maneira textual que intenta um interlocutor, por meio de argumentos e/ou contra-argumentos, criando uma estrutura dialógica que permite análise mais aprofundada do tema.

Disso se depreende que os dados aqui apresentados se configuraram como um meio capaz de impulsionar outros pesquisadores e professores com essa forma de análise e compreensão do texto. Desse modo, o desejo é que esse pensamento chegue a quem precisa, visto que uma das competências gerais da educação básica presente na Base Nacional Comum Curricular, a BNCC (Brasil, 2018, p. 9), é:

valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Ressalte-se, para tanto, que isso demonstra ser muito importante dotar o aluno conculinte do ensino fundamental do conhecimento necessário na construção de texto argumentativo, possibilitando utilizá-lo não só nesta situação do certame do IFRN na modalidade integrada. Ou seja, de posse desse processo de construção do texto, o aluno poderá

e deverá aprender aspectos particulares da argumentação, demonstrados acima por meio da elaboração da tese anterior.

Nessa perspectiva, projeta-se para o ensino que os alunos poderão reproduzir estes esquemas argumentativos assimilados em diversas atividades comunicativas, dado que estarão capacitados a usar essas estratégias. Além disso, Adam (2019, p. 23) atesta: “nas tarefas, tanto de compreensão quanto de produção, o conhecimento de esquemas prototípicos apenas dota intérpretes e produtores de um conjunto de estratégias de resolução de problemas”. Assim, será uma escolha dos alunos utilizarem ou não esse conhecimento.

Por isso, apesar da situação dos textos desta pesquisa se apresentar como uma conjectura, é real que a sequência argumentativa é inerente a essa tipologia de base argumentativa, como demonstrou Adam (2019), a partir de exemplos em sua obra e, mais expressamente ainda, nas análises aqui produzidas. Isso aponta que compreender esse instrumento de análise explorado pelo autor se configura como um passo considerável para, eventualmente, levar esse conhecimento para a sala de aula.

Como sequência disso, esta pesquisa fez ainda uma reflexão acerca do uso e da importância da sequência argumentativa nesses textos produzidos no contexto do ensino da argumentação dos alunos no ensino de Língua Portuguesa e, consequentemente, servirá para os futuros candidatos na seleção do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), visto que o levantamento dos dados apresentados comprovou a importância da sequência argumentativa para a construção da argumentação, especificando sua eficácia no desenvolvimento das habilidades linguísticas na produção desses artigos de opinião.

Neste sentido, desde a hipótese apontada no início deste estudo, percebeu-se que a argumentação aconteceu sob diversos aspectos e, de modo especial, os de ordem linguístico-social, pois há nesses textos uma preocupação quase exclusiva em convencer o leitor, dado que suas argumentações se centraram na confiança de que qualquer afirmação ou argumento seria aceito pelo leitor independentemente das circunstâncias.

Por outro lado, o fato de utilizarem contra-argumentação por meio da sequência argumentativa legitima suas teses mediante os processos de concessão e coerência, demonstrando o poder de centralizar nas próprias ideias a capacidade de convencer por meio dos argumentos apresentados.

Como resultado, percebeu-se que a análise destes textos apontou para um campo de estudo diverso, vasto e complexo. Isso porque havia interesse em abordar mais elementos de análise; no entanto, isso não foi possível dadas as mais adversas condições. Por isso, cumpre dizer que esta pesquisa atingiu o propósito a que se destinava no objetivo geral: analisar como

candidatos do exame de seleção na forma integrada do IFRN com nível de ensino fundamental completo usaram a sequência argumentativa em seus textos, trazendo algumas contribuições, como foi dito, para o ensino, especialmente para a formação de alunos proficientes na produção de textos. Disso, conclui-se finalmente que a sequência argumentativa indica uma forma que auxiliará os avanços do ensino desse gênero na Língua Portuguesa para alunos concluintes do ensino fundamental.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. S. **A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção**. 7.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- ADAM, J. M. **Les textes: types et prototypes** récit, description, argumentation, explication et dialogue. Paris: Nathan, 1992. p. 230-235.
- ADAM, J. M. Genres, textes, discours: pour une reconception linguistique du concept de genre. **Revue belge de philologie et d'histoire**, n. 75, 1997. p. 665-681.
- ADAM, J. M. **A Linguística Textual: introdução à análise textual dos discursos**. Trad. RODRIGUES, M. das G. S.; SILVA NETO, J. G.; PASSEGGI, L.; LEURQUIN, E. V. L. F. São Paulo: Cortez, 2008.
- ADAM, J. M. **A Linguística Textual: introdução a análise textual dos discursos**. 2. ed. Revista e aumentada. São Paulo: Cortez, 2011.
- ADAM, Jean-Michel. **Uma abordagem textual da argumentação: “esquema”, sequência e período**. ReVEL, edição especial vol. 14, n. 12, 2016. Tradução Georgiana Miranda e Camile Maria Botelho Regadas Tanto [www.revel.inf.br].
- ADAM, Jean-Michel. **Textos: tipos e protótipos**. Trad. Mônica Magalhães Cavalcante *et al.* São Paulo: Contexto, 2019.
- ADRIANO, D. M. **O gênero artigo de opinião no ensino fundamental: produção textual e atuação cidadã**. 2018. 140f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/27041>. Acesso em: 16 jun. 2025.
- AMOSSY, R. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Trad. Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, v. 1, n. 1, p. 129-144, nov. 2011.
- AMOSSY, R. **A Argumentação no Discurso**. Trad. Eduardo Lopes Piris *et al.* São Paulo: Editora Contexto, p. 42-50, 2018.
- AZEVEDO, I. C. M. de; TINOCO, G. M. A. de M. Letramento e argumentação no ensino de língua portuguesa. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 18-35, jan-abr. 2019.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BAUER, M.; Gaskell, G. (Eds.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Londres: Sage, 2008.
- BOIM, R. L. de M. **Artigo de opinião em livros didáticos do Ensino Fundamental: mudanças e permanências**. 2021. 220 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

BARBOSA, Maria Lúcia Ferreira de Figueiredo **Práticas de leitura no ensino fundamental** / organizado por Maria Lúcia Ferreira de Figueiredo Barbosa e Ivane Pedrosa de Souza. — Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 144 p. ISBN 85-7526-200-9 1. Educação. 2. Alfabetização. I. Souza, Ivane Pedrosa de. II. Título.

BRÄKLING, K. L. Trabalhando com artigo de opinião: re-visitando o eu no exercício da (re) significação da palavra do outro. *In*: ROJO, R. (Org.). **A prática da linguagem em sala de aula: praticando os PCN**. São Paulo: EDUC; Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000.

BRANDÃO, Z. A dialética macro/micro na sociologia da educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 153-165, jul. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1998. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais -Ensino Médio (PCNEM). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC; SEMTEC, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório de resultados do Saeb 2021** – volume 1: contexto educacional e resultados em língua portuguesa e matemática para o 5º e 9º anos do ensino fundamental e séries finais do ensino médio [recurso eletrônico] / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2021/resultados/relatorio_de_resultados_d_o_saeb_2021_volume_1.pdf. Acesso em: 13 jun. 2025.

BRONCKART, J-P. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo**. Tradução Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2003 [1999].

CAMPOS, L. R. de. **Estratégias de leitura na compreensão de artigos de opinião**. 2019. 157 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

CARNIELLI, W. A.; EPSTEIN, R. L. **Pensando sobre a Lógica e a Argumentação**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

CAVALCANTE, M. M. Abordagens da argumentação nos estudos de Linguística Textual. **ReVEL**, edição especial vol. 14, p. 110-135, 2016.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães et al. **Linguística textual e argumentação**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

CAVALCANTE, M. M *et al.* **Linguística textual: conceitos e aplicações**. Campinas: Pontes, 2022.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

DUCROT, O. **Les encheilles argumentatives**. Paris: Minuit, 1980.

FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. **Linguística textual: introdução**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FAYOL, M.; FOULIN, J-N, MAGGIO, S; LÉTÉ, B. Towards a Dynamic Approach of How Children and Adults Manage Text Production. *In*: GRIGORENKO, E. L.; MAMBRINO, E.; PREISS, D. D. (Eds.). **Writing: a mosaic of new perspectives**. New York, London: Psychology Press/Taylor & Francis Group, 2012. p. 209-219.

FERREIRA, Mayara de Souza, Estratégias argumentativas na produção escrita de artigo de opinião no ensino fundamental. 2018. 186f. - Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), Fortaleza (CE), 2018. <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/31750>. Acesso em: 16 de junho de 2025

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GAGLIARDE, E.; AMARAL, H. **Pontos de vista**. São Paulo: Cenpec: Fundação Itaú Social; Brasília, DF: MEC, 2008.

GERALDI, J. W. **Linguagem e ensino: exercícios de militância e ensino**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.

GERALDI, J. W. **O texto na sala de aula**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GIL, A. C. **Método e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, SP: Atlas. 1999.

GOMES, Leonildo Leal. **Elementos anafóricos como recurso argumentativo em textos de discentes do 9º ano de ensino fundamental: uma proposta de intervenção**. 2015. 108f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras - Profletras/NAT) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23012>. Acesso em: 16 de junho de 2025

GRÁCIO, Rui Alexandre. **Vocabulário crítico de argumentação**. Prefácio de Rui Pereira. Coimbra: Grácio Editor/Instituto de Filosofia da Linguagem da Univ. Nacional de Lisboa, 2013. p. 3-10.

HERMAN, T.; MICHELI, R. Quelques enjeux d'une théorie de l'argumentation à l'échelle du texte. *In*: ADAM, J-M (Org.). **Faire textefrontières textuelles et opérations de textualisation**. Besançon: Presses Universitaires de Fanche-Conté, 2015. p. 81-109.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. Relatório anual de gestão 2024. Natal, RN, 2025. Aprovado pelo Consup/IFRN em 28 mar. 2025. Resolução 38/2025 - CONSUP/IFRN.

KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti ; MARINELLO, Adriane

Fogali (2010). ***Leitura e produção textual***: gêneros textuais do argumentar e expor. Petrópolis, RJ: Vozes.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e Linguagem**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KOCH, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

KOCH, I. G. V. A possibilidade de intercâmbio entre a Linguística Textual e o ensino de língua materna. **Veredas - revista de estudos linguísticos**. Universidade Federal de Juiz de Fora v.5, n.2, jul/dez, 2001. Juiz de Fora: UFJF, 2003.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARCUSCHI, L. A. **Linguística de Texto**: o que é e como se faz. Recife: UFPE/Mestrado em Letras e Linguística, 1983.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. *In*: DINÍSIO, Â. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 22-36.

MARCUSCHI, B. **Escrevendo na escola para a vida**. *In*: Língua portuguesa: ensino fundamental. Brasília: Ministério da educação, secretaria da educação básica. Vol 19. Coleção: Explorando o ensino, 2010.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. São Francisco, CA: Jossey-Bass, 1998.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 9-29.

NASCIMENTO, J. B. M. **O estatuto dialógico e dialético dos recursos linguísticos e retóricos no gênero artigo de opinião**. 2022. 203 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Docência para a educação básica) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2022.

NASCIMENTO, M. do S. S. **Artigo de opinião**: desenvolvendo a argumentação em sala de aula. 2023. 115 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) –Universidade Estadual do Norte do Paraná, Campus Cornélio Procópio, 2023.

OLIVEIRA, G. S.; CUNHA, A. M. O.; CORDEIRO, E. M.; SAAD, N. S. Grupo Focal: uma técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa? **Cadernos da Fucamp, UNIFUCAMP**, Monte Carmelo v.19, n.41, p.1-13, 2020.

OLIVEIRA, J. S. de. **Argumentação e ensino de escrita no ensino fundamental**: uma proposta de intervenção. 2016. 163f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras - Proletras/CN) - Centro de Ensino Superior do Seridó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

OLIVEIRA, R., & CAVALCANTE, M. **O texto e a tese.** *Revista Eletrônica De Estudos Integrados Em Discurso E Argumentação*, 2024. <https://doi.org/10.47369/eidea-24-1-4107>
Acesso em: 16 de junho de 2025

PAIVA, V. L. M. de O. **Manual de pesquisa em Estudos Linguísticos.** São Paulo: Parábola, 2019.

PAIVA JÚNIOR, F. G.; LEÃO, A. L. M. Souza; MELLO, S. C.B. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em administração. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, p. 190- 209, dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2011v13n31p190>. Acesso em: 13 jun. 2025.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Traité de l'argumentation.** La nouvelle rhétorique. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, 1958 [**Tratado da Argumentação: a nova retórica.** Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996].

PERELMAN, C.; TYTECA, L. O. **O tratado da argumentação: a nova retórica.** São Paulo: Martins Fontes, p. 61, 2005.

RODRIGUES, R. H. **A constituição e funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e Dialogismo.** 2001. 347f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p. 51 2001.

ROJO, R. **A Prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs.** São Paulo: Mercado de Letras, 2000.

SAMICO, E. C. L. **A escrita do gênero artigo de opinião por alunos do ensino fundamental como denúncia contra violência doméstica.** 2020. 204 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS, Ano 1, n.1, Jul., 2009.

SILVA, A. A. Por uma redefinição do conceito de gênero. **Percursos Linguísticos**, [S. l.], v. 4, n. 8, p. 79–92, 2014.

SILVA, Jane Quintiliano. **Gênero discursivo e tipo textual.** Scripta. Belo Horizonte: POSLETRAS/PUC-MG, v. 2, n. 4, p. 87-106, 1. sem. 1999.

SILVA, A. A. **Representações discursivas sobre lampião e seu bando em notícias de jornais mossoroenses (1927): "O mais audaz e miserável de todos os bandidos" e o seu "grupo de asseclas"** / Ananias Agostinho da Silva. - Natal, 2016.

TOULMIN, Stephen. **Os usos do argumento.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

APÊNDICE A – ARTIGOS DE OPINIÃO TRANSCRITOS E ANALISADOS

Texto A

A importância da Lei de Cotas.

Conforme o artigo 3º da Constituição Federal de 1988, um dos principais objetivos do país é garantir o pleno desenvolvimento nacional. Portanto, ao analisar a Lei de Cotas, nota-se que o governo brasileiro a criou para a melhoria da nossa nação. A discriminação contra a lei, ocorre tanto pelo fato de que a sociedade brasileira ainda é extremamente racista, quanto pelo fato de que pessoas negras nunca tiveram um lugar na sociedade.

Paralelamente, a Lei de Cotas fez com que as universidades se tornassem mais inclusivas, já que 50% das vagas são disponibilizadas a pessoas negras e pardas. Entretanto, o fato de 50% das vagas serem reservadas para estudantes negros e de baixa renda fez com que a sociedade racista fosse contra a Lei de Cotas. De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, “todos são iguais perante a lei”. Sabendo disso, nota-se que o ato racista deturpa a teoria constitucional.

Além disso, os negros nunca tiveram um lugar na sociedade, isso se deve tanto pelo racismo estabelecido nos dias atuais, quanto pelos 300 anos de escravidão. Grande parte da sociedade branca tem o pensamento que os negros ainda são inferiores a eles. Com tudo, o número de alunos pardos e pretos cresceu muito desde a criação da Lei de Cotas. Hoje, cerca de 98% dos estudantes negros ocupam uma vaga na universidade.

Portanto, a Lei de Cotas não privilegia pretos e pardos. Para tentar tirar o pensamento racista dos cidadãos, o Governo Federal publica um vídeo sobre a história dos negros e de como eles são importantes para o Brasil. O vídeo seria publicado nas redes sociais de pessoas e influentes e emissoras de televisão.

OBSERVAÇÃO: TEXTO UTILIZADO NO EXEMPLO INICIAL

Texto B

A banalização das políticas de cotas na atualidade.

Segundo o filósofo Heráclito de Éfeso, nada é permanente, exceto a mudança. **MP Arg. 1 DADOS.** Entretanto, na contemporaneidade brasileira, isso acontece de maneira lenta, como consequência dos obstáculos da Lei de Cotas, que ocasionam discussões em nossa sociedade. Nessa perspectiva, evidenciam-se o acesso à educação de qualidade em consonância aos deveres do Estado. **MP Arg. 0 – TESE ANTERIOR.**

Em primeira análise, é fundamental pontuar as políticas educacionais, em relação as minorias étnicas. Paralelamente, a falta de acesso desses, a Lei de Cotas, **MP Arg. 2 SUPORTE** alterou o cenário brasileiro nas universidades. Contudo, ainda são 62% a ocupação de brancos nessas instituições. **MP Arg. 1 DADOS** Desse modo, mesmo com diversos planos, as oportunidades são desiguais no Brasil.

Ademais, é notório a banalização da temática por parte da população com o governo, que deveria cobrar investimentos na educação. **MP Arg. 2 SUPORTE** De acordo com o pensador Thomas Hobbes, é obrigação do estado garantir o bem-estar da população, mas, tal fato não ocorre no contexto brasileiro. **MP Arg. 4 RESTRIÇÃO**

Portanto, compreende-se que medidas devem ser tomadas para assegurar a correta funcionalidade da Lei de Cotas. Assim, o Estado, em coordenação ao Ministério da Educação, deve realizar as leis educacionais vigentes, para melhor exercício delas, e propor novas políticas, que visem a qualidade do ensino, como também, promover debates e palestras, em escolas públicas e privadas, sobre a temática, a fim de informar a todos. Assim, futuramente, garantiremos a igualdade de oportunidades para a sociedade. **MP Arg. 3 CONCLUSÃO**

Texto C

Direito das cotas.

Comenta-se com frequência sobre a Lei de Cotas que é aplicada em universidades e qualquer outro tipo de processo seletivo. No entanto, acaba se tornando um assunto extremamente polêmico, por expressar opiniões diferentes. As cotas não priorizam os negros e pardos, mas sim, dá um direito onde eles nunca tiveram em várias décadas. **MP Arg. 0 – TESE ANTERIOR.**

Um primeiro fator a ser comentado é as vagas nas universidades, que disponibilizam 50% para pretos e pardos. **MP Arg. 1 DADOS** Levando em consideração a isso, não quer dizer que eles têm mais chances de entrar em uma faculdade só pela Lei de Cotas. Da mesma forma que um branco realiza a prova, um negro também faz, mas as pessoas que pensam diferente dizem que os brancos estão sendo prejudicados. As cotas são apenas um direito do cidadão. **MP Arg. 2 SUPORTE**

Um segundo fator, é o espaço que os negros nunca tiveram na sociedade. O artigo da Constituição de 1988, **MP Arg. 1 DADOS** diz que “todos são iguais perante a lei”. Parece até irônico, onde isso nunca fez sentido para os negros. **MP Arg. 4 RESTRIÇÃO.** As cotas não atrapalham um branco a entrar em uma universidade, pois quando um cidadão negro perde um emprego pelo tom da sua pele, ele não reclama. **MP Arg. 2 SUPORTE**

Com tudo isso, as cotas não prejudicam os brancos, é apenas um direito dos negros e pardos. No entanto, a Lei de Cotas (nº 12.711/2012) **MP Arg. 1 DADOS** nunca deve acabar, pois é apenas um direito conquistado pelos negros e pardos em longos anos de desigualdade. Com isso, o Supremo Tribunal Federal deve continuar aprovando e levando ainda mais à frente a Lei de Cotas. **MP Arg. 3 CONCLUSÃO**

Texto D

Cotas raciais: direito ou desigualdade?

Em Face ao cenário atual, é notório vermos mais pessoas pretas, pardas ou indígenas em universidades e cargos de autoridade, isso também se deve as cotas e esforços dos mesmos. Essa é uma questão que deve ser avaliada pelo seu Impacto social e sua veracidade. **MP Arg. 0 – TESE ANTERIOR.**

Sabe-se que as pessoas não-brancas finalmente estão falando sobre os seus direitos, e essa luta com liberdade ajudou em criações de cotas que ajudam pessoas não-brancas a serem iguais as brancas em universidades e empresas. Mesmo lutando com o racismo, eles tentam ter igualdades. **MP Arg. 2 SUPORTE** Essas Leis de Cotas beneficiaram a igualdade, **MP Arg. 1 DADOS**, mas alguns racistas pensam que, de alguma forma, isso prejudicaria brancos em universidades, mesmo eles ainda sendo a maioria nas universidades. O Brasil que conhecemos ainda tem preconceito, não contra brancos, mas contra pretos, pardos e indígenas. **MP Arg. 2 SUPORTE**

Branco sempre foram privilegiados, mas agora que muitos recorreram aos seus direitos, racistas se vitimizam dizendo que isso afeta os brancos, mesmo que os brancos sejam maioria nas universidades **MP Arg. 4 RESTRIÇÃO** e as cotas apenas igualam negros e brancos, dando chances a negros que talvez estivessem sem esperança de um futuro.

Diante do exposto, nós percebemos que as cotas não privilegiam pretos, mas traz um pouco de igualdade, pois após as cotas os brancos continuam em maioria nas universidades, porém, ainda ajuda pretos. Mesmo com cotas, devemos lutar por igualdade e cumprimento das leis raciais. **MP Arg. 3 CONCLUSÃO**

Texto E

Cotas favorecendo a igualdade.

Durante o século XIX **MP Arg. 1 DADOS**, no Brasil, os negros eram escravos de grandes e pequenos donos de terra, tendo condições de vida precárias e sofrendo agressões de seus proprietários, mesmo com o governo sabendo dessa realidade.

Em primeiro lugar, é importante destacar que após a implantação da Lei Áurea **MP Arg. 1 DADOS**, a qual “melhoraria” a situação da população negra, essa, ficou totalmente desestruturada, sem ter acesso à educação e não conseguiam vagas de emprego devido a sua cor de pele e ao preconceito que perdura até os dias atuais. **MP Arg. 2 SUPORTE**

Outro fator notório a se destacar, é que de acordo com o artigo da Constituição Brasileira anterior de 1988 **MP Arg. 1 DADOS**, “todos os indivíduos são iguais perante a lei”, porém essa lei não foi cumprida em nenhum momento da história do Brasil, **MP Arg. 4 RESTRIÇÃO** já que antes e depois da mesma, os negros continuam sofrendo preconceito racial e recebendo salários menores do que pessoas brancas que trabalham no mesmo cargo e empresa que estes. **MP Arg. 0 – TESE ANTERIOR.**

Nesse contexto, é inegável afirmar que não há desigualdade na disputa entre pessoas que têm acesso a cota racial e as que não tem, já que os negros e pardos sofreram desvantagens em aspectos históricos e educacionais. **MP Arg. 3 CONCLUSÃO**

Texto F

A Lei de Cotas torna desigual a disputa por vagas entre pessoas pretas e brancas.

De acordo com o filósofo John Russel “o homem nasce puro e a sociedade o corrompe”, e podemos afirmar que ao longo da história, o indivíduo preto sempre foi inferiorizado perante pessoas brancas, principalmente durante o período colonial, no qual estes foram escravizados, perderam seus direitos sociais, além de sofrerem com as leis segregacionistas que especificavam o que eles podiam fazer e onde. **MP Arg. 0 – TESE ANTERIOR.** Por conseguinte, a criação da Lei de Cotas, **MP Arg. 1 DADOS** foi um importante avanço na inclusão pessoas pretas e pardas no meio universitário, além de oferecer maior participação desse grupo em áreas com supremacia de pessoas brancas.

A princípio, é essencial destacar que a criação dessa lei permitiu que estudantes pretos e pardos pudessem ter acesso a um grau escolar mais avançado e ter a chance de usufruir dos mesmos benefícios que indivíduos brancos. Apesar disso, grande parte das universidades brasileiras permanecem tendo a maior efetividade de estudantes brancos, devido o maior privilégio destes perante a sociedade, tanto em âmbito social como econômico, reflexo da ideia de supremacia branca dinamizada durante o período colonial.

Além disso, o racismo estrutural, presente na atual sociedade contemporânea, atinge grupos sociais e políticos, em consequência dessa estrutura social, **MP Arg. 2 SUPORTE** há o achismo de que a criação da Lei de Cotas torna desigual a disputa entre pessoas pretas e brancas por vagas universitárias. Contudo, esse argumento não tem fundamento, uma vez que, historicamente, pessoas brancas sempre tiveram maior participação escolar e possuem os melhores postos de trabalho. **MP Arg. 4 RESTRIÇÃO**

Portanto, essa lei não torna a disputa por vagas desigual entre esses grupos, e sim, garante a retificação de leis que beneficiam minimamente estudantes pretos e dão a oportunidade de eles terem a mesma participação socioeconômica que indivíduos brancos. Além disso, é essencial que a o Ministério da Educação invista na realização de palestras, trabalhos que quebrem o tabu sobre as cotas estudantis. **MP Arg. 3 CONCLUSÃO**

Texto G

Cotas raciais em exames.

De acordo com a Lei Constitucional de 1988, os negros e pardos tem direito a cotas em exames de seleção de universidades Federais, mas essas cotas prejudicam o direito dos brancos? Questões como racismo e a falta de importância governamental sobre o tema devem ser discutidos para se responder à pergunta. **MP Arg. 0 – TESE ANTERIOR**

Estudos mostram que hoje, no Brasil, 38% dos estudantes são pretos, sendo que a raça faz parte de 56% da população brasileira. **MP Arg. 1 DADOS** Isso ocorre, principalmente, por conta do racismo, pois mesmo com a Lei de Cotas **MP Arg. 1 DADOS**, o racismo ainda é responsável por tirar a oportunidade de milhares de negros de ter uma boa educação. **MP Arg. 2 SUPORTE**

Além disso, como é visto no filme “O menino que descobriu o vento”, o governo negligência direitos da raça, mesmo tendo vários jovens geniais que tem sua inteligência desperdiçada. E ainda, tentam derrubar uma lei que garante o futuro de milhares de negros por ano **MP Arg. 4 RESTRIÇÃO**, porque os brancos são supostamente “prejudicados”.

Por fim, concluo a pergunta. Não são prejudicados. A lei é crucial para não só o futuro da raça, mas para a história dela, pois os negros por milhões de anos foram injustiçados, e finalmente estão começando a ganhar espaço na sociedade, e tendo mais oportunidades em ambientes escolares e de trabalho. **MP Arg. 3 CONCLUSÃO**

Texto H

A importância das cotas.

Observando-se o cenário atual, percebe-se que, muitas pessoas acham que a Lei de Cotas torna desigual a disputa entre brancos e negros sobre vagas em universidades, mas não é isso que acontece. **MP Arg. 0 – TESE ANTERIOR**

Percebe-se que, por existir a Lei de Cotas, **MP Arg. 1 DADOS** várias pessoas brancas acham que a disputa entre elas e pessoas negras será desigual e elas estão sendo injustiçadas. Entretanto, um dos motivos que motivaram a criação dessa lei mostra que não é verdade, **MP Arg. 4 RESTRIÇÃO** mais de 300 anos de escravidão, **MP Arg. 1 DADOS** isso mesmo, todo esse número citado foi o tempo que pessoas negras foram escravizadas e tratadas de forma desumana. Isso revela que não os brancos, mas sim, os negros, viveram um grande período de forma extremamente desigual.

Outro fato que podemos ver é que, mesmo existindo a Lei de Cotas, e que tenha subido em torno de 400% o número de estudantes negros em universidades, 56% da população brasileira é negra, **MP Arg. 1 DADOS** expondo que mesmo essa lei existindo, os negros sofrem uma grande discriminação por pessoas da sociedade e pelo governo. **MP Arg. 2 SUPORTE**

Dado o exposto, uma forma de ajudar a ver a importância das cotas é ensinando e educando desde muito jovens, as crianças, para que quando elas crescerem, ver a importância das cotas e ver que elas são uma forma de reparação do que os negros vivem e viveram. **MP Arg. 3 CONCLUSÃO**

Texto I

Em busca da igualdade “racial”.

Muito se tem discutido sobre a disputa nas universidades entre os negros, pardos e brancos. Os brancos vêm, desde muito tempo atrás, inferiorizando os outros tons de pele, fazendo com que assim a diferença entre os dois, principalmente financeira, figure muito grande, assim, provocando consequências graves na atualidade. **MP Arg. 0 – TESE ANTERIOR**

Dado o exposto, as pessoas negras e pardas, há muito tempo vem, em sua maioria, enfrentando dificuldade para subir de cargo na sociedade. Sabendo disso, o governo aprovou a Lei de Cotas (nº 12.711/2012), que reserva 50% das vagas em universidades e Instituições Federais para negros. **MP Arg. 1 DADOS** Ao tomar conhecimento sobre isso, algumas pessoas brancas foram criticar, dizendo que era injusto, **MP Arg. 4 RESTRIÇÃO** sendo que a Lei de Cotas foi vista como uma reparação dos danos causados aos negros. **MP Arg. 2 SUPORTE** Em prova disso, temos os filmes e séries que ainda fazem os negros como empregados, colocando-os em uma baixa classe na sociedade.

Portanto, os negros vêm sendo oprimidos por séculos e precisam se posicionar na sociedade. Para proporcionar a igualdade racial nas universidades, o governo precisa, primeiramente, solucionar a diferença de renda entre negros e brancos, por meio de inspeções nas empresas e a valorização dos negros, para que assim os pais consigam, por meio do acréscimo da renda, proporcionar melhores condições de estudo para suas crianças. **MP Arg. 3 CONCLUSÃO**

Texto J

A desigualdade na Lei de Cotas.

A Lei de Cotas (nº 12.711/2012) **MP Arg. 1 DADOS**, é uma grande conquista para as minorias no Brasil, na qual inclui indígenas, negros, pardos e estudantes da rede pública, entre outros. **MP Arg. 0 – TESE ANTERIOR**. De acordo com os dados do texto “Dez anos da Lei de Cotas” essa lei reserva 50% das vagas em universidades e Institutos Federais para negros. **MP Arg. 1 DADOS**.

Durante o processo de mudança, o número de alunos negros cresceu em média 400%, hoje, eles já são mais de 38% dos estudantes. **MP Arg. 1 DADOS**. Porém, nem todos ficaram contentes com essa nova lei. Os escravagistas e racistas contemporâneos, revoltados, foram em busca de tentar derrubar a lei, mas não obtiveram nenhum resultado.

Contudo, muitas pessoas se perguntam se há desigualdade ou não dentro da lei. **MP Arg. 4 RESTRIÇÃO** As cotas ajudam justamente pessoas que são excluídas da sociedade, **MP Arg. 2 SUPORTE** pessoas que sofrem preconceito, a terem mais oportunidades na vida acadêmica e profissional, sem precisar rebaixar ou atrapalhar o próximo.

Diante dos fatos argumentados, podemos perceber que mesmo após ser criada uma lei, muitas pessoas ainda tentam impedir o acesso das minorias aos melhores institutos e faculdades. Querendo ou não, o preconceito sempre estará presente, e o que podemos fazer quanto a isso é tentar mudar o pensamento dessas pessoas ou esperar para que os responsáveis pelas leis e outros Direitos Humanos tomem alguma atitude. **MP Arg. 3 CONCLUSÃO**

Texto K

A Lei de Cotas: exclusiva ou inclusiva?

A Lei de Cotas tem como objetivo reparar e superar o racismo historicamente enraizado no território brasileiro. **MP Arg. 0 – TESE ANTERIOR.** Esta é a lei que garante 50% das vagas em universidades e instituições federais para negros, indígenas e estudantes da rede pública. **MP Arg. 1 DADOS.**

Assim, é de suma importância lembrarmos dos danos sofridos por tais segmentos da sociedade: enormes em comparação aos poucos cometidos contra brancos, quando se fala sobre etnias. **MP Arg. 4 RESTRIÇÃO** No filme “Escritores da Liberdade”, baseado em histórias reais, **MP Arg. 1 DADOS** vemos como o racismo e pouco caso com a escolaridade dos negros os afetam. **MP Arg. 2 SUPORTE** A obra representa problemas como, por exemplo, a evasão escolar, gerada, principalmente, pelo desinteresse para com os estudantes marginalizados.

Dessa forma, sabendo que a Lei de Cotas vem se mostrando cada vez mais eficaz e inclusiva, visto que o número de jovens alunos negros aumentou em cerca de 400% nos últimos 10 anos, **MP Arg. 1 DADOS.** prova-se o efeito positivo desta.

Portanto, infere-se que além de trazer mais valorização e oportunidades para aqueles historicamente desrespeitados, a Lei de Cotas inclui de forma justa, não excluindo ou retirando as vagas dos brancos. **MP Arg. 3 CONCLUSÃO**

Texto L

Um incremento fundamental.

Em 1500 **MP Arg. 1 DADOS**, quando os portugueses chegaram ao Brasil, procuraram mudar a sua cultura, religião e modo de ser vestir, tudo isso para se adequar com a deles, além de escravizar os africanos, criando uma desigualdade social desde esse começo. Com essa alusão abordada de forma análoga, no atual contexto brasileiro, ainda enfrentamos esse problema, **MP Arg. 4 RESTRIÇÃO** principalmente com pretos e indígenas. Para reparar esse mal causado, foi criada a Lei de Cotas, algo importante e necessário para reconfigurar o Brasil e igualar, ou pelo menos tentar, o valor das raças. **MP Arg. 0 – TESE ANTERIOR.**

Primeiramente, precisamos ter em mente o porquê dessa lei ter sido criada e porque apresenta tanta importância. **MP Arg. 2 SUPORTE** A Lei de Cotas nasceu com o intuito de nivelar as raças, que por conta do nosso histórico, são desiguais. Com isso, devemos nos orgulhar de estarmos tentando, mesmo depois de muito tempo, diminuir essas ideias preconceituosas e intolerantes, e de dar oportunidade dos que não tiveram por muito tempo.

Em segundo lugar, é importante ressaltar que, como disse Rosane Garcia “É puro deboche falar em desigualdade quando todas as ações do Poder Público e setor privado sempre mortificaram o artigo da Constituição”, já que desde o começo, quando os brancos sempre foram mais valorizados que os negros, eles não julgaram aquilo como desigual.

Portanto, fica nítido que a Lei de Cotas não privilegia pretos e nem pardos, mas sim os valores que eles têm, o qual foram tirados deles há muito tempo. **MP Arg. 3 CONCLUSÃO**

Texto M

Igualdade para todos.

A criação da Lei de Cotas **MP Arg. 1 DADOS** foi fundamental para tornar a disputa por vagas mais justa, visto que pretos e pardos fazem parte de uma classe social desprivilegiada socialmente e economicamente. Desse modo, é indiscutível a desigualdade social e opressão cujo minorias sofrem, diferentemente das pessoas brancas. Sendo assim, é indiscutível a necessidade da Lei de Cotas, a qual torna a disputa por vagas em universidades mais igualitária.

MP Arg. 0 – TESE ANTERIOR.

Em primeira análise, a desigualdade social está relacionada com a necessidade de cotas nos institutos de educação. **MP Arg. 2 SUPORTE** Segundo o índice de Gini, o Brasil está entre os 10 países mais desiguais do mundo, **MP Arg. 1 DADOS** certamente milhares de pessoas pardas e pretas habitam bairros em situações precárias, tornando-se visível o desprivilegio que essas pessoas sofrem. Ademais, torna-se impossível o comprometimento dessas pessoas com os estudos, **MP Arg. 4 RESTRIÇÃO** pois muitas dessas pessoas trabalham ou não tem condições de comprar materiais básicos.

Em segunda análise, a Lei de Cotas é fundamental para tornar a disputa por vagas mais justa. **MP Arg. 2 SUPORTE** De acordo com a Constituição Federal de 1988, **MP Arg. 1 DADOS** “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Nesse sentido, a Lei de Cotas deixa a disputa por vagas em faculdades mais justa, porque a distribuição das vagas são proporcionais e inclusivas, assim todos os cidadãos têm, principalmente negros e pardos, as mesmas oportunidades de entrarem em uma faculdade.

Em suma, a Lei de Cotas somente torna igualitária a disputa por uma vaga, diante de toda a desigualdade e opressão cujo afro-brasileiros sofrem. Portanto, O Poder Executivo deve continuar a usar a Lei de Cotas, como também ampliá-la e torná-la mais justa e inclusiva, então todos terão os mesmos direitos. **MP Arg. 3 CONCLUSÃO**

Texto N

Valorização ao direito.

A ferida colonial, presente no contexto histórico nacional, **MP Arg. 1 DADOS** é acalentada pelas desigualdades sociais ainda constituintes na formação da nossa identidade cultural – está associada sempre ao medo contínuo. Sob essa análise, políticas governamentais que visam a inclusão de povos extremamente desfavorecidos e oprimidos surgem como um tipo de instrumento na reparação da trajetória brasileira. Logo, fato é que os as cotas universitárias não privilegiam, mas sim, proporcionam um resquício daquilo que tanto nos faltou ao longo dos séculos: igualdade. **MP Arg. 0 – TESE ANTERIOR.**

Nesse sentido, é interessante salientar que, ao abrir espaço, primeiramente no âmbito educacional, para segmentos populacionais como os negros e pardos – segregados pelo Estado por muito tempo – favorecemos a valorização dos direitos igualitários e sucessíveis a todos. **MP Arg. 2 SUPORTE** Além disso, na música “Senhor Cidadão” do Tom Zé, é nítido o retrato social proeminente quanto ao preconceito estrutural quando imposto o seguinte questionamento: “com quantos quilos de medo se faz uma tradição?”. **MP Arg. 1 DADOS.** Assim, a ação política é uma maneira positiva de reparação aos danos morais causados ao decorrer da nossa história. **MP Arg. 2 SUPORTE**

Consequentemente, tais motivadores geram incontestáveis e sérios efeitos na atividade dos indivíduos, **MP Arg. 4 RESTRIÇÃO** pois, somente com o olhar visando a pluralidade étnica, o desenvolvimento das nações surgirá como o produto das tentativas certas. Ademais, o início da nossa mudança social já pode ser observado no hodierno perfil das universidades brasileiras – instituídas pela diversidade racial. A partir desse pressuposto, todos devemos contribuir ao acesso de direitos iguais para nosso crescimento pessoal e nacional.

Portanto, medidas são necessárias para resolver o impasse. Nesse contexto, é importante que cada vez mais políticas públicas contribuam para a causa sociais da valorização cultural e cumpram em favorecimento a igualdade. Sendo assim, nossa nação poderá finalmente evoluir e enxergar um novo futuro, no qual a realidade retratada por Tom Zé já é distante. **MP Arg. 3 CONCLUSÃO**

Texto O

A Constituição Brasileira de 1988, **MP Arg. 1 DADOS** determina que “os cidadãos brasileiros têm seus direitos iguais perante a lei”, mas devido as mudanças na lei constituída, isso acaba não ocorrendo. Pretos e indígenas tiveram inclusão totalmente na educação após a Lei de Cotas (nº 12.711/2012), e ainda assim são respectivamente excluídos das universidades. **MP Arg. 0 – TESE ANTERIOR.**

Primeiramente, a mudança repentina na Constituição Federal de 1988, , **MP Arg. 1 DADOS** acaba cada vez mais, incluindo na sociedade a desigualdade social, acima dos pretos e dos povos indígenas. Com isso, os cidadãos não têm um certo ponto para o futuro, cada vez que essa mudança ocorre o preconceito se instala mais. **MP Arg. 2 SUPORTE**

Ademais, a Lei de Cotas foi criada para mudar as universidades brasileiras. A uma década vem formando 38% de alunos pretos, **MP Arg. 1 DADOS** embora mesmo com esses números, ainda assim, grupos conservados incomodados com a presença de pretos nas universidades, querem tirar seus direitos. **MP Arg. 4 RESTRIÇÃO** E ainda com todo esse repertório, o Congresso Nacional nunca se dispõe a esses casos. **MP Arg. 2 SUPORTE** Um caso desse tipo foi uma deputada negra, em Brasília, apenas que tinha conseguido o seu sucesso, foi encontrada morta. Então, ainda assim com todas essas leis e casos, o Poder Público fecha os olhos para isso.

Portanto, o Congresso Nacional, vendo os acontecimentos, poderia se dispor a começar a criar leis viáveis para todos os cidadãos brasileiros, além de investigações nos perfis das universidades, periferias, cidades do interior, aldeias, e verificar se estão tendo seus direitos de acordo com a Constituição de 1988. **MP Arg. 3 CONCLUSÃO**

Texto P

O caos racial e educacional.

A Revolução Francesa de 1789 foi o berço de todos os direitos da contemporaneidade, **MP Arg. 1 DADOS** tais quais a liberdade e igualdade. No entanto, a questão da igualdade entre pretos, pardos e indígenas com os brancos nas universidades é incongruente com esses princípios históricos, tendo em vista a criação da Lei de Cotas, para que assim os pretos possam ter a educação de qualidade e consigam passar por cima do racismo estrutural. **MP Arg. 0 – TESE ANTERIOR.**

Sob esse viés, cabe destacar que o baixo número de pretos nas universidades, acontece por falhas governamentais. **MP Arg. 1 DADOS** Dentro desse aspecto, o filósofo Platão afirma que a política é uma esfera para realização do bem comum – o que não é levado a sério pelos estadistas. Isso ocorre porque há falta de políticas públicas e o fortalecimento das já existentes que visam mais inclusão dos pretos nas Instituições Federais e faculdades. **MP Arg. 2 SUPORTE** Posto a isso, acaba dificultando mais ainda que esses povos consigam formações universitárias e ocupações de cargos de grande importância.

É imperioso ressaltar, que as lacunas sociais também são um motivo do óbice, já que infelizmente ainda existem partes da população que tem preconceito com os pretos, pardos e indígenas. **MP Arg. 4 RESTRIÇÃO** Geralmente, esse tipo de pessoa não gosta de estar no mesmo ambiente que uma pessoa preta, por achar que é superior a ela ou que ali não é o seu lugar. Para isso, os pais, junto da rede de ensino, devem educar seus filhos de forma correta para que eles não cresçam dessa forma. Logo, deve-se aplicar o pensamento de Nelson Mandela, que afirma que “A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”, para mudança do quadro retratado

Portanto, fica evidente, que é fundamental a criação de alternativas para a mudança do impasse citado. Para isso, os interlocutores da informação, como noticiários televisivos e canais de imprensa em outras plataformas, responsáveis por informar e conscientizar população, devem promover a relevância sobre a importância da Lei de Cotas, **MP Arg. 1 DADOS** por meio de vídeos e debates. Isso, com a finalidade de conscientizar a população sobre a importância de pretos, pardos e indígenas nas universidades. **MP Arg. 3 CONCLUSÃO**

Texto Q

A Lei de Cotas e a desigualdade no Brasil.

De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal, “todos são iguais perante **MP Arg. 2 SUPORTE** a lei, **MP Arg. 1 DADOS** sem distinção de qualquer natureza”. Contudo, esse direito não está sendo garantido aos negros e outras minorias, por causa da desigualdade, e a Lei de Cotas auxilia para diminui-la. **MP Arg. 0 – TESE ANTERIOR.**

Em uma primeira análise, vale destacar que o povo negro foi escravizado por mais de 300 anos em nosso país, **MP Arg. 1 DADOS** e após isso, as desigualdades continuaram e continuam até os dias de hoje. **MP Arg. 2 SUPORTE** Segundo o Correio Braziliense, somente 38% dos estudantes das universidades são negros, um número pequeno, e que seria menor se a Lei de Cotas não existisse a mais de 10 anos. **MP Arg. 1 DADOS**

Faz-se mister salientar também, que a Lei de Cotas não privilegia, e sim reduz as desigualdades. Ainda segundo o Correio Braziliense, mesmo que o número de negros em universidades tenha crescido em 400%, a população negra em nosso país é de 56%. **MP Arg. 1 DADOS** Esses dados mostram que mesmo com o efeito da Lei de Cotas, **MP Arg. 1 DADOS** o número de brancos é expressivo em comparação com o de negros. De acordo com o filósofo grego Sócrates, os desiguais devem ser tratados à medida de sua desigualdade, ou seja, com a clara desigualdade entre negros e brancos **MP Arg. 4 RESTRIÇÃO** no Brasil, medidas como a Lei de Cotas devem ser tomadas para reduzi-las.

Portanto, é possível entender que o povo negro sofre com inúmeros problemas desde sua chegada ao Brasil. E uma dessas dificuldades é a falta de oportunidades, e por isso a Lei de Cotas foi criada, para aumentar o número de jovens negros nas universidades. E outros meios podem ser tomados para diminuir a desigualdade racial, como a conscientização da população e investimentos em programas sociais, para que o único a diferença entre um negro e um branco seja somente a cor. **MP Arg. 3 CONCLUSÃO**

Texto R

A igualdade da Lei de Cotas.

Atualmente, um tema que vem sendo debatido é o direito dos negros, pardos e indígenas quanto a reservação de vagas dedicadas a eles em concursos. Muitos dizem ser algo justo, enquanto vários outros falam ser injusto. Esses direitos proporcionados, por exemplo, pela Lei de Cotas, foram realizados por conta de todo o sofrimento e repressão que esses grupos tiveram no passado. Ainda assim, diversos indivíduos continuam a tentar reprimir tais pessoas. Um grande ato de covardia. **MP Arg. 0 – TESE ANTERIOR.**

Primeiramente, deve-se destacar, o passado desses cidadãos “beneficiados” pela Lei de Cotas. **MP Arg. 2 SUPORTE** Tudo começou com a chegada dos estrangeiros, que logo tomaram o território dos nativos, e os tornaram escravos. Após isso, foram os africanos, que foram retirados de seus países e tragos para outros, como o Brasil, para serem escravizados e nunca mais voltar para as suas terras natais. isso perdurou por mais de 300 anos. **MP Arg. 1 DADOS** E mesmo com o fim da escravidão, tais grupos nunca tiveram ou receberam nenhum tipo de ajuda, sendo largados a própria sorte e vivendo em situações precárias. Finalmente, depois de muitos anos eles estão recebendo os direitos que merecem.

Segundamente, observa-se que dentro de uma década, se teve um crescimento de 400% na presença de alunos negros em universidades brasileiras, representando 38% do total de estudantes. **MP Arg. 1 DADOS.** Entretanto, algo que poucas pessoas notam é que mais da metade da população brasileira é negra. Isso demonstra que mesmo com todas essas mudanças, a desigualdade ocasionada pelos eventos passados é gigante, **MP Arg. 4 RESTRIÇÃO** e por isso, devemos continuar a ver outras maneiras de tornar nossa sociedade mais igualitária, com todos possuindo a vida que merecem.

Portanto, o problema que achavam estar resolvido, está longe de estar. E não adianta apenas olhar os números de sucesso e esquecer os que mostram a realidade, pois ignorá-los não fará eles desaparecerem. Então, para solucionar o problema nos resta apenas continuar a revisar nossas leis, e criar novas que acolham todos os grupos independente da raça, gênero ou sexualidade. **MP Arg. 3 CONCLUSÃO**

Texto S

A importância da Lei de Cotas.

A Lei de Cotas **MP Arg. 1 DADOS** é algo muito discutido na sociedade, tendo em vista que muitos pensam que a lei fornece privilégios aos pretos e pardos reservando 50% das vagas nas Instituições Federais. **MP Arg. 1 DADOS.** Porém, desde o começo, a elite brasileira é constituída de pessoas brancas, e os negros são sempre as de classe mais discriminadas e marginalizadas até mesmo nos dias atuais. Dessa forma, é notório que a lei é extremamente necessária devido a desigualdade social decorrente de anos contidos no nosso país e devido à ignorância de muitos. **MP Arg. 0 – TESE ANTERIOR.**

A importância da Lei de Cotas é excepcional, pois após sua implantação, o perfil das universidades brasileiras mudou, apresentando um crescimento de cerca de 400% no número de alunos negros, somando mais de 38% dos estudantes. Porém, este ainda é o número pequeno, tendo em vista que 56% da população brasileira é constituída de pessoas pretas. **MP Arg. 1 DADOS**

Contudo, podemos perceber que a maioria das pessoas contra a lei é formada por membros de grupos conservadores e do Congresso, **MP Arg. 2 SUPORTE** que não aceitam que os povos negros ocupam sua mesma posição executiva, tenham a mesma qualidade de educação e de vida devido ao preconceito instaurado na nossa sociedade ao decorrer de todos esses anos. **MP Arg. 4 RESTRIÇÃO** Além disso, existem também o fato dessas pessoas não saberem como a qualidade da maioria das escolas públicas que essas pessoas estudam são baixas para poder disputar com alunos de escolas particulares.

Portanto, é notório que o argumento de que a lei favorece pretos e pardos não é efetivo, pois se não fosse por ela, as universidades estariam completamente preenchidas por brancos devido ao favorecimento que eles já possuem de ter um ensino de qualidade, uma melhor situação financeira e melhores oportunidades. **MP Arg. 3 CONCLUSÃO**

Texto T

Cota: privilégio ou inclusão?

Na obra “Utopia”, Thomas More retrata uma civilização perfeita, sem anomias sociais. **MP Arg. 1 DADOS** Todavia, nota-se que o contexto brasileiro destoava da visão de More, visto que, pessoas negras e pardas são vistas como privilegiadas na disputa por vagas nas universidades, quando na verdade, historicamente, é o contrário. **MP Arg. 0 – TESE ANTERIOR.**

Nesse Prisma, fatores como o racismo estrutural e a alienação social não podem ser desprezados, pois esses são os principais elementos que se relacionam com a problemática. **MP Arg. 2 SUPORTE**

Deve-se pontuar, de início, que o racismo estrutural está evidentemente envolvido com o impasse. Nessa lógica, fundamenta-se a época pós-escravatura, no Brasil, a Lei Áurea **MP Arg. 1 DADOS** foi assinada e os negros foram libertos. Entretanto, as autoridades não se manifestaram para inseri-los na sociedade como um todo. Paralelamente, observa-se que desde sempre, pessoas negras e pardas foram excluídas da cidadania brasileira, **MP Arg. 2 SUPORTE** o que contribuiu mais ainda o conceito do racismo enraizado. Desse modo, a Lei de Cotas **MP Arg. 1 DADOS** foi uma forma de intervenção para a exclusão histórica dos negros e pardos nos aspectos sociais, principalmente na educação.

Ademais, é importante destacar que o vínculo entre a alienação social e a visão hodierna de algumas pessoas quanto a temática. Nesse sentido, a “teoria da Banalidade do Mal” de Hannah Arendt, consiste em que as pessoas passavam por um processo de massificação tão grande que banalizavam problemas sociais. Dessa forma, percebe-se que a sociedade normaliza totalmente a falta de representatividade negra nos cargos de poder. **MP Arg. 4 RESTRIÇÃO**

Portanto, cabe ao Estado implantar campanhas educativas por meio de fundos estatais para que os estudantes aprendam a importância e o contexto histórico por trás do marco legal que transforma as universidades em lugares mais inclusivos. **MP Arg. 3 CONCLUSÃO**

Texto U

Lei de Cotas: regimento da igualdade.

A lei nº 12.711/12 denominada Lei de Cotas, assegura 50% das vagas de universidades e Instituições Federais para negros, pardos, indígenas e alunos de escola pública. **MP Arg. 1 DADOS** Sabendo disso, é notório que esse regimento é essencial para uma disputa de vaga justa e, também, para uma sociedade estudantil mais igualitária e menos elitizada, levando em consideração todo o contexto histórico dos segmentos das sociedades citadas acima, como a escravidão. **MP Arg. 0 – TESE ANTERIOR.**

Em uma primeira análise, é necessário ressaltar a Lei de Cotas como uma reparação por danos causados aos negros. **MP Arg. 2 SUPORTE** Sabemos que o passado dessa população é uma oposição ao que se diz na Constituição, em que “todos são iguais perante a lei”, **MP Arg. 1 DADOS** justamente pelo fato que, no passado, seus direitos não eram garantidos, principalmente o da educação. **MP Arg. 4 RESTRIÇÃO**

Além disso, a influência dessas pessoas no cenário educativo e social é outro fator importante a ser discutido. A participação de cidadãos negros, pardos e indígenas em pautas da contemporaneidade traz um olhar mais delicado e abrangente, em relação aos assuntos esquecidos ou ocultos que precisam ser discutidos. **MP Arg. 2 SUPORTE** Também, traz uma mudança na perspectiva de outros povos, fazendo-os enxergar a pluralidade étnica e de gêneros.

Portanto, diante de todos os aspectos abordados acima, concluo que a Lei de Cotas é de extrema relevância em nossa sociedade, tornando as disputas de vagas um âmbito justo, garantindo o direito a todos. **MP Arg. 3 CONCLUSÃO**

Texto V

Acesso a formação.

Durante a colonização no Brasil, **MP Arg. 1 DADOS** os portugueses não conseguiram escravizar os indígenas, então os africanos foram trazidos para trabalharem à força, a fim de suprir os interesses dos homens brancos. Porém, com o fim da escravidão, **MP Arg. 1 DADOS** os libertos não possuíam formas de manter-se, retornando para as lavouras. Mas, essa parcela da população obteve mais espaço na sociedade com a Lei de Cotas no século XXI. **MP Arg. 0 – TESE ANTERIOR.** Contudo, na atualidade é discutido esse direito em razão do racismo estrutural e da superioridade branca. **MP Arg. 4 RESTRIÇÃO.** A Lei de Cotas no século XXI **MP Arg. 1 DADOS**

No atual cenário brasileiro, os descendentes ainda sofrem dos acontecimentos cometidos aos escravizados. **MP Arg. 2 SUPORTE** Essa é uma forma de racismo estrutural, **MP Arg. 2 SUPORTE** o preconceito enraizado na sociedade que se evidencia quando menores oportunidades são oferecidas para aqueles que sofrem desse infortúnio. Assim, mostra que o governo brasileiro nunca tomou medidas, enquanto deveria, para assistir essas com tom de pele escura que foram excluídos durante muitos anos.

Em detrimento dessa questão, existem diversas pessoas contrárias aos direitos dos negros, **MP Arg. 4 RESTRIÇÃO** algo que vem acontecendo a tempos. A “teoria da seleção natural” de Darwin, foi aplicada na sociedade para elevar a superioridade branca, em que somente esses indivíduos de tom de pele clara teriam sucesso em sua vida. Entretanto, esta ideia é ultrapassada, principalmente no Brasil, onde existe uma das maiores diversidades étnicas.

Portanto, é presente as ideias racistas quanto a oportunidade de ingressar em uma universidade. Desse modo, cabe ao Ministério da Cidadania garantir o acesso pleno aos direitos garantidos na Constituição de 1988 aos negros, por meio de um disque denúncia para localizar o cidadão que cometeu o crime e dar sua punição. Salienta-se, a criação de anúncios e propagandas com temas para o combate do racismo pelo Ministério das propagandas, logo, poderá existir uma população mais igualitária. **MP Arg. 3 CONCLUSÃO**

Texto W

Os negros sempre foram vítimas de preconceito e de racismo, isso não é decorrente de hoje, mas desde muito séculos. **MP Arg. 0 – TESE ANTERIOR** Esses atos não ocorrem apenas nas ruas, mas também dentro de instituições e universidades, seja ela particular ou pública. Com o decorrer dos anos, leis foram criadas, entre elas a lei nº 12.711/2012 – Lei de Cotas. **MP Arg. 1 DADOS**

A Lei de Cotas tem como objetivo reservar 50% das vagas em universidades e Instituições Federais para negros, **MP Arg. 1 DADOS** criada como uma reparação aos danos causados pela escravidão. **MP Arg. 2 SUPORTE.** Contudo, essa lei, para muitos, serve para privilegiar pessoas negras, sendo que isso é uma das conquistas do movimento negro. **MP Arg. 2 SUPORTE** Os negros, após 300 anos de escravidão, **MP Arg. 1 DADOS** são possíveis observar que seus direitos estão sendo valorizados agora, triste vermos pessoas criticando essas leis, **MP Arg. 4 RESTRIÇÃO** pois para muitas pessoas racistas, cidadãos pardos ou indígenas não merecem estar em universidades ou instituições públicas.

Com tudo, a Lei de Cotas nº 12.711/2012 não tem o objetivo de privilegiar ninguém, seja ela preto ou indígena. Nesse período, o número de alunos negros cresceu em torno de 400%, **MP Arg. 1 DADOS** o que chegou a ocasionar até na diminuição de analfabetos no Brasil. Chegamos à conclusão de que ainda há uma falha em relação ao respeito, porque vemos pessoas constantes reclamando desses direitos, e cometendo atos racistas.

Por isso é importante que o governo tome em medidas preventivas. Essas medidas podem ser colocando mais palestras sobre direitos, assim, conscientizando as pessoas sobre o contexto. Esses acontecimentos podem ser realizados em escolas e universidades. **MP Arg. 3 CONCLUSÃO**

Texto X

A Lei de Cotas e a garantia de igualdade.

A série canadense *Anne With An E*, durante sua segunda temporada apresenta a personagem Sebastian, filho de uma ex-escrava, **MP Arg. 1 DADOS** que ao chegar na cidade de Avonlea, sofre com várias situações de racismo e até é expulso de uma escola por causa da cor de sua pele. Nesse sentido, pensar que a Lei de Cotas privilegia pretos e pardos, prejudicando o direito dos brancos e tornando desigual disputa por uma vaga nas universidades, é pensar negligentemente. **MP Arg. 0 – TESE ANTERIOR**

A discriminação dos pretos e pardos é consequência de um regime escravagista que durou séculos, explorando não só a mão de obra de, principalmente, africanos, como também abusando deles de várias outras formas. **MP Arg. 2 SUPORTE** Mesmo com o fim da escravidão, essa parcela da população ainda nos dias atuais é e isenta de vários privilégios, **MP Arg. 3 CONCLUSÃO** inclusive em relação ao ensino. Assim, a Lei de Cotas possibilita maior inclusão dos Estudantes pretos e pardos nas universidades e não torna a disputa desigual, já que em maioria, os brancos possuem privilégios.

Embora a população preta seja de 56% do povo brasileiro, somente um pouco mais de 38% dos estudantes nas universidades do Brasil, são negros, o que mostra que mesmo com o aumento de percentual em relação aos tempos anteriores, **MP Arg. 1 DADOS** esses alunos ainda estão em minoria.

Portanto, a Lei de Cotas auxilia a luta diária dos estudantes pretos e pardos, proporcionando mais igualdade na disputa pelas vagas das universidades brasileiras e precisa ser revalidada pelo parlamento. **MP Arg. 3 CONCLUSÃO**

Texto Y

Lei de Cotas: igualdade ou privilégio?

O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 reza: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, **MP Arg. 1 DADOS** garantindo a igualdade em sociedade. A Lei de Cotas foi criada a fim de reparar o crime histórico de lesa-humanidade, e ela permitiu a igualdade de oportunidades sobre as vagas universitárias e ampliou a percepção da pluralidade étnica brasileira, (**MP Arg. 0 – TESE ANTERIOR**) mas há quem diga que isto é apenas um privilégio. **MP Arg. 3 CONCLUSÃO** Afinal, realmente é um privilégio?

Em primeira instância, as vagas universitárias são destinadas a todos, sem exclusão de nenhuma natureza. Em um artigo de opinião de Rosane Garcia, disponível no Correio Braziliense, o número de negros nas universidades aumentou em 400%. **MP Arg. 1 DADOS** A Lei de Cotas foi de suma importância nesse aspecto, pois ela tornou estes ambientes para menos elitizados, e assim, garantindo maior igualdade de oportunidades aos pretos e pardos nos Institutos Federais e universidades. **MP Arg. 2 SUPORTE**

Em segunda instância, a Lei de Cotas **MP Arg. 1 DADOS** permitiu a percepção mais ampla a respeito da pluralidade étnica brasileira. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o povo preto brasileiro corresponde a 56% da população. **MP Arg. 1 DADOS** Sendo assim, o Brasil é um país com grande diversidade étnica e cultural, e a Lei de Cotas dá direito e auxilia a inserção desses povos nas universidades e no mercado de trabalho.

Diante das situações mencionadas, a Lei de Cotas foi fundamental em vários aspectos, tais como a percepção da diversidade étnica e uma maior igualdade de oportunidades para pretos e pardos. Sendo assim, o Ministério da Educação, por intermédio do Governo Federal, deve reforçar aos jovens estudantes de escolas públicas e privadas a importância da Lei de Cotas, por meio de palestras e ações sociais com o objetivo da conscientização. Assim, a população brasileira entenderá e irá valorizar esta lei e a sua importância. **MP Arg. 3 CONCLUSÃO**

APÊNDICE B – QUADRO DO RECORTE ANALÍTICO DOS TEXTOS DESTA PESQUISA

MACROPOSIÇÕES ARGUMENTATIVAS ADAM (2019)	A MOSTRA EM RECORTE DOS TEXTOS, CONFORME NOMEAÇÃO DESTES NA ORDEM ALFABÉTICA. (B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O, P, Q, R, S, T, U, V, W, X, Y)
MP Arg. 0 – TESE ANTERIOR.	Nos textos que seguem, evidenciou-se a presença MP Arg. 0, tese anterior. Texto B, “Evidencia-se o acesso à educação de qualidade em consonância aos deveres do Estado”. Texto C, “As cotas não priorizam os negros e pardos, mas sim, dá um direito onde eles nunca tiveram em várias décadas”. Texto D, “Em Face ao cenário atual, é notório vermos mais pessoas pretas, pardas ou indígenas em universidades e cargos de autoridade, isso também se deve às cotas e esforços dos mesmos. Essa é uma questão que deve ser avaliada pelo seu Impacto social e sua veracidade”. Texto E, “Os negros continuam sofrendo preconceito racial e recebendo salários menores do que pessoas brancas que trabalham no mesmo cargo e empresa que estes”. Texto F, “Podemos afirmar que ao longo da história, o indivíduo preto sempre foi inferiorizado perante pessoas brancas, principalmente durante o período colonial, no qual estes foram escravizados, perderam seus direitos sociais, além de sofrerem com as leis segregacionistas que especificam o que eles podiam fazer e onde”. Texto G, “Questões como racismo e a falta de importância governamental sobre o tema devem ser discutidos para se responder à pergunta”. Texto H, “muitas pessoas acham que a Lei de Cotas torna desigual a disputa entre brancos e negros sobre vagas em universidades, mas não é isso que acontece”. Texto I, “Os brancos vêm, desde muito tempo atrás, inferiorizando os outros tons de pele, fazendo com que assim a diferença entre os dois, principalmente financeira, figure muito grande, assim, provocando consequências graves na atualidade”. Texto J, “A Lei de Cotas (nº 12.711/2012), é uma grande conquista para as minorias no Brasil, na qual inclui indígenas, negros, pardos e estudantes da rede pública, entre outros”.

	Texto K, “A Lei de Cotas tem como objetivo reparar e superar o racismo historicamente enraizado no território brasileiro”. Texto L, “A Lei de Cotas, algo importante e necessário para reconfigurar o Brasil e igualar, ou pelo menos tentar, o valor das raças”. Texto M, “É indiscutível a desigualdade social e opressão cujo minorias sofrem, diferentemente das pessoas brancas, é indiscutível a necessidade da Lei de Cotas, a qual torna a disputa por vagas em universidades mais igualitária”. Texto N, “as cotas universitárias não privilegiam, mas sim, proporcionam um resquício daquilo que tanto nos faltou ao longo dos séculos: igualdade”. Texto O, “Pretos e indígenas tiveram inclusão totalmente na educação após a Lei de Cotas (nº 12.711/2012), e ainda assim são respectivamente excluídos das universidades”. Texto P, “A questão da igualdade entre pretos, pardos e indígenas com os brancos nas universidades é incongruente com esses princípios históricos, tendo em vista a criação da Lei de Cotas, para que assim os pretos possam ter a educação de qualidade e consigam passar por cima do racismo estrutural.”. Texto Q, “O direito não está sendo garantido aos negros e outras minorias, por causa da desigualdade, e a Lei de Cotas auxilia para diminui-la”. Texto R, “Esses direitos proporcionados, por exemplo, pela Lei de Cotas, foram realizados por conta de todo o sofrimento e repressão que esses grupos tiveram no passado. Ainda assim, diversos indivíduos continuam a tentar reprimir tais pessoas. Um grande ato de covardia”. Texto S, “É notório que a lei é extremamente necessária devido a desigualdade social decorrente de anos contidos no nosso país e devido à ignorância de muitos”. Texto T, “Pessoas negras e pardas são vistas como privilegiadas na disputa por vagas nas universidades, quando na verdade, historicamente, é o contrário”. Texto U, “É notório que esse regimento é essencial para uma disputa de vaga justa e, também, para uma sociedade estudantil mais igualitária e menos elitizada, levando em consideração todo o contexto histórico dos segmentos das sociedades citadas acima, como a escravidão”. Texto V, “Essa parcela da população obteve mais espaço na sociedade com a Lei de Cotas no século XXI”. Texto W, “Os negros sempre foram vítimas de preconceito e de racismo, isso não é decorrente de hoje, mas desde muito séculos”.
--	--

	Texto X, “pensar que a Lei de Cotas privilegia pretos e pardos, prejudicando o direito dos brancos e tornando desigual disputa por uma vaga nas universidades, é pensar negligentemente”. Texto Y, “A Lei de Cotas foi criada a fim de reparar o crime histórico de lesa-humanidade, e ela permitiu a igualdade de oportunidades sobre as vagas universitárias e ampliou a percepção da pluralidade étnica brasileira”.
MP Arg. 1 DADOS	Texto B, “Ainda são 62% a ocupação de brancos nessas instituições. Segundo o filósofo Heráclito de Éfeso, nada é permanente, exceto a mudança”. Texto C, “Um primeiro fator a ser comentado é as vagas nas universidades, que disponibilizam 50% para pretos e pardos. Um segundo fator, é o espaço que os negros nunca tiveram na sociedade. O artigo da Constituição de 1988. A Lei de Cotas (nº 12.711/2012)”. Texto D, “Leis de Cotas beneficiaram a igualdade”. Texto E, “Durante o século XIX. A Lei Áurea. O artigo da Constituição Brasileira anterior de 1988”. Texto F, “a criação da Lei de Cotas”. Texto G, “Estudos mostram que hoje, no Brasil, 38% dos estudantes são pretos, sendo que a raça faz parte de 56% da população brasileira. a Lei de Cotas”. Texto H, “a Lei de Cotas. Mais de 300 anos de escravidão. em torno de 400% o número de estudantes negros em universidades, 56% da população brasileira é negra”. Texto I, “a Lei de Cotas (nº 12.711/2012), que reserva 50% das vagas em universidades e Instituições Federais para negros”. Texto J, “A Lei de Cotas (nº 12.711/2012). De acordo com os dados do texto “Dez anos da Lei de Cotas” essa lei reserva 50% das vagas em universidades e Institutos Federais para negros. Durante o processo de mudança, o número de alunos negros cresceu em média 400%, hoje, eles já são mais de 38% dos estudantes”. Texto K, “Esta é a lei que garante 50% das vagas em universidades e instituições federais para negros, indígenas e estudantes da rede pública. o número de jovens alunos negros aumentou em cerca de 400% nos últimos 10 anos. No filme “Escritores da Liberdade”, baseado em histórias reais”. Texto L, “Em 1500, quando os portugueses chegaram ao Brasil. A Lei de Cotas”. Texto M, “A criação da Lei de Cotas. Segundo o índice de Gini, o Brasil está entre os 10 países mais desiguais do mundo. De acordo com a Constituição Federal de 1988”.

	Texto N, “A ferida colonial, presente no contexto histórico nacional. Na música “Senhor Cidadão” do Tom Zé, é nítido o retrato social proeminente quanto ao preconceito estrutural quando imposto o seguinte questionamento: “com quantos quilos de medo se faz uma tradição?”. Texto O, “A Constituição Brasileira de 1988. A Constituição Brasileira de 1988. A uma década vem formando 38% de alunos pretos”. Texto P, “A Revolução Francesa de 1789 foi o berço de todos os direitos da contemporaneidade. cabe destacar que o baixo número de pretos nas universidades, acontece por falhas governamentais. Lei de Cotas”. Texto Q, “De acordo com o artigo 5º da Constituição Federal, “todos são iguais perante a lei. vale destacar que o povo negro foi escravizado por mais de 300 anos em nosso país. Segundo o Correio Braziliense, somente 38% dos estudantes das universidades são negros, um número pequeno, e que seria menor se a Lei de Cotas não existisse a mais de 10 anos. Ainda segundo o Correio Braziliense, mesmo que o número de negros em universidades tenha crescido em 400%, a população negra em nosso país é de 56%”. Texto R, “isso perdurou por mais de 300 anos. dentro de uma década, se teve um crescimento de 400% na presença de alunos negros em universidades brasileiras, representando 38% do total de estudantes”. Texto S, “A Lei de Cotas. muitos pensam que a lei fornece privilégios aos pretos e pardos reservando 50% das vagas nas Instituições Federais. O perfil das universidades brasileiras mudou, apresentando um crescimento de cerca de 400% no número de alunos negros, somando mais de 38% dos estudantes. Porém, este ainda é o número pequeno, tendo em vista que 56% da população brasileira é constituída de pessoas pretas”. Texto T, “Na obra “Utopia”, Thomas More retrata uma civilização perfeita, sem anomias sociais. A Lei Áurea. A Lei de Cotas. Texto U, “A lei nº 12.711/12 denominada Lei de Cotas, assegura 50% das vagas de universidades e Instituições Federais para negros, pardos, indígenas e alunos de escola pública. Diz na Constituição, em que “todos são iguais perante a lei”. Texto V, “A colonização no Brasil. O fim da escravidão. A Lei de Cotas no século XXI”. Texto W, “A lei nº 12.711/2012 – Lei de Cotas. A Lei de Cotas tem como objetivo reservar 50% das vagas em universidades e Instituições Federais para negros. Os negros, após 300 anos de escravidão. O número de alunos negros cresceu em torno de 400%”.
--	---

	Texto X, “A série canadense Anne With An E, durante sua segunda temporada apresenta a personagem Sebastian, filho de uma ex-escrava. Embora a população preta seja de 56% do povo brasileiro, somente um pouco mais de 38% dos estudantes nas universidades do Brasil, são negros, o que mostra que mesmo com o aumento de percentual em relação aos tempos anteriores”. Texto Y, “O artigo 5º da Constituição Federal de 1988 reza: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Em um artigo de opinião de Rosane Garcia, disponível no Correio Braziliense, o número de negros nas universidades aumentou em 400%. A Lei de Cotas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o povo preto brasileiro corresponde a 56% da população”.
MP Arg. 2 SUPORTE suporte/princípios de base	Texto B, “A falta de acesso desses, a Lei de Cotas. É notório a banalização da temática por parte da população com o governo, que deveria cobrar investimentos na educação. Texto C, “As cotas são apenas um direito do cidadão. As cotas não atrapalham um branco a entrar em uma universidade, pois quando um cidadão negro perde um emprego pelo tom da sua pele, ele não reclama”. Texto D, “Mesmo lutando com o racismo, eles tentam ter igualdades. O Brasil que conhecemos ainda tem preconceito, não contra brancos, mas contra pretos, pardos e indígenas”. Texto E, “A sua cor de pele e ao preconceito que perdura até os dias atuais”. Texto F, “Racismo estrutural, presente na atual sociedade contemporânea. Há o achismo de que a criação da Lei de Cotas torna desigual a disputa entre pessoas pretas e brancas por vagas universitárias”. Texto G, “O racismo ainda é responsável por tirar a oportunidade de milhares de negros de ter uma boa educação”. Texto H, “que mesmo essa lei existindo, os negros sofrem uma grande discriminação por pessoas da sociedade e pelo governo”. Texto I, “A Lei de Cotas foi vista como uma reparação dos danos causados aos negros”. Texto J, “As cotas ajudam justamente pessoas que são excluídas da sociedade”. Texto K, “Vemos como o racismo e pouco caso com a escolaridade dos negros os afetam”. Texto L, “Precisamos ter em mente o porquê dessa lei ter sido criada e porque apresenta tanta importância”. Texto M, “A desigualdade social está relacionada com a necessidade de cotas nos institutos de educação”. A Lei de Cotas é fundamental para tornar a disputa por vagas mais justa”.

	Texto N, “É interessante salientar que, ao abrir espaço, primeiramente no âmbito educacional, para segmentos populacionais como os negros e pardos – segregados pelo Estado por muito tempo – favorecemos a valorização dos direitos igualitários e sucessíveis a todos. A ação política é uma maneira positiva de reparação aos danos morais causados ao decorrer da nossa história”. Texto O, “Os cidadãos não têm um certo ponto para o futuro, cada vez que essa mudança ocorre o preconceito se instala mais. O Congresso Nacional nunca se dispõe a esses casos”. Texto P, “Há falta de políticas públicas e o fortalecimento das já existentes que visam mais inclusão dos pretos nas Instituições Federais e faculdades”. Texto Q, “As desigualdades continuaram e continuam até os dias de hoje”. O número de brancos é expressivo em comparação com o de negros”. Texto R, “deve-se destacar, o passado desses cidadãos “beneficiados” pela Lei de Cotas”. Texto S, “Podemos perceber que a maioria das pessoas contra a lei é formada por membros de grupos conservadores e do Congresso”. Texto T, “Fatores como o racismo estrutural e a alienação social não podem ser desprezados, pois esses são os principais elementos que se relacionam com a problemática. Pessoas negras e pardas foram excluídas da cidadania brasileira”. Texto U, “A Lei de Cotas como uma reparação por danos causados aos negros. A participação de cidadãos negros, pardos e indígenas em pautas da contemporaneidade traz um olhar mais delicado e abrangente, em relação aos assuntos esquecidos ou ocultos que precisam ser discutidos”. Texto V, “Os descendentes ainda sofrem dos acontecimentos cometidos aos escravizados. Essa é uma forma de racismo estrutural”. Texto W, “Uma reparação aos danos causados pela escravidão. Essa lei, para muitos, serve para privilegiar pessoas negras, sendo que isso é uma das conquistas do movimento negro”. Texto X, “A discriminação dos pretos e pardos é consequência de um regime escravagista que durou séculos, explorando não só a mão de obra de, principalmente, africanos, como também abusando deles de várias outras formas”. Texto Y, “A Lei de Cotas foi de suma importância nesse aspecto, pois ela tornou estes ambientes para menos elitizados, e assim, garantindo maior igualdade de oportunidades aos pretos e pardos nos Institutos Federais e universidades”.
--	--

MP Arg. 3
CONCLUSÃO

Texto **B**, “Portanto, compreende-se que medidas devem ser tomadas para assegurar a correta funcionalidade da Lei de Cotas. Assim, o Estado, em coordenação ao Ministério da Educação, deve realizar as leis educacionais vigentes, para melhor exercício delas, e propor novas políticas, que visem a qualidade do ensino, como também, promover debates e palestras, em escolas públicas e privadas, sobre a temática, a fim de informar a todos”.

Texto **C**, “Com tudo isso, as cotas não prejudicam os brancos, é apenas um direito dos negros e pardos. No entanto, a Lei de Cotas (nº 12.711/2012) nunca deve acabar, pois é apenas um direito conquistado pelos negros e pardos em longos anos de desigualdade. Com isso, o Supremo Tribunal Federal deve continuar aprovando e levando ainda mais à frente a Lei de Cotas”.

Texto **D**, “Diante do exposto, nós percebemos que as cotas não privilegiam pretos, mas traz um pouco de igualdade, pois após as cotas os brancos continuam em maioria nas universidades, porém, ainda ajuda pretos. Mesmo com cotas, devemos lutar por igualdade e cumprimento das leis raciais”.

Texto **E**, “Nesse contexto, é inegável afirmar que não há desigualdade na disputa entre pessoas que têm acesso a cota racial e as que não tem, já que os negros e pardos sofreram desvantagens em aspectos históricos e educacionais”.

Texto **F**, “Portanto, essa lei não torna a disputa por vagas desigual entre esses grupos, e sim, garante a retificação de leis que beneficiam minimamente estudantes pretos e dão a oportunidade de eles terem a mesma participação socioeconômica que indivíduos brancos. Além disso, é essencial que a o Ministério da Educação invista na realização de palestras, trabalhos que quebrem o tabu sobre as cotas estudantis”.

Texto **G**, “Por fim, concluo a pergunta. Não são prejudicados. A lei é crucial para não só o futuro da raça, mas para a história dela, pois os negros por milhões de anos foram injustiçados, e finalmente estão começando a ganhar espaço na sociedade, e tendo mais oportunidades em ambientes escolares e de trabalho”.

Texto **H**, “Dado o exposto, uma forma de ajudar a ver a importância das cotas é ensinando e educando desde muito jovens, as crianças, para que quando elas crescerem, ver a importância das cotas e ver que elas são uma forma de reparação do que os negros vivem e viveram”.

Texto **I**, “Portanto, os negros vêm sendo oprimidos por séculos e precisam se posicionar na sociedade. Para proporcionar a igualdade racial nas universidades, o governo precisa, primeiramente, solucionar a diferença de renda entre negros e

	brancos, por meio de inspeções nas empresas e a valorização dos negros, para que assim os pais consigam, por meio do acréscimo da renda, proporcionar melhores condições de estudo para suas crianças”. Texto J, “Diante dos fatos argumentados, podemos perceber que mesmo após ser criado uma lei, muitas pessoas ainda tentam impedir o acesso das minorias aos melhores institutos e faculdades. Querendo ou não, o preconceito sempre estará presente, e o que podemos fazer quanto a isso é tentar mudar o pensamento dessas pessoas ou esperar para que os responsáveis pelas leis e outros Direitos Humanos tomem alguma atitude”. Texto K, “Portanto, infere-se que além de trazer mais valorização e oportunidades para aqueles historicamente desrespeitados, a Lei de Cotas inclui de forma justa, não excluindo ou retirando as vagas dos brancos”. Texto L, “Portanto, fica nítido que a Lei de Cotas não privilegia pretos e nem pardos, mas sim os valores que eles têm, o qual foram tirados deles há muito tempo”. Texto M, “Portanto, O Poder Executivo deve continuar a usar a Lei de Cotas, como também ampliá-la e torná-la mais justa e inclusiva, então todos terão os mesmos direitos”. Texto N, “Portanto, medidas são necessárias para resolver o impasse. Nesse contexto, é importante que cada vez mais políticas públicas contribuam para a causa sociais da valorização cultural e cumpram em favorecimento a igualdade. Sendo assim, nossa nação poderá finalmente evoluir e enxergar um novo futuro, no qual a realidade retratada por Tom Zé já é distante”. Texto O, “Portanto, o Congresso Nacional, vendo os acontecimentos, poderia se dispor a começar a criar leis viáveis para todos os cidadãos brasileiros, além de investigações nos perfis das universidades, periferias, cidades do interior, aldeias, e verificar se estão tendo seus direitos de acordo com a Constituição de 1988”. Texto P, “Portanto, fica evidente, que é fundamental a criação de alternativas para a mudança do impasse citado. Para isso, os interlocutores da informação, como noticiários televisivos e canais de imprensa em outras plataformas, responsáveis por informar e conscientizar população, devem promover a relevância sobre a importância da Lei de Cotas, por meio de vídeos e debates. Isso, com a finalidade de conscientizar a população sobre a importância de pretos, pardos e indígenas nas universidades”. Texto Q, “Portanto, é possível entender que o povo negro sofre com inúmeros problemas desde sua chegada ao Brasil. E outros meios podem ser tomados para diminuir a desigualdade racial, como a conscientização da população e investimentos em
--	---

	programas sociais, para que o único a diferença entre um negro e um branco seja somente a cor.”. Texto R, “Portanto, o problema que achavam estar resolvido, está longe de estar. E não adianta apenas olhar os números de sucesso e esquecer os que mostram a realidade, pois ignorá-los não fará eles desaparecerem. Então, para solucionar o problema nos resta apenas continuar a revisar nossas leis, e criar novas que acolham todos os grupos independente da raça, gênero ou sexualidade”. Texto S, “Portanto, é notório que o argumento de que a lei favorece pretos e pardos não é efetivo, pois se não fosse por ela, as universidades estariam completamente preenchidas por brancos devido ao favorecimento que eles já possuem de ter um ensino de qualidade, uma melhor situação financeira e melhores oportunidades”. Texto T, “Portanto, cabe ao Estado implantar campanhas educativas por meio de fundos estatais para que os estudantes aprendam a importância e o contexto histórico por trás do marco legal que transforma as universidades em lugares mais inclusivos”. Texto U, “Portanto, diante de todos os aspectos abordados acima, concluo que a Lei de Cotas é de extrema relevância em nossa sociedade, tornando as disputas de vagas um âmbito justo, garantindo o direito a todos”. Texto V, “Portanto, é presente as ideias racistas quanto a oportunidade de ingressar em uma universidade. Desse modo, cabe ao Ministério da Cidadania garantir o acesso pleno aos direitos garantidos na Constituição de 1988 aos negros, por meio de um disque denúncia para localizar o cidadão que cometeu o crime e dar sua punição. Salienta-se, a criação de anúncios e propagandas com temas para o combate do racismo pelo Ministério das propagandas, logo, poderá existir uma população mais igualitária”. Texto W, “Por isso é importante que o governo tome em medidas preventivas. Essas medidas podem ser colocando mais palestras sobre direitos, assim, conscientizando as pessoas sobre o contexto. Esses acontecimentos podem ser realizados em escolas e universidades”. Texto X, “Portanto, a Lei de Cotas auxilia a luta diária dos estudantes pretos e pardos, proporcionando mais igualdade na disputa pelas vagas das universidades brasileiras e precisa ser revalidada pelo parlamento”. Texto Y, “Diante das situações mencionadas, a Lei de Cotas foi fundamental em vários aspectos, tais como a percepção da diversidade étnica e uma maior igualdade de oportunidades para pretos e pardos. Sendo assim, o Ministério da Educação, por
--	--

	intermédio do Governo Federal, deve reforçar aos jovens estudantes de escolas públicas e privadas a importância da Lei de Cotas, por meio de palestras e ações sociais com o objetivo da conscientização. Assim, a população brasileira entenderá e irá valorizar esta lei e a sua importância”.
MP Arg. 4 RESTRIÇÃO	Texto B, “É obrigação do estado garantir o bem-estar da população, mas, tal fato não ocorre no contexto brasileiro”. Texto C, “Dados dizem que “todos são iguais perante a lei”. Parece até irônico, onde isso nunca fez sentido para os negros”. Texto D, “Mas agora que muitos recorreram aos seus direitos, racistas se vitimizam dizendo que isso afeta os brancos, mesmo que os brancos sejam maioria nas universidades”. Texto E, “Porém, essa lei não foi cumprida em nenhum momento da história do Brasil”. Texto F, “Contudo, esse argumento não tem fundamento, uma vez que, historicamente, pessoas brancas sempre tiveram maior participação escolar e possuem os melhores postos de trabalho”. Texto G, “E ainda, tentam derrubar uma lei que garante o futuro de milhares de negros por ano”. Texto H, “Entretanto, um dos motivos que motivaram a criação dessa lei mostra que não é verdade”. Texto I, “Algumas pessoas brancas foram criticar, dizendo que era injusto”. Texto J, “Contudo, muitas pessoas se perguntam se há desigualdade ou não dentro da lei”. Texto K, “Enormes em comparação aos poucos cometidos contra brancos, quando se fala sobre etnias”. Texto L, “Ainda enfrentamos esse problema”. Texto M, “Ademais, torna-se impossível o comprometimento dessas pessoas com os estudos”. Texto N, “Consequentemente, tais motivadores geram incontestáveis e sérios efeitos na atividade dos indivíduos”. Texto O, “Embora mesmo com esses números, ainda assim, grupos conservados incomodados com a presença de pretos nas universidades, querem tirar seus direitos”. Texto P, “É imperioso ressaltar, que as lacunas sociais também são um motivo do óbice, já que infelizmente ainda existem partes da população que tem preconceito com os pretos, pardos e indígenas”. Texto Q, “A clara desigualdade entre negros e brancos”. Texto R, “A desigualdade ocasionada pelos eventos passados é gigante”. Texto S, “Devido ao preconceito instaurado na nossa sociedade ao decorrer de todos esses anos”.

	Texto T, “A sociedade normaliza totalmente a falta de representatividade negra nos cargos de poder”. Texto U, “Justamente pelo fato que, no passado, seus direitos não eram garantidos, principalmente o da educação”. Texto V, “Contudo, na atualidade é discutido esse direito em razão do racismo estrutural e da superioridade branca. Existem diversas pessoas contrárias aos direitos dos negros”. Texto W, “Triste vermos pessoas criticando essas leis”. Texto X, “Essa parcela da população ainda nos dias atuais é e isenta de vários privilégios”. Texto Y, “Mas há quem diga que isto é apenas um privilégio”.
--	--